



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO**

ADRIANO VANDERLEI MICHELOTTI RODRIGUES

**ERA PURO MATO:
O PROCESSO DE DESMATAMENTO NAS TERRAS DA COMPANHIA TERRITORIAL
SUL BRASIL (1925-1978).**

CHAPECÓ

2020

ADRIANO VANDERLEI MICHELOTTI RODRIGUES

ERA PURO MATO:

**O PROCESSO DE DESMATAMENTO NAS TERRAS DA COMPANHIA TERRITORIAL
SUL BRASIL (1925-1978).**

Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de mestre em história.

Orientadora: Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto

CHAPECÓ

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Campus Chapecó-SC
Rodovia SC 484- Km 02, Fronteira Sul,
CEP 89815-899
Telefone: (49) 2049-2600

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rodrigues, Adriano Vanderlei Michelotti

Era tudo mato: o processo de desmatamento nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil (1925-1978) / Adriano Vanderlei Michelotti Rodrigues. -- 2020. 128 f.

Orientadora: Doutora Samira Peruchi Moretto

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2020.

1. História Ambiental. 2. Desmatamento. 3. Colonização. 4. Florestas. I. Moretto, Samira Peruchi, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ADRIANO VANDERLEI MICHELOTTI RODRIGUES

ERA PURO MATO:


**O PROCESSO DE DESMATAMENTO NAS TERRAS DA COMPANHIA TERRITORIAL
SUL BRASIL (1925-1978).**

Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de mestre em história.

Esta Dissertação de Mestrado foi defendida e aprovada pela banca em:

21/07/2020

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto –UFFS

Orientadora



Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho -UFFS



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari- UFSC

AGRADECIMENTOS

Não é possível produzir conhecimento, sem conhecimentos preexistentes, ou seja, os caminhos já percorridos auxiliam a trilhar e avançar em novos. Por ter chegado até aqui agradeço a quem de alguma forma ajudou nesta pesquisa: minha família, professores, as minhas experiências e vivências, leituras, autores, acervos e seus profissionais.

Primeiro agradeço a minha família, meu pai Antônio que despertou o interesse pelas histórias, lugares e culturas, e minha mãe Iracema que me ensinou valores, e aos dois pela vida. Ao meus irmãos, Vitelmo com todo seu amor a natureza e a vida e Juliana por seu equilíbrio e segurança, adoro estar com vocês.

A minha companheira de vida e história Isabel Engler. A você agradeço pela compreensão das horas ausentes, pelas leituras, pela paciência nas horas ruins e a alegrias das horas boas, pelo auxílio mutuo, pelo amor de sempre.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), pública e de muita qualidade. Agradeço a formação, vivências e oportunidades que tive graças a sua existência, que com certeza transformou a minha vida para melhor e de tantos outros alunos.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da UFFS, que ensinaram as bases para desenvolver a pesquisa, apontando caminhos, leituras e enriquecendo nossos trabalhos. Em especial aos Doutores que tive a convivência nas disciplinas, e ligados à minha linha de pesquisa, Claiton Marcio da Silva, Monica Hass, Humberto da Rocha, Antonio Myskiw, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Marlon Brandt, Delmir Valentini, Jaisson Teixeira Lino, Carlos Radin e Samira Peruchi Moretto.

A minha orientadora e coordenadora do PPGH, Dra. Samira Moretto Peruchi. Agradeço as oportunidades proporcionadas, aos autores que me foram apresentados, aos apontamentos precisos e puxões de orelha necessários. Sempre acessível, apesar de muitos compromissos nunca faltou a sua atenção ao desenvolvimento deste trabalho. Além disso, articulou para nossa participação dos congressos e simpósios da área da História Ambiental, fomentou o grupo de estudos, atualmente “Fronteiras: laboratório de história ambiental” da UFFS, por tudo isso devo-lhe muito o meu crescimento acadêmico.

Aos museus e seus funcionários que proporcionaram acessar seus acervos, que merecem um melhor olhar da administração pública e mais recursos. Aos contribuintes nacionais que de forma indireta financiam a universidade pública e a pesquisa brasileira.

A todos que de alguma forma contribuíram a este trabalho muito obrigado!!!

“Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos muda-la” (Bertold Brechdt).

RESUMO

O desmatamento é um dos grandes problemas ambientais no mundo, pois afeta o equilíbrio de ecossistemas, leva à perda da biodiversidade, provoca erosão de solos, compromete fontes de água e intensifica o efeito das mudanças climáticas. A região Oeste de Santa Catarina que era predominantemente coberta por florestas até o início do século XX, sendo um relato comum de quem vivenciou aquela paisagem dizer que “era puro mato”, no entanto, com a colonização foi transformada, e hoje apresenta as menores coberturas florestais do estado. Este trabalho tem por objetivo descrever o processo de desmatamento ocorrido, na região Oeste catarinense, nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, durante os anos de sua atuação nas atividades de colonização e madeireira (1925-1978). A metodologia utilizada é advinda da disciplina da História Ambiental, considerando a natureza no desenvolvimento da História Humana, utilizando da interdisciplinaridade com as ciências florestais, geografia, botânica e história regional. Buscamos utilizar nesta análise variadas fontes, como: mapas, correspondências, relatórios, contratos, leis, entrevistas e fotografias. Por fim, identificamos a formação vegetal da região, as estratégias e artifícios da atuação da colonizadora para vender a terra e explorar a floresta. Um processo que envolve diversos atores, companhia colonizadora, colonos, trabalhadores braçais, empreiteiros, donos de serrarias, que resultou em uma irreversível devastação florestal.

Palavras-chave: Florestas. Desmatamento. Colonização. Companhia Territorial Sul Brasil.

ABSTRACT

Deforestation is one of the major environmental problems in the world, as it affects the balance of ecosystems, leads to the loss of biodiversity, causes soil erosion, compromises water sources and intensifies the effect of climate change. The West region of Santa Catarina, which was predominantly covered by forests until the beginning of the 20th century, being a common account of those who experienced that landscape to say that “it was pure bush”, however, with the colonization it was being transformed and today has the smallest forest cover in the state. This work aims to describe the deforestation process that occurred, in the western region of Santa Catarina, on the lands of the Companhia Territorial Sul Brasil, during the years of its activities in the colonization and logging activities (1925-1978). The methodology used comes from the discipline of Environmental History, considering nature in the development of Human History, using interdisciplinarity with forest sciences, geography, botany and regional history. We seek to use various sources in this analysis, such as: maps, correspondence, reports, contracts, laws, interviews and photographs. Finally, we identified the vegetation formation in the region, the strategies and devices of the colonizer 's performance to sell the land and explore the forest. A process that involves several actors, colonizing company, settlers, manual workers, contractors, sawmill owners, which resulted in irreversible forest devastation.

Keywords: Forests. Deforestation. Colonization. Companhia Territorial Sul Brasil.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	A imensidão do sertão em Santa Catarina em 1929.....	46
Imagem 2 -	Propaganda dirigida a colônias de língua Italiana [193-?]	61
Imagem 3 -	Mapa de propaganda das terras da Companhia Sul Brasil distribuído aos colonos na década de 1930.....	66
Imagem 4 -	Estaleiro de madeira em Palmitos na década de 1930.....	72
Imagem 5 -	Colono no Vale do rio Uruguai na década de 1940.....	72
Imagem 6 -	Caminhão transportando tora em Iraceminha [196-?]	77
Imagem 7 -	Balsas descendo o rio Uruguai [195-?]	90
Imagem 8 -	Serraria Campos década de 1950.....	93

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Mapa das bacias hidrográficas de Santa Catarina.....	15
Mapa 2 -	Mapa Fitogeográfico do estado de Santa Catarina de acordo com Klein (1978)	24
Mapa 3 -	Mesorregião Oeste catarinense.....	30
Mapa 4 -	Distribuição dos povos indígenas de Santa Catarina em 1500.....	34
Mapa 5 -	Área do Contestado.....	41
Mapa 6 -	Trajetos percorridos na viagem de 1929.....	43
Mapa 7 -	Ocupação do Médio e Extremo Oeste de Santa Catarina.....	52
Mapa 8 -	Planta das terras requeridas por José Rupp, [1920?]	55
Mapa 9 -	Mapa geral das terras da Companhia Sul Brasil [195-?]	84
Mapa 10 -	Mapa da seção Lageado Grande com os lotes contratados para serragem pela Madeireira Madolozzo S.A - 1967.....	97
Mapa 11 -	Gleba Mundo Novo indicando o projeto de reflorestamento - 1967	108
Mapa 12 -	Planta altimétrica da área de reflorestamento na gleba Mundo Novo - 1967.....	108
Mapa 13 -	Remanescentes florestais da FED em Palmitos –SC, em diferentes períodos.....	112
Mapa 14 -	Remanescentes florestais da Mata Atlântica em Santa Catarina 2018/2019	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Distribuição das ações societárias da Companhia Sul Brasil.....	57
Tabela 2 -	Evolução da população nas terras da Companhia Sul Brasil e do Oeste Catarinense.....	75
Tabela 3 -	Principais produtos de exportação de Santa Catarina, em percentagens (1914 à 1945)	91

LISTA DE SIGLAS

CEOM – Centro de Memória do Oeste

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina

FAO- Food and Agriculture Organization

FED - Floresta Estacional Decidual

FOM - Floresta Ombrófila Mista

FURB - Universidade Regional de Blumenau

HP – Horse Power

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INP - Instituto Nacional do Pinho

INPE - Instituto Nacional de Pesquisa Espacial

PR - Paraná

RS – Rio Grande do Sul

SAR - Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural

SC – Santa Catarina

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNINTER - Centro Universitário Internacional

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ERA PURO MATO?	21
2.1	AS FLORESTAS DO OESTE CATARINENSE.....	22
2.2	A OCUPAÇÃO HUMANA E FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO OESTE CATARINENSE.....	29
2.2.1	Aspectos físicos e naturais do Oeste de Santa Catarina	31
2.2.2	As ocupação humana do Oeste catarinense.....	33
2.2.3	Disputas e formação das fronteiras geopolíticas.....	30
2.3	ERA PURO MATO: COLONIZANDO O SERTÃO DESCONHECIDO DE SC.....	42
3	ATUAÇÃO DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL.....	49
3.1	AS COMPANHIAS DE COLONIZAÇÃO NO OESTE CATARINENSE.....	49
3.2	A FORMAÇÃO DA COMPANHIA SUL BRASIL.....	53
3.3	COMPANHIA SUL BRASIL: ATUAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE COLONIZAÇÃO.....	58
3.4	COMPANHIA SUL BRASIL E A TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE.....	68
4	COMPANHIA SUL BRASIL E O DESMATAMENTO.....	80
4.1	A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DA FLORESTA.....	80
4.2	A LOGÍSTICA DA ECONOMIA MADEIREIRA NAS TERRAS DA COMPANHIA SUL BRASIL.....	85
4.3	AS SERRARIAS NAS TERRAS DA COMPANHIA SUL BRASIL.....	93
4.4	PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS.....	99
4.4.1	O que sobrou da floresta?	110
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
	FONTES.....	125

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de desmatamento ocorrido no Oeste catarinense, mais precisamente nas terras pertencentes a antiga Companhia Territorial Sul Brasil¹, durante os anos da sua atuação (1925-1978). Para alcançarmos este objetivo utilizamos a metodologia proposta pela História Ambiental. Pretendemos compreender como era a paisagem da região no início da atuação da companhia colonizadora, o desenvolvimento das ações da empresa e os reflexos na transformação do meio ambiente, principalmente nas vastas florestas que cobriam estas terras.

Esse trabalho nasce na tentativa de compreender mais a fundo as relações entre colonização e desmatamento, e dimensionar o papel da Companhia Sul Brasil no processo de desmatamento na região Oeste catarinense. Além disso, parte de uma preocupação pela exploração desenfreada das florestas em todo o mundo, e da baixa cobertura de remanescentes florestais na região de estudo. É inspirado no trabalho de Warren Dean sobre a Mata Atlântica², o qual descreve de forma monumental e melancólica a história da devastação florestal ocorrido neste bioma, mas pouco menciona o desmatamento das florestas do Sul do Brasil, que também o compõe.

A região Oeste catarinense antes da atuação das companhias colonizadoras, no início do século XX, era predominantemente coberta por florestas, seja a vegetação da Floresta Estacional Decidual (FED) nas regiões próximas ao rio Uruguai e seus afluentes, e da Floresta Ombrófila Mista (FOM) nas áreas de maior altitude, além de algumas manchas de campos nativos. A região vem sendo habitada por grupos humanos a mais de 8.000 anos, conforme apontam estudos arqueológicos³. No entanto, as transformações de origem humana mais drásticas na paisagem começam a ocorrer a partir da atuação das companhias colonizadoras e da ocupação das terras por colonos migrantes.

As ações desenvolvidas nesta região resultaram em uma transformação total de uma área predominantemente coberta por florestas, onde atualmente encontra-se os menores remanescentes florestais do estado, segundo os inventários de vegetação mais recentes⁴. As atividades principais das companhias colonizadoras foram o loteamento e venda de terras a

¹ Para fins de abreviação convençionamos chamar de Companhia Sul Brasil.

² DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata atlântica brasileira. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

³ CARBONERA, Mirian. Notas sobre a História das sociedades pré-coloniais do Oeste Catarinense. Criciúma: **Revista Tempos Acadêmicos**. Nº 11, 2013. p. 120.

⁴ VIBRANS, Alexander, *et al.* **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina**: Resultado resumido. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2013.

pequenos agricultores familiares migrantes, além de uma crescente exploração comercial da madeira das florestas nativas. Um relato comum de quem presenciou o início desse processo, é que a região “era puro mato”, assim, a partir dessa expressão recorrente, nos levou a questionamentos que contribuíram para nortear a pesquisa. Questões a respeito de: como era o ambiente da região Oeste catarinense no início da atuação das colonizadoras? Como ocorreu o processo de desmatamento e seus reflexos ambientais? Qual é o papel da Companhia Sul Brasil neste processo? Perguntas que pretendemos responder no decorrer da pesquisa.

Para além do exposto, devemos considerar que o desmatamento é um dos principais problemas mundiais, pois afeta o equilíbrio de ecossistemas, leva à perda da biodiversidade, além de provocar erosão de solos, comprometer fontes de água e intensificar o efeito das mudanças climáticas⁵. O avanço humano sobre as florestas, seja para expansão agropecuária, da mineração e de exploração de recursos madeireiros, de forma inconsequente nos causa preocupação. Apesar de não ser papel do historiador ambiental indicar culpados, mas analisar as transformações e encaixar as peças que nos levem a uma compreensão da relação entre homem e natureza, está pesquisa também tem a pretensão de demonstrar, que a ação inconsequente do desmatamento pode levar a descaracterização de ecossistemas, e perdas irreparáveis.

Na minha trajetória acadêmica, sempre demonstrei interesse na problemática ambiental, buscando formas de retratar atividades humanas e consequências ambientais. Minha primeira graduação foi no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, pela UNOESC, onde pesquisei sobre a destinação final de dejetos de suínos em propriedades rurais de Pinhalzinho-SC, em 2011⁶. Posteriormente, ao ingressar na graduação em História da UFFS, concluída em 2017, trabalhei com temas ligados as relações dos seres humanos com o meio natural, após os primeiros contatos com a disciplina da História Ambiental. Incorporei os preceitos da disciplina no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), escrevendo sobre desastres socioambientais, nas enchentes ocorridas no município de Saudades-SC⁷. Na especialização que fiz em Metodologia do Ensino de História e Geografia, da UNINTER (2018), novamente encontrei na

⁵ FAO. **The state of the world's forests**. 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9535EN/i9535en.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

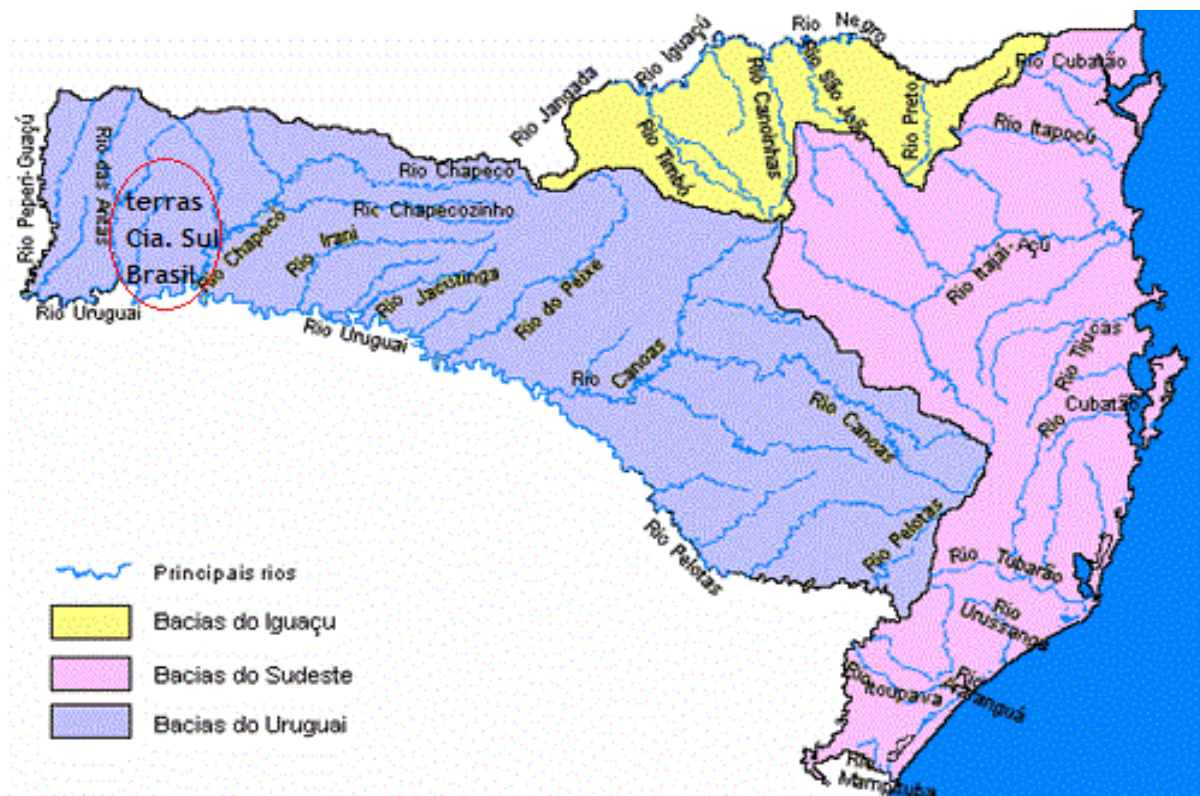
⁶ RODRIGUES, Adriano Vanderlei Michelotti; PEGORARO, Jair; SILVA, Samuel da. **Diagnóstico da destinação final de dejetos suínos no sistema de terminação Aurora no município de Pinhalzinho-SC**. TCC (Graduação de Tecnologia em Gestão Ambiental) -UNOESC, Pinhalzinho, 2011.

⁷ RODRIGUES, Adriano Vanderlei Michelotti. **Desastres que não deixaram saudades: construção das enchentes em desastres socioambientais nas inundações de 1990 e 2015 no município de Saudades, SC**. TCC (Graduação em História), UFFS, Chapecó, 2017.

História Ambiental, elementos para mesclar estudos que envolvessem as duas áreas de conhecimento, sobre espaço, tempo e transformações ambientais⁸.

O recorte espacial utilizado na presente pesquisa são as terras que pertenceram a Companhia Sul Brasil, no Oeste catarinense, as quais, foram adquiridas por compra da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda, que por sua vez, recebeu do empresário José Rupp, que as tinha como concessão do governo catarinense, em forma de pagamento na construção de estradas. As terras recebidas por José Rupp, e adquiridas pela Companhia Sul Brasil, localizavam ao norte do rio Uruguai, entre o rio Chapecó e rio das Antas, conforme destacamos no Mapa 1, constituía uma área de 2.467.074.800m² em 1925, mas em 1934 aumentaria após receber mais uma área adjacente ao norte, totalizando 2.772.835.118 m². Além disso esse é um trabalho interdisciplinar, e por vezes adentramos em espaços que extrapolam nosso recorte, como por exemplo: ao tratar do bioma Mata Atlântica, das características físicas da paisagem, das fronteiras geopolíticas e da região como um todo.

Mapa 1- Mapa das bacias hidrográficas de Santa Catarina.



Fonte: PACHECO, Susi Missel; *et al.* Biogeografia de quirópteros da região Sul. **Ciência&Ambiente**, jul/dez, 2007. p.188

⁸ RODRIGUES, Adriano Vanderlei Michelotti. **Uma abordagem interdisciplinar entre história e geografia: a transformação da paisagem do atual município de Saudades-SC (1930-2015)**. TCC, UNINTER, Curitiba, 2018.

O recorte temporal escolhido é entre 1925 e 1978, compreendendo o ano da fundação da Companhia Sul Brasil até o ano que muda sua razão social, passando a se chamar Terrapampa Agropastoril do Sul Ltda. Apesar da mudança de nome, continuaria com algumas propriedades na região, mas diversificaria os ramos de atividades, e não exerceria a mesma importância que desempenhou entre as décadas de 1920 e 1970. Durante o período de existência da Companhia Sul Brasil desenvolveu-se a colonização e a exploração comercial das florestas, e vivenciou-se diferentes momentos nestas duas atividades, as quais trataremos com profundidade nesta pesquisa.

Para trabalhar com o tema utilizamos da perspectiva da História Ambiental, disciplina que emerge na década de 1970 nos Estados Unidos, a qual incluía a natureza na história para além do cenário onde se desenrola a história humana. Para Donald Worster um dos fundadores dessa nova disciplina, o objetivo principal da História Ambiental é “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”⁹.

No Brasil, na década de 1990, José Augusto Drummond¹⁰ trouxe premissas dessa nova disciplina, com o intuito de convencer outros cientistas sociais e historiadores a incorporar variáveis ambientais aos estudos sobre a sociedade humana. Atualmente temos uma razoável quantidade de historiadores ambientais no Brasil, considerando que a disciplina é relativamente recente, alcançou um grande prestígio no país e na América Latina.

Nos trabalhos de História Ambiental existem algumas características inerentes. Donald Worster sistematizou em três níveis de abordagens, que normalmente as pesquisas de historiadores ambientais se enquadram. Níveis que pretendemos aproximar no presente trabalho:

O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano[...]. O segundo nível da história ambiental introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente. Aqui nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais [...]. Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de iteração mais inteligível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tomam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza¹¹.

⁹ WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, 4 (8), 1991. p. 199-200.

¹⁰ DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: temas fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, 4 (8), 1991. p. 177.

¹¹ WORSTER, *op. cit.*, p. 202.

Além destes três níveis de análise outras características próprias da disciplina estão presentes neste trabalho, por exemplo a interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento, principalmente entre a Geografia, Botânica e as ciências florestais. Abordamos estudos sobre características físicas da região (hidrografia, geomorfologia, vegetação), e incorporamos dados dos inventários da vegetação catarinense. Outra premissa metodológica é a variedade de fontes documentais, que para esta pesquisa buscamos em acervos de museus da região, além da importante contribuição advinda da historiografia regional e ambiental.

As principais fontes utilizadas neste trabalho são documentos do acervo da Companhia Sul Brasil, arquivados no Museu Pe. Fernando Nagel, do município de Maravilha-SC. Os documentos analisados no museu de Maravilha são: correspondências entre os escritórios da empresa (escritório da presidência - Porto Alegre - e escritório da gerência local – nas terras da companhia-), notas fiscais, relatórios de serrarias, escrituras, contratos, atas, recibos, mapas, entre outros. Além disso, buscamos fontes no acervo de história oral e iconografias do Museu Histórico de Pinhalzinho-SC. Também foram utilizados dados estatísticos do IBGE, e legislações, em destaque ao Código Florestal de 1934, e o Código Florestal de 1965, além de resoluções do Instituto Nacional do Pinho (INP) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Quanto a historiografia, existe uma vasta produção de trabalhos sobre a colonização do Oeste catarinense que nos fazem compreender o processo de colonização e as peculiaridades e artifícios utilizados pelas empresas colonizadoras que atuaram na região. Podemos citar trabalhos importantes como os de: Walter Piazza¹², José Carlos Radin¹³, Arlene Renk¹⁴, Renilda Vicenzi¹⁵, Eunice Sueli Nodari¹⁶, entre outros autores. A Companhia Sul Brasil também foi objeto de diversas pesquisas, a principal delas foi feita por Alceu Werlang em 1992, na sua pesquisa de mestrado da UFSC, com a dissertação intitulada “A colonização as margens do rio Uruguai no extremo Oeste catarinense: atuação da Companhia Territorial Sul Brasil-1925 a 1954”¹⁷, que anos mais tarde em 2006 também se tornaria livro¹⁸.

¹² PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de santa Catarina**. 2. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

¹³ RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

¹⁴ RENK, Arlene. As representações da colonização no oeste catarinense a partir dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, 5 (7), p.7-47, 1991.

¹⁵ VICENZI, Renilda. **Mito e História na Colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

¹⁶ NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: Práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFFS, 2009.

¹⁷ WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização as margens do rio Uruguai no extremo Oeste catarinense: atuação da Cia Territorial Sul Brasil-1925 a 1954**. Dissertação (Mestrado em História) –Florianópolis, UFSC, 1992

¹⁸ WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

Alceu Werlang a partir destes trabalhos se tornou um autor referência para compreender o processo de colonização do Oeste catarinense, mostrando com detalhes a questão das influências políticas para aquisição das concessões de terras devolutas¹⁹, e a colonização delas através de variadas estratégias das colonizadoras. No entanto ao tratar de forma geral a atuação da Companhia Sul Brasil deixaria lacunas e assuntos a serem explorados com maior profundidade, como no presente trabalho que trataremos de forma mais específica a questão do desmatamento.

Existem diversos trabalhos que trazem apontamentos sobre a atuação da Companhia Sul Brasil, como na história da formação e colonização de municípios que se constituíram nas suas terras. Alguns trabalhos de cunho acadêmicos são de: Marcos Batista Schuh²⁰ (sobre Palmitos-SC), José Isaac Pilati²¹ (sobre Maravilha-SC) e Fernanda Bem e outros²² (sobre Pinhalzinho-SC). Algumas dissertações de mestrado trataram de temas mais específicos, é o caso do trabalho de Luiz Fernando Ferrari²³, que trata sobre a questão da intrusão e desintrusão de posseiros caboclos nas terras da companhia, e o trabalho de Marcio Rodrigues²⁴ sobre a atuação da companhia na seção Anta Gorda, em Pinhalzinho-SC, descrevendo a colonização e a exploração madeireira nesta seção.

A presente pesquisa se distingue de outros trabalhos sobre a companhia por tratar mais profundamente a questão ambiental na atuação da Companhia Sul Brasil, como também traz a singularidade de outros trabalhos sobre desmatamento por tratar de um recorte específico e as suas peculiaridades. Pois as grandes transformações ambientais na região iniciaram da devastação das florestas que dominavam a paisagem. A ocupação em grande escala, e as consequentes transformações ambientais e sociais tiveram início com a colonização a partir da década de 1920 e tem reflexos até hoje.

Trabalhos semelhantes sobre desmatamento e transformações ambientais no Oeste catarinense, ou de outras regiões do estado compõem nosso arcabouço teórico, principalmente

¹⁹ Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo poder público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular. A Lei de Terras, lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, abolia o regime de sesmarias e estabelecia a compra como única forma de acesso à terra.

²⁰ SCHUH, Marcos Batista. **História da colonização de Palmitos**. Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2011.

²¹ PILATI, José Isaac. **História da colonização de Maravilha**. Florianópolis: Editora UFSC, 1991.

²² BEN, Fernanda; *et al.* **Retratos, memórias e fragmentos da história de Pinhalzinho/SC**. Pinhalzinho: Schaefer, 2011.

²³ FERRARI, Luís Fernando. **Intrusão e Desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

²⁴ RODRIGUES, Márcio Luiz. **Colônias e colonizadoras no Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil na seção Anta Gorda (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

de historiadores ambientais. A tese de doutorado de Miguel Mundstock Xavier de Carvalho²⁵ nos serviu de exemplo para trabalhar a questão do desmatamento juntamente com a atuação de uma grande empresa, no caso a *Southern Brazil Lumber and Colonization*, empresa de capital estrangeiro que atuou no planalto catarinense. Nessa rica pesquisa, Carvalho trata sobre a exploração da floresta com araucária, principalmente pela indústria madeireira, mas também pelas atividades agropecuárias e do uso da lenha, além de suscitar as críticas que existiram ao processo madeireiro na época e sobre projetos governamentais de reflorestamento e conservação ambiental.

Outros trabalhos relevantes contribuíram para a presente pesquisa, que abordam as florestas da região, a exploração madeireira, o comércio de madeira pelo rio Uruguai e o reflorestamento com exóticas. A recente dissertação de Ademir Miguel Salini²⁶ sobre a transformação da paisagem do Oeste catarinense no mesmo período do nosso recorte, analisando a partir da colonização; os trabalhos sobre ciclos econômicos, em especial na exploração da madeira de Paulo Bavaresco²⁷ e Nilson Thomé²⁸; o trabalho de Eunice Sueli Nodari sobre a exploração da Floresta Estacional Decidual²⁹; a dissertação de Samira Peruchi Moretto sobre a implementação do *pinus* e práticas de reflorestamento da região de Lages; os trabalhos sobre o comércio de madeira através do transporte fluvial por meio de balsas no rio Uruguai, como o de Eli Bellani³⁰ e o recente de Precila Moreira³¹; são alguns dos referenciais teóricos que nos baseamos, principalmente de História Ambiental.

Dessa forma, organizamos a pesquisa em três capítulos, sendo o primeiro com o título “Era tudo mato?”. Neste capítulo o título é uma pergunta, que parte de relatos recorrentes de quem acompanhou o início do período de colonização, assim buscamos responder, qual era o estado da paisagem e das florestas, na região Oeste catarinense, no início do século XX. Abarcamos neste capítulo o primeiro nível proposto por Donald Worster, investigando a

²⁵ CARVALHO, Miguel M. X. de. **Uma grande empresa em meio a floresta**: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (doutorado em História)- UFSC, 2010.

²⁶ SALINI, Ademir. **Colonização e meio ambiente**: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970). Dissertação (Mestrado), UFFS: Chapecó, 2018.

²⁷ BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense**: modernização, progresso e empobrecimento. Dissertação (Mestrado), FURB: Blumenau, 2003.

²⁸ THOMÉ, Nilson. **O ciclo da madeira no Contestado**: Um retrato do século XX. Curitiba: MTÉ Gestão de Comunicação, 2010.

²⁹ NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João. **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

³⁰ BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no rio Uruguai - 1917 - 1950**. Florianópolis: UFSC, 1991.

³¹ MOREIRA, Precila Katia. **Ecossistemas de vozes sobre o rio Uruguai**: a formação do sujeito balseiro na região oeste de Santa Catarina (1920-1960). Dissertação (Mestrado), UFFS: Chapecó, 2019.

natureza propriamente dita, como ela funcionou e organizou no passado, seja nos aspectos físicos, na evolução natural, além da ocupação humana e as disputas sociais que ocorreram na região. Começamos tratando sobre a formação da vegetação e das florestas; os aspectos físicos e geográficos; a ocupação humana, as disputas e formação das fronteiras geopolíticas, e encerramos com uma discussão sobre a paisagem da região e suas transformações. Baseado principalmente nos estudos interdisciplinares com temas da Geografia e Botânica, bem como, recorrendo a rica historiografia regional e ambiental.

O segundo capítulo intitulado “A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil” traz à tona a atuação das companhias colonizadoras, em especial a Companhia Sul Brasil. Tratamos desde a aquisição das terras pela colonizadora, a formação da companhia, as diferentes estratégias de colonização e o modus operandi para alcançar seus objetivos econômicos. Em destaque as atividades que compunham o objetivo central da companhia, vender e comprar terras e madeira, pois a partir destas duas atividades a colonizadora participou da exploração das florestas, seja no comércio de madeiras, ou indiretamente na ocupação do território com o grande aumento populacional. Utilizamos como fonte neste capítulo documentos da própria empresa como contratos, mapas, propagandas, além da historiografia regional sobre a colonização, apresentando detalhes da sua atuação.

Por fim, no último capítulo intitulado “A companhia Sul Brasil e o desmatamento”, buscamos compreender a participação da colonizadora no processo de desmatamento e no aproveitamento comercial da madeira da floresta. Investigamos o início da exploração comercial da madeira pela companhia compreendendo a logística da economia madeireira nas terras da companhia Sul Brasil, a instalação de serrarias e a parceria de muitas delas com a colonizadora na exploração das matas. Neste capítulo também procuramos abordar o outro lado do desmatamento, a questão da preservação da floresta, ou seja, como se articulou a questão da legislação florestal e se houveram iniciativas de preservação e ordenamento da exploração florestal, com os reflexos dessas medidas nas atividades madeireiras da companhia. Por fim, evidenciando o saldo ambiental resultado da atividade madeireira e da colonização nas florestas nas terras da companhia. Para isso, buscamos variadas fontes, da companhia (correspondências entre escritórios, correspondência com órgãos públicos, projetos, contratos, relatórios), de serrarias, órgãos ambientais, inventários de vegetação, além de analisar a legislação ambiental.

2 ERA TUDO MATO?

Neste capítulo investigamos como se formou a floresta da região Oeste catarinense, a composição da vegetação e a sua fitogeografia, bem como, seus aspectos físicos e geográficos. A mais de 8 mil anos antes do presente³² os primeiros grupos humanos se encontraram com o ambiente que se constituiu nesta região e inevitavelmente ocorreram transformações na paisagem. Além das mudanças ambientais antrópicas a região foi palco de conflitos e disputas territoriais ao longo da história de ocupação, principalmente na definição das fronteiras geopolíticas no período anterior a colonização promovida por empresas colonizadoras.

A colonização promovida pelas companhias colonizadoras é o ponto-chave para compreender as mudanças aceleradas e drásticas na paisagem regional. A partir da segunda década do século XX, ocorreram na região mudanças profundas no ambiente, com a crescente ocupação destas terras onde predominavam as florestas ocasionando um grande desmatamento. Traçamos neste capítulo o caminho, que culminou no processo de colonização do Oeste catarinense.

Ao focar na floresta essa análise leva em conta a afirmação de Dean³³, que a floresta é mais que “uma reserva viva de madeira”, com ecossistemas formados por plantas e animais, envolta na sua própria competição por recursos. A floresta é mais do que os seres humanos classificaram no seu afix colonizador, mais que uma reserva viva de madeira e recursos, mais do que um empecilho ao uso da terra para cultivo. Os atores principais neste capítulo, são a floresta e a ocupação humana, e a relação que ocorre nesse processo.

O Oeste catarinense por muito tempo foi visto como distante de grandes centros, um sertão desconhecido, onde era puro mato. O uso do termo mato e sertão possuía uma conotação negativa, confirmada na fala comum dos primeiros colonos migrantes de origem europeia que chegaram no início do século XX, compondo uma justificativa a ocupação no intuito de dominar a natureza, civilizando e buscando o progresso. Nesse processo, os grupos humanos que habitavam esta região antes da colonização foram vistos com inferioridade, e a natureza valorizada apenas como meio para alcançar lucros fáceis. Assim as florestas por vezes eram vistas como recurso valioso e outras vezes como um obstáculo a ser vencido para o uso da terra e o avanço da colonização.

³² CARBONERA, *op. cit.*, p.120.

³³ DEAN, *op. cit.*, p.26.

2.1 AS FLORESTAS DO OESTE CATARINENSE

Para compreender o processo de desmatamento das florestas nas terras da Companhia Sul Brasil, localizadas no Oeste do estado de Santa Catarina (Mapa 1), é necessário reconhecer que o processo histórico, apesar de suas particularidades locais, é comum a tantas outras regiões do mundo cobertas por florestas. Em áreas que a cobertura vegetal favoreceu o desenvolvimento de florestas a expansão da presença dos seres humanos e seu progresso material, ocasionam prejuízos a biodiversidade e ao ecossistema³⁴.

As florestas que cobriram a região Oeste catarinense fazem parte de um complexo maior, chamado de bioma Mata Atlântica. Esse bioma compõe cerca de 15,5% do território brasileiro, localizado “na costa leste da América do Sul, estendia-se [...] um complexo de tipos de florestas, em geral, latifoliadas, pluviais e de tropicais e subtropicais, entre 8° e 28° de latitude sul, interiorizava-se a cerca de cem quilômetros na costa norte e alargava-se a mais de 500 quilômetros no sul”³⁵. A Mata Atlântica é comparável a Floresta Amazônica na riqueza de biodiversidade, porém atualmente os remanescentes de vegetação estão reduzidos a cerca de 22% de sua cobertura original, mas apenas 7% desses remanescentes se encontram em bom estado de conservação³⁶. É considerado o segundo bioma mais ameaçado no mundo, atrás apenas das florestas de Madagascar na costa da África.

A Mata Atlântica, assim como o Cerrado é considerado um *hotspot*³⁷, ou seja, uma área de grande concentração de biodiversidade no Brasil, que está ameaçado de destruição. Calcula-se que neste bioma existam 1,6 milhões de espécies de animais, incluindo insetos, 270 espécies de mamíferos, 849 de aves, 370 de anfíbios, 200 espécies de répteis, 350 de peixes, além de uma estimativa a cerca de 20.000 espécies vegetais, muitas delas endêmicas e ameaçadas de extinção³⁸. Este bioma é o mais povoado do Brasil, cerca de 72% da população brasileira vivem nele³⁹.

³⁴ CARVALHO, Miguel M. X. de. **Uma grande empresa em meio a floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 2010. Tese (doutorado em História) - UFSC, Florianópolis, 2010. p. 35.

³⁵ DEAN, *op. cit.*, p. 24-25.

³⁶ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Mapa de vegetação nativa na área de aplicação da lei nº 11428/2006- Lei da Mata Atlântica**. Brasília, DF, 2015. p. 6. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/mapa_de_aplicao_da_lei_11428_mata_atlantica.pdf. Acesso em: 03 de jun. 2019.

³⁷ MYERS, Norman; *et al.* Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, 403, 853-858, 24 February, 2000.

³⁸ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *op. cit.*, p. 6.

³⁹ SOS MATA ATLÂNTICA. **Relatório anual 2015**. 2015. Disponível em: https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2016/08/RA_SOSMA_2015-Web.pdf. Acesso em: 03 de jul. 2019.

A Mata Atlântica começou a se constituir há 50 milhões de anos. Após a separação dos continentes e subsequentes processos geológicos se formou uma geomorfologia de cadeias de montanhas, as quais barrou os ventos úmidos que vinham do oceano e a umidade ajudou a criar as condições necessárias para formar a vegetação. Ao longo do período quaternário esta vegetação foi se desenvolvendo, passando por expansões e fragmentações, devido às eras glaciais, produzindo assim o alto grau de endemismo que possuem em toda sua extensão⁴⁰.

Warren Dean, na década de 1980 e 1990 realizou um trabalho de fôlego sobre a Mata Atlântica, que serve de inspiração para trabalhos sobre desmatamento e florestas no Brasil e no mundo. No seu livro “A ferro e fogo: a história da devastação da mata atlântica”⁴¹, relata de forma monumental como sucessivas gerações se valeram das florestas desse bioma para extrair seus recursos e a devastaram, sem a preocupação de preservá-la, constituindo hoje o bioma nacional mais degradado do Brasil.

Dean trabalhou com a Mata Atlântica, mas na grandiosa tarefa de analisar vastas e complexas áreas, muitas não foram retratadas com profundidade, instigando novos historiadores a preencher as lacunas e reavaliá-las. Uma dessas partes são a história florestal do sul do Brasil, assim como o desmatamento no Oeste Catarinense, que este trabalho se dedica. Existem singularidades na forma da ocupação humana, ou no desenvolvimento da exploração das florestas da região.

Para Dean nenhuma floresta da América do Norte e Europa se compara com as florestas tropicais da América do Sul, pela variedade, abundância e produtividade. A Mata Atlântica evoluiu produzindo uma enorme biodiversidade florística, que em toda sua extensão apresenta diferenças fitofisionômicas, constituindo fitogeografias diferentes. Este bioma é formado por formações florestais (Florestas: Ombrófila Densas, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual, e Ombrófila Aberta) e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude⁴².

No Oeste Catarinense apresenta três principais tipos de vegetação, a Florestas Ombrófilas Mista (FOM) em altitudes mais altas, e a Floresta Estacional Decidual (FED) próximo ao vale do rio Uruguai, além de alguns pontos de campos ou capões com bosques de pinheiros e florestas de faxinais⁴³. O Mapa 2 indica estas formações, e onde se encontrava cada

⁴⁰ DEAN, *op. cit.*

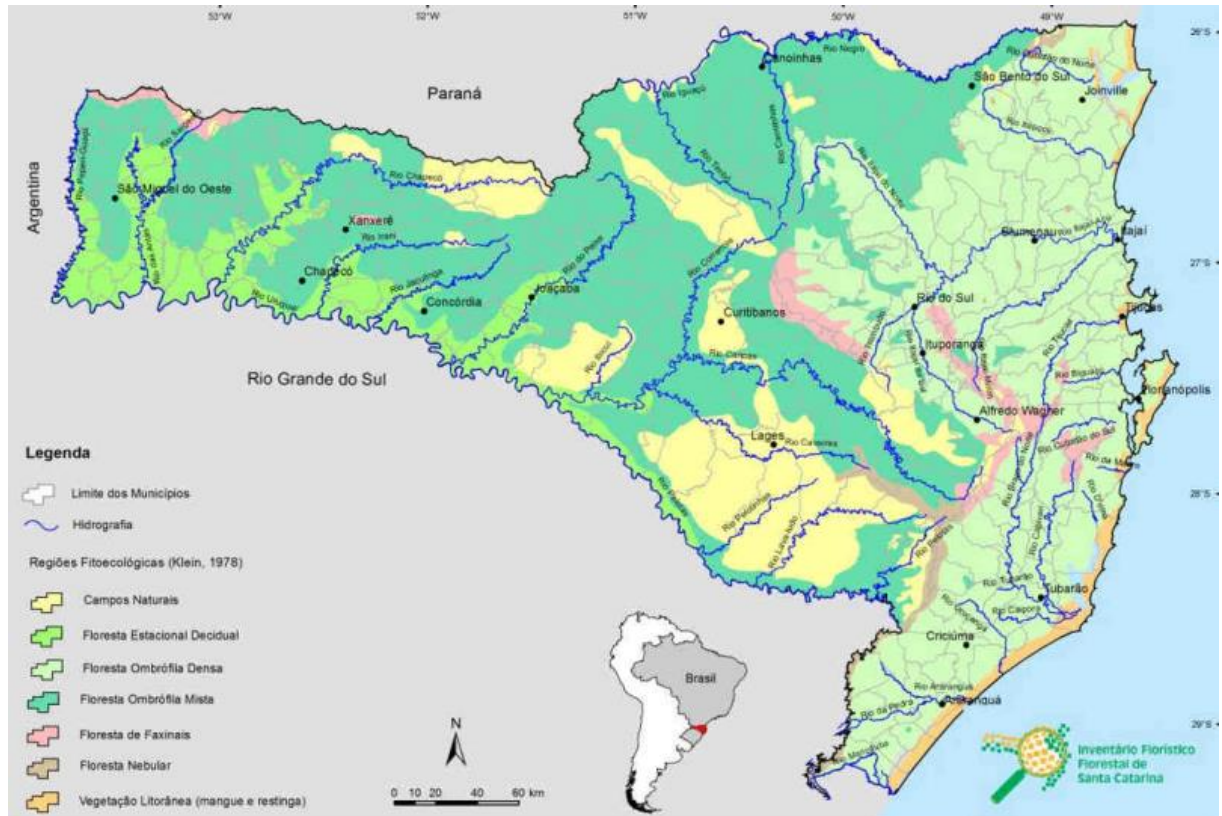
⁴¹ *Ibid.*

⁴² MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *op. cit.*, p.6.

⁴³ KLEIN, Roberto Miguel. **Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Elaborado por Roberto Miguel Klein – Herbário “Barbosa Rodrigues” Itajaí-SC, 1978/ Universidade Federal de Santa Catarina –Florianópolis-SC, 1978. p. 22.

fitogeografia no estado, em uma referência aos estudos das décadas de 1960 e 1970 de Roberto Miguel Klein, reproduzido no Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina.

Mapa 2- Mapa Fitogeográfico do estado de Santa Catarina de acordo com Klein (1978).



Fonte: VIBRANS, Alexander, et al. **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: Resultado preliminares**. Blumenau: FURB/CCA-UFSC/Epagri, 2012. p. 4.

Embora os estudos de Klein se atentem apenas para a vegetação primária, em seu trabalho já chamava a atenção para a perda de espécies vegetais. O Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina é um dos estudos mais recentes feitos com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), com participação da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR), Universidade Regional de Blumenau (FURB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). O trabalho foi realizado com uma equipe interdisciplinar de pesquisadores, com objetivo de caracterizar a composição florística, genética e a estrutura dos remanescentes florestais do estado, considerando tanto vegetação primária como secundária⁴⁴.

⁴⁴ VEADO, Ricardo Wagner Ad-Víncula; PIMENTA, Luis Henrique Fragoas. Vegetação e usos da terra. In: **Atlas geográfico de Santa Catarina: diversidade na natureza**, fascículo 2. 2.ed. Editora UDESC: Florianópolis, 2016.

Quanto as florestas catarinenses, a Floresta Ombrófila Densa (FOD) se encontra mais ao leste de Santa Catarina, estendendo do litoral até a Serra Geral. Esta vegetação não é encontrada no Oeste catarinense, por isso não trataremos dela. Já a vegetação de campos com capões e bosques de pinheiros⁴⁵, estão presentes em menor extensão no Oeste, predominando em regiões mais altas, principalmente no planalto catarinense. A vegetação de campos possui grande importância histórica pois a ocupação humana no interior catarinense por grupos não indígenas, iniciaram nessas áreas pelo desenvolvimento das atividades pecuárias no século XVIII e XIX.

A Floresta Estacional Decidual (FED), denominada anteriormente como Floresta Subtropical do rio Uruguai, também chamada de “mata branca” para diferenciar da floresta com araucárias, a “mata preta”⁴⁶. Em Santa Catarina sua maior concentração é no Oeste do estado, no qual ocupava os vales médios e superiores do rio Uruguai e alguns de seus afluentes, estendendo para o leste nos vales do rio Uruguai até o entroncamento dos rios Pelotas e Canoas. Era uma floresta imponente com árvores atingindo 35-40 metros de altura graças aos solos férteis, ricos em nutrientes, e cobriam uma área de 9.196 Km² no estado, o que representava 9,6% da cobertura florestal⁴⁷.

A FED do rio Uruguai seria um ramo da floresta tropical do rio Paraná, que em outras épocas pelo aumento da temperatura emigrou para o sul, mas muitas espécies foram deixadas para trás, como a peroba (*Aspidosperma polyneuron*), o jatobá (*Hymenae stilbocarpa*) e o palmitero (*Euterpe edulis*)⁴⁸. A FED migrou para o Sul e invadiu boa parte da região, misturando com a FOM em topos de serra, mas não se adaptou a temperaturas mais baixas dos cumes e recuou para as encostas e vales. Suas principais características são a perda de folhas no inverno por muitas de suas espécies e no quadro físico o solo basáltico⁴⁹.

A FED em Santa Catarina apresenta várias discontinuidades subtropicais, situadas principalmente as margens do rio Uruguai. Esta floresta segue os vales de seus principais afluentes, como Peperi-Guaçú e rio das Antas, onde a largura da abrangência chega aos limites

⁴⁵ Para saber mais: BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina**. Tese (doutorado em História) - UFSC, Florianópolis, 2012.

⁴⁶ NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João. **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

⁴⁷ LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. In: **Geografia do Brasil: região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

⁴⁸ VEADO; PIMENTA, *op. cit.* p.1 68.

⁴⁹ *Ibid*, p. 169.

máximos de até 50 km, e nos vales do rio Chapecó e rio Irani a largura se restringe a uma faixa marginal de apenas de 2 a 3 quilômetros⁵⁰.

A floresta atualmente se encontra completamente alterada da área original que alcançava no início do século XX. A maior parte de sua composição atual é secundária, de porte pequeno a médio, com sub-bosque dominado por criciumais e gramíneas. Levantamentos do final da década de 1990 apontavam que restavam menos de 3% de remanescentes da FED⁵¹, enquanto que estudos recentes do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina, demonstram que existem 16% da área que abrangia antes da colonização, não sendo encontradas nenhuma amostra de floresta madura⁵².

A FED tinha uma composição muito rica, em seus vários estratos, destacamos a grápia (*Apuleia leiocarpa*) e o cedro (*Cedrela fissilis*), que seriam intensamente explorados pela qualidade e resistência da madeira:

A composição florística primária era rica – *Aspidosperma polyneuron* (peroba rosa), *Tabebuia avellanedae* (ipê-roxo), *Peltophorum dubium* (canafístula), *Apuleia leiocarpa* (grápia), *Cariniana estrellensis* (jequitibá), entre outras, comuns dentre as espécies emergentes. No estrato dominante, logo abaixo do emergente, apareciam *Chrysophyllum gonocarpum* (guatambu), *Holocalyx balansae* (alecrim), *Annona cacans* (araticum) etc. Também eram comuns no estrato dominante *Netandra megapotamica* (guajuvira) *N. lanceolata* (canela-amarela), *Cedrela fissilis* (cedro) e *Euterpe edulis* (palmiteiro). Arvoretas, arbustos e o estrato herbáceo, embora tivessem – e ainda têm – que lutar na competição com espécies maiores, eram igualmente variados⁵³.

A outra floresta que predomina na região Oeste, além da FED é a Floresta Ombrófila Mista (FOM). Constituída por formações típicas de climas temperado e subtropical, “tem na floresta de araucária (*Araucaria angustifolia*) e nos campos de altitude seus representantes mais característicos”⁵⁴. Esta floresta, até a segunda metade do século XIX, abrangia cerca de 200 mil Km², localizada majoritariamente no Sul do Brasil, entre altitudes de 500 a 1200 metros⁵⁵.

A FOM distribui-se pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e com menor frequência, nas serras de São Paulo, Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais, além da província de Misiones (Argentina). A composição florística da FOM tinha a araucária como a espécie dominante, e estimava-se que chegava a representar até 40% das árvores da FOM em

⁵⁰ NODARI, *op. cit.* p.36.

⁵¹ *Ibid.*

⁵² VIBRANS, Alexandre; *et al* (Orgs). **O que você deve saber sobre as florestas de Santa Catarina**. Blumenau: FURB, 2015.

⁵³ VEADO; PIMENTA, *op. cit.* p. 168.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 161.

⁵⁵ CASTELLA, P.R. BRITZ, R. M. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**. Fundação de pesquisas florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio ambiente, 2004.

alguns lugares. Continha espécies de 30-35 metros, e de 80 a 120 centímetros de diâmetro em indivíduos adultos, com até 300 anos, os quais dominavam seu dossel.

Além da araucária, a FOM era composta por diversas espécies, que caracterizam seu ecossistema, como:

Aspidosperma polyneuron (peroba-rosa), *Parapiptadenia rigida* (angico-vermelho), *Euterpe edulis* (palmitreiro), *Apuleia leiocarpa* (grápia), *Ocotea pretiosa* (canela-sassafrás), *O. catharinensis* (canela-preta), *O. porosa* (imbuia), *Nectandra lanceolata* (canela-amarela), *Ilex paraguariensis* (erva-mate), *Podocarpus lambertii* (pinheiro-bravo) etc.⁵⁶

A sucessão da araucária com pioneiras foi descrita por Klein (1960), e compreendia “araucária e *Ocotea pulchella* (canela-lajeana); araucária e *O. porosa* (imbuia) e araucária e a floresta pluvial”⁵⁷. Originalmente a FOM era a floresta mais rica em volume madeirável⁵⁸, compondo uma das únicas formações de florestas que apresenta áreas homogêneas naturais, com a araucária, por isso foi muito visada pelo mercado madeireiro no século XX.

A Floresta Ombrófila recebe denominação de Mista, por ser em parte a mistura e convivência de espécies de flora distintas: a tropical afro-brasileira e a temperada austro-brasileira. Ao se formar as mudanças climáticas ocorridas entre 1000 e 1500 anos atrás, levou as florestas, até então confinadas aos vales úmidos, a iniciarem seu retorno para o planalto⁵⁹. A vegetação pré-colonização ou mesmo a secundária, ocupa um relevo mais escarpado. Na vegetação de campos preferem terrenos um pouco ondulados, mas sua expansão está limitada, não apenas pelas atividades antropogênicas, mas também com as condições climáticas atuais e a competição com a floresta subtropical.

Estudos apontam que a expansão da araucária ocorrida no planalto por volta de 1.410 e 900 antes do presente (AP) coincide com mudanças demográficas e culturais, da presença de grupos humanos ligados a tradição Taquara/Itararé. A rapidez dessa expansão, além do tempo natural, indica a influência humana, apresentando em locais onde a probabilidade do avanço natural era mais baixa⁶⁰. Isso ocorreu, pois, esses grupos tinham no pinhão uma boa fonte de

⁵⁶ VEADO; PIMENTA, *op. cit.*, p. 167-168.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 168.

⁵⁸ GUERRA, Miguel P. *et al.* Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002, p. 85.

⁵⁹ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta: a implementação do pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960-1990)**. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 2010.

⁶⁰ ROBINSON, Mark; et al. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. **Scientific Reports**: v.8, 2018. p. 1-10.

alimento, que lhes assegurava segurança alimentar, com variedades distintas de pinheiro que garantiam produção de pinhões em diferentes épocas do ano⁶¹.

Recentemente, o Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina caracterizou a fisionomia geral atual da FOM como sendo de vegetação secundária em estágio médio muito alterado⁶². Constituía a principal cobertura vegetal do estado de Santa Catarina, abrangia 81,5% da área do estado, mas atualmente está muito alterada. Estudos⁶³ apontam que restam na região da araucária, nos três estados do sul do Brasil, apenas 12,6% da área que chegou a ocupar. Além disso, cerca de 80% dos remanescentes florestais dessa vegetação são em áreas fragmentadas menores que 50 hectares.

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*) é endêmica do bioma Mata Atlântica, principalmente na FOM, e distribui-se entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, bem como na província de Misiones na Argentina e no Leste do Paraguai em altitudes compreendidas entre 400 e 800 metros acima do nível do mar⁶⁴. Essa planta, utilizada inicialmente pelos indígenas guaranis como bebida, foi difundida pelos jesuítas para a região platina e sul do Brasil, tornando um dos mais importantes produtos de comércio destas florestas, e portanto um dos incentivos para a ocupação humana destas matas, antes do século XX⁶⁵.

As florestas permaneceram imponentes e dominantes na paisagem da região até o início do século XX. Grupos humanos habitavam há muito tempo as terras da região, portanto, ocasionar transformações ambientais, mas somente com o processo de colonização, a partir da década de 1920, as florestas começam a ser suprimidas de forma intensa. Conforme Worster⁶⁶, há uma divisão explícita entre natureza e cultura, pois nem todas as forças que atuam e modificam a natureza são humanas, mas quando a cultura atua, a natureza é modificada pelas ações e criações humanas.

⁶¹ CARVALHO, *op. cit.*, p. 48.

⁶² VIBRANS, *op. cit.* 2015.

⁶³ RIBEIRO, Milton Cezar et al. **The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation.** Biological Conservation. n.142, p. 1141, 1142, 2009.

⁶⁴ GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da erva-mate.** Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2013. p. 34.

⁶⁵ *Ibid* p.44.

⁶⁶ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade.** v. V, n. 2, ago./dez. 2002. v. VI, n. 1, jan./jul. 2003. p. 26.

2.2 A OCUPAÇÃO HUMANA E FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO OESTE CATARINENSE

A chegada dos primeiros grupos caçadores e coletores a região Oeste de Santa Catarina datam de mais de 8 mil anos. Ao longo da história de ocupação humana, diferentes povoadamentos protagonizaram sua vida material nessas terras, interferindo no meio natural, produzindo cultura e identidade. Nesse tempo grupos humanos com interesses distintos entraram em conflito nesta região. Alguns destes conflitos envolveram a posse destas terras e acabaram determinando as fronteiras geopolíticas atuais.

As disputas que se desenrolaram ocorreram na ocupação humana, na definição de fronteiras e na posse institucional destas terras. Outra disputa a considerar, são os embates sociais, entre diferentes culturas, onde os colonizadores europeus, a partir de 1500, foram subjogando e exterminando povos tradicionais, indígenas (Kaingang, Guaranis e Xokleng) e mais tarde caboclos, em prol de seu projeto colonizador. Estas tensões sociais, sobre posse e uso da terra persistiram e muitas vezes intensificaram no processo de colonização promovida por companhias colonizadoras a partir da década de 1920.

A região Oeste de Santa Catarina é onde se desenrolam os acontecimentos pesquisados neste trabalho, e por isso devemos problematizar o conceito de região. Segundo autores como Reckziegel e Santos⁶⁷, na contemporaneidade região se relaciona a espaço, e espaço é um fato social, produto da ação humana, socializada, com carga histórica passada e a ser construída. Nenhuma região, localidade ou lugar, está dada previamente para o historiador, pois é uma construção social, podendo variar conforme os enfoques, físicos e geográficos, sociais e políticos, que pode ser mudado com o passar do tempo, por interesses políticos, econômicos ou sociais. Dessa forma, o historiador pode construir, segundo seus objetivos de pesquisa, as próprias áreas e localidades de interesse, que não necessariamente sejam as atualmente constituídas, como, por exemplo: as balizas territoriais atuais, que não eram as mesmas dos povos tradicionais no passado⁶⁸.

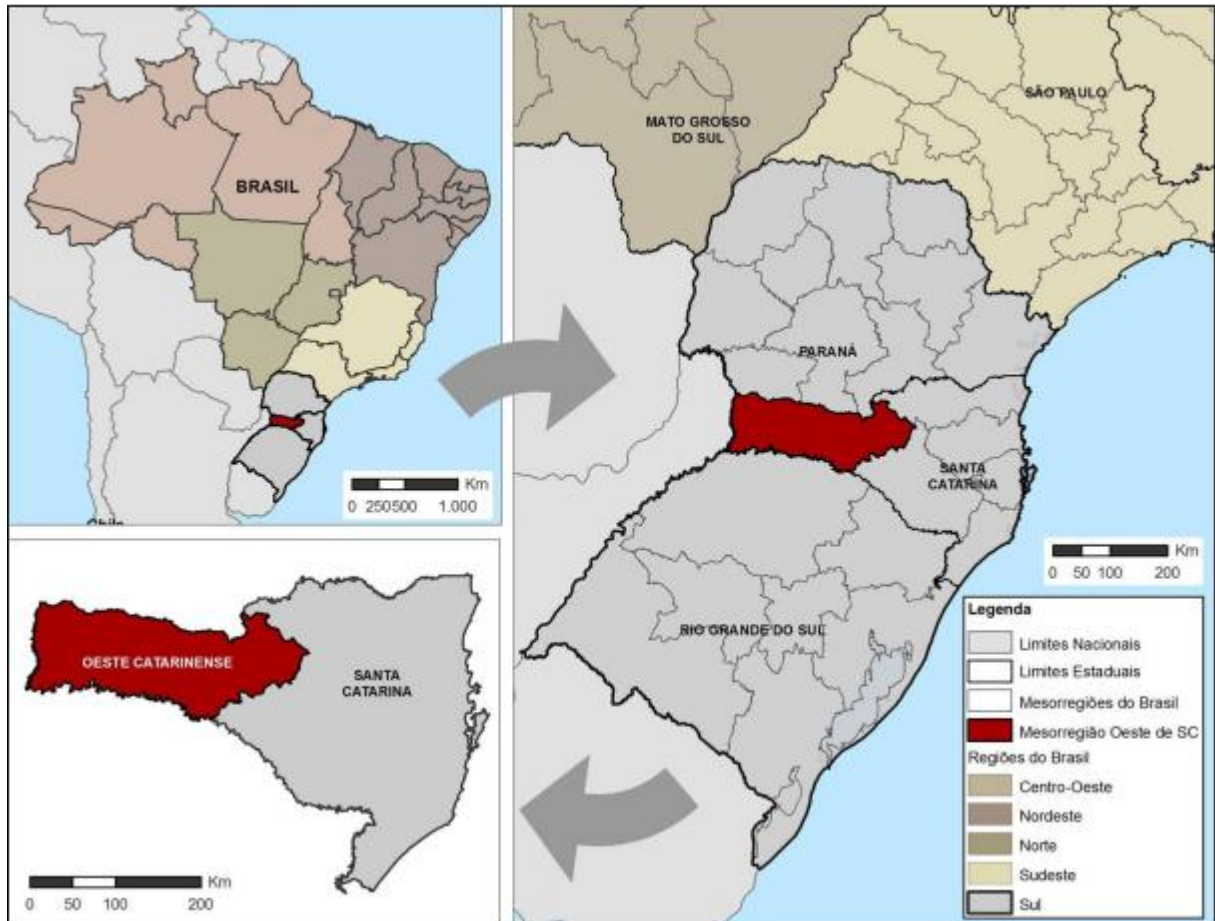
Assim sendo, a constituição do que hoje chamamos de região Oeste catarinense, onde estavam localizadas as terras da Companhia Sul Brasil, são resultados de processos históricos.

⁶⁷ RECKZIEGEL, A. L. S. História regional: dimensões teóricas conceituais. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999; SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁶⁸ BARROS, José D'Assunção. O lugar da história local. In: **A expansão da história**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 165-187.

O IBGE⁶⁹ denominou de mesorregião Oeste catarinense (Mapa 3), a região que compreende o território que faz divisa ao sul com o estado do Rio Grande do Sul, ao oeste a República da Argentina e ao norte o estado do Paraná.

Mapa 3 - Mesorregião Oeste catarinense.



Fonte: BIGATON, Indianara Cristina; MAIA, Claudio Machado; RANDOLPH, Rainer. As múltiplas divisões territoriais da região do Alto Uruguai catarinense e sua (des) articulação. In: VIII seminário internacional de desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, UNESC. **Anais do VIII seminário internacional de desenvolvimento regional**, 2017.

Para definição de região, além dos elementos culturais e históricos, aspectos físicos e geográficos são normalmente utilizados como marcos delimitadores deste espaço. A mesorregião Oeste de Santa Catarina se localiza entre o rio Uruguai no sul, o rio do Peixe ao leste, rio Peperi-Guaçu ao Oeste e ao norte o divisor de águas das bacias do rio Uruguai e rio Iguaçu. A formação física desse ambiente e a cobertura vegetal compõe processos de longa

⁶⁹ IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, IBGE, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acesso em: 04 de set. 2019.

duração, fruto de eventos geológicos e climáticos de milhões de anos, como veremos onde os grupos humanos ao ocupar este espaço interagiram e o transformaram.

2.2.1 Aspectos físicos e naturais da região Oeste de Santa Catarina

A geomorfologia da paisagem no Oeste catarinense serviu de divisas para as fronteiras, nacionais e regionais que foram constituídas. A paisagem da região apresenta formas e relevos, resultado da ação de agentes modeladores externos, rios, gravidade e chuva, sobre variados tipos de rochas e estruturas. Também ocorreram eventos geológicos, como movimento de placas tectônicas e erupções vulcânicas, que modelaram a forma atual da região.

O Oeste catarinense tem uma topografia que aumenta a altitude de sul para norte, onde a maioria dos rios é drenada em direção ao rio Uruguai. A hidrografia⁷⁰ da região pertence a grande bacia platina dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai. O rio Uruguai, o maior da região “tem um perfil longitudinal escalonado no alto curso, enquanto no médio curso, onde o rio drena uma topografia dissecada, o perfil é suavizado”. Já o rio Chapecó, que compõe seu maior tributário em Santa Catarina, é um rio muito sinuoso em todo seu curso⁷¹. Os principais afluentes do Uruguai são: rio do Peixe, Jacutinga, Irani, Chapecó, rio das Antas e o Peperi-Guaçu, este último que delimita a divisa com a Argentina⁷².

Essa região para fins de estudo foi agrupada em um mesmo compartimento de relevo, chamado de planalto dissecado do rio Iguaçu-rio Uruguai, que compreende a região drenada por essas bacias hidrográficas. Estudos com imagens de radar, sugerem que esse compartimento foi formado na era mesozoica jurássica, quando ocorreu a abertura do oceano Atlântico, que separou os continentes sul-americano e africano. Este evento provocou reativação de sistemas de falhas e fraturas do pré-cambriano, e vários derrames de lava sucessivos que recobriram as rochas sedimentares da bacia do Paraná. Dessa atividade advém a composição do solo basáltico, e a formação do arenito Botucatu⁷³.

Outro evento geológico que influenciou a geomorfologia foi o soergimento da Serra Geral durante o terciário, que fez o relevo da antiga bacia sedimentar do Paraná também levantar. Aliado aos derrames de lavas subsequentes, formam hoje um grande bloco de planalto

⁷⁰ Visualizar o Mapa 1: Mapa das bacias hidrográficas de Santa Catarina.

⁷¹ *Ibid.* p.125.

⁷² ANTUNES, Rui Batista; CONSTANTE Vinicius Tavares. Hidrografia. In: SANTA CATARINA. **Atlas geográfico de Santa Catarina**: diversidade na natureza, fascículo 2. 2.ed. Editora UDESC: Florianópolis, 2016. p. 123.

⁷³ LUIZ, Edna Lindaura. Geomorfologia. In: SANTA CATARINA. **Atlas geográfico de Santa Catarina**: diversidade na natureza, fascículo 2. 2.ed. Editora UDESC: Florianópolis, 2016.

que declina para sudoeste, com uma variação de altitude de 1.800 m, em seu pico máximo, na Serra Geral, até 200 m de altitude em vales do Uruguai. Da Serra em direção ao Oeste catarinense o relevo é menos dissecado do que para leste, com exceção dos vales de alguns rios, geralmente as elevações apresentam forma de morros e montanhas com topos planos, seguindo a estrutura dos derrames, no entanto, em alguns locais são profundos, encaixados e sinuosos⁷⁴.

As altitudes do Oeste catarinense são caracterizadas por não possuir bruscas variações, predominando no planalto dissecado do rio Iguaçu/rio Uruguai, vales profundos e encostas em patamares com altitude de até 1000m e poucos locais inferior a 200m. O relevo caracteriza-se como um plano monoclinal, mas apresenta em partes dispersas do planalto dos campos gerais, cotas altimétricas de 600 a 1200m, onde predomina a vegetação de campos naturais e Floresta Ombrófila Mista:

As altitudes da faixa entre 200 e 400m são pouco expressivas no território catarinense, dos fundos de vale dos rios Uruguai e de seus afluentes rio das Antas, Chapecozinho e Iracema localizados no Planalto Dissecado Rio Iguaçu – Rio Uruguai. Estas altitudes ocorrem no planalto por causa da forte erosão dos rios sobre os derrames de lavas e do basculamento estrutural para sudoeste comentado anteriormente. Altitudes entre 400 e 800m caracterizam os terrenos do Oeste de Santa Catarina, no vale do rio Uruguai e seus afluentes. São encontrados terrenos no Meio Oeste do estado também neste intervalo de altitudes, especialmente nos vales do rio do Peixe e do rio Canoas⁷⁵.

Na região Oeste catarinense a vegetação predominante até o último século foram as florestas. Cobertura vegetal que se desenvolveu ao longo de 50 milhões de anos, no entanto, o continente americano assume a forma atual entre dois e 4 milhões de anos. As eras glaciais, que chegaram ao ápice entre 25 e 18 mil anos, geraram a expansão e retração da vegetação, resultando no alto grau de endemismo das florestas da Mata Atlântica. A cerca de 12.000 anos as geleiras se retiram para as altitudes dos Andes, e a Mata Atlântica alcançaria sua maior expansão, cobrindo cerca de 3500 quilômetros ao longo da costa sul-americana⁷⁶.

As diferenças da paisagem natural, sejam na composição física, rios, vales, planícies e campos de altitude, juntamente com a vegetação tiveram influência decisiva nos diferentes processos de ocupação que ocorreram na região. Existe uma nítida dicotomia na opção dos locais que se estabeleceram certos grupos humanos, principalmente, entre ambientes de floresta e campos, assim como, entre a Floresta Estacional Decidual e a Floresta Ombrófila Mista. Seguindo a variável ambiental, em um mesmo período ou em épocas diferentes, ao explorar os

⁷⁴ *Ibid.* p. 106.

⁷⁵ *Ibid.* p. 113.

⁷⁶ DEAN, *op. cit.* p. 35-37.

recursos do meio, a ocupação humana optou ou foi forçada a optar, por diferentes variáveis ambientais e se adaptar a elas.

2.2.2 A ocupação humana do Oeste catarinense

Os primeiros grupos humanos chegaram na região Oeste catarinense entre 8 e 10 mil anos antes do presente⁷⁷, conforme datações mais antigas de sítios arqueológicos no Alto Uruguai e Oeste catarinense. Estes grupos pioneiros formados por caçadores-coletores nômades, encontraram com essa geografia, de formas e relevos, com rios e vales abundantes, apesar do clima e a umidade serem diferentes de hoje, mais frio e menos úmido, o que mudava o perfil da vegetação. A presença humana na região sul do Brasil começou por grupos de caçadores-coletores das tradições Umbu, Humaitá e Vieira.

Esses primeiros grupos que chegaram ao sul do país, dividem em três levas migratórias, formadas por: 1) Caçadores-coletores nômades, associados a tradições arqueológicas, denominadas de Umbu, Humaitá, Vieira e os povos dos Sambaquis 2) Povos de matriz linguística Jê, associados aos grupos indígenas Kaingang e Xokleng; 3) Povos de matriz linguística Tupi-Guarani⁷⁸. A presença destes povos alcançou praticamente todos os espaços quando aportaram os primeiros povoadores europeus, especialmente espanhóis e portugueses⁷⁹.

Os primeiros povoadores se valeram de características geográficas para ocupar a região. A vegetação, hidrografia, altitudes, variações de temperaturas e a geologia determinaram a existência de sítios e oficinas características de cada grupo. A flora e a fauna, e a abundância de água doce, favoreciam o surgimento de povos com características de caça e coleta primeiramente⁸⁰, sendo que, seus assentamentos preferenciais eram em campo aberto. Mais tarde, entre 2.000 a 3.000 anos antes do presente, registra-se a presença de povos de matriz linguística Jê e Tupi-Guarani, conforme datação de sítios arqueológicos.

Os povos migratórios mais recentes eram praticantes de agricultura e artefatos de cerâmica. Os Jês por volta de 2,5 mil anos começaram a ocupar as terras altas do Brasil meridional, espalhando-se por todo ambiente incluindo regiões costeiras. A origem provável

⁷⁷ CARBONERA, Mirian. Notas sobre a história das sociedades pré-coloniais do oeste catarinense. Criciúma: **Revista Tempos Acadêmicos**. n° 11, 2013 p. 117-134.

⁷⁸ NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil. **Revista Usp**. n. 44, 1999-2000.

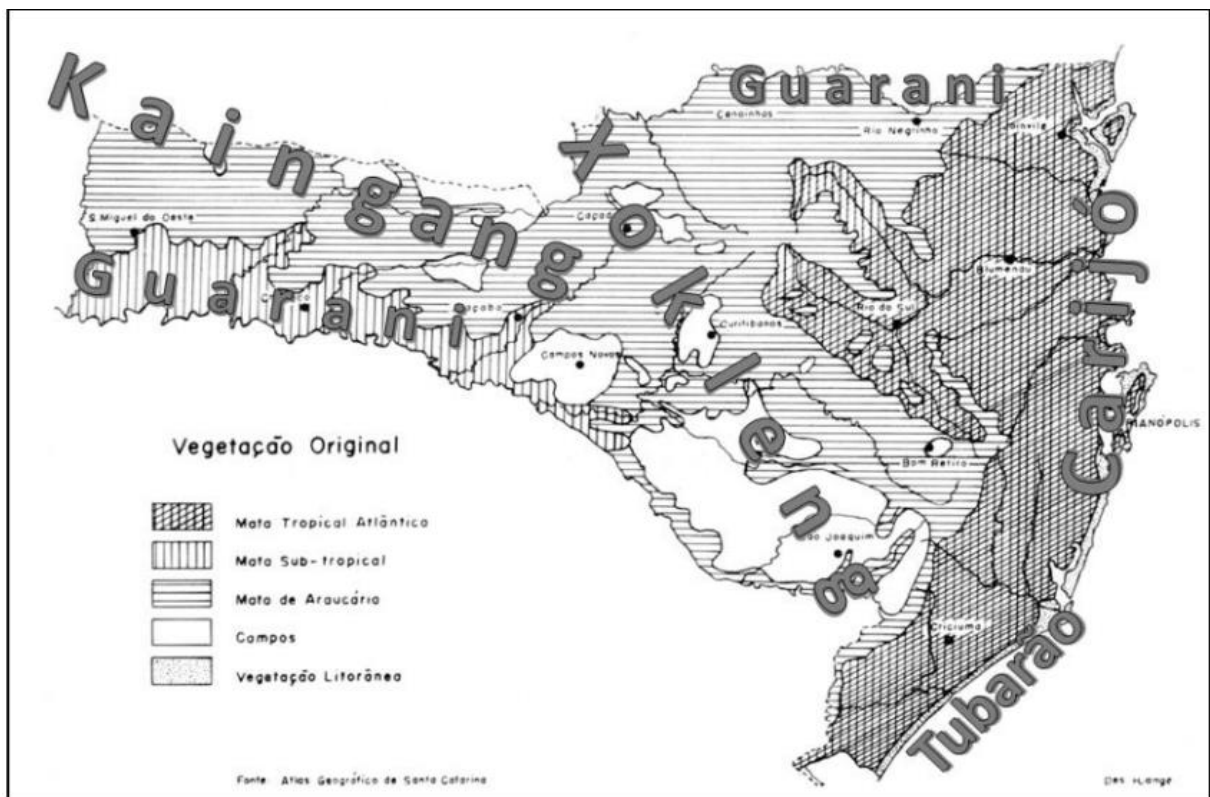
⁷⁹ LINO, Jaison Teixeira. O povoamento indígena no sul do Brasil: As contribuições da arqueologia na história. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. **História da fronteira sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, Chapecó: UFFS, 2015. p. 92.

⁸⁰ DMITRUK, Hilda Beatriz. Ocupação pré-colonial do oeste catarinense. **Cadernos do Ceom**. Chapecó: UnoChapecó. Ano 19, n. 23, 2006.

desses povos é a região central do Brasil, entre a área do Cerrado e o sul da Floresta Amazônica, onde existem povos da mesma matriz linguística⁸¹. Em tempos históricos ficaram conhecidos como Kaingang e Xokleng, e optaram preferencialmente por áreas com altitudes maiores em Santa Catarina, acompanhando a presença da *Araucaria angustifolia*, e dos campos de ervamate nativa, recursos que os Jês aprenderam a dominar, na Floresta Ombrófila Mista.

O grupo Tupi-Guarani, oriundos provavelmente da bacia amazônica, realizou um processo de expansão, por meio do povoamento dos grandes vales da borda ocidental dos rios Uruguai, Paraguai, Iguaçu, entre outros. Segundo Carbonera⁸², a ocupação desses grupos na região Oeste catarinense, com agricultores pré-coloniais teve a vegetação como uma das variáveis a ser considerada. Conforme as datações dos sítios arqueológicos encontrados, os Guaranis a partir do segundo milênio da era comum ocuparam áreas florestadas próximas do rio Uruguai e seus afluentes, numa altitude entre 100 a 200 metros, na Floresta Estacional Decidual. No ano de 1500 praticamente em todos os espaços do estado havia a presença de povos tradicionais, como pode ser observado no Mapa 4.

Mapa 4 - Distribuição dos povos indígenas de Santa Catarina em 1500.



Fonte: D'ANGELIS, Wilmar R. Frentes de expansão e povos indígenas em Santa Catarina. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 28, p. 34, 1 dez. 2017. p. 43.

⁸¹ LINO, *op. cit.* p. 98.

⁸² CARBONERA, *op. cit.* p. 129.

Estes primeiros povoadores necessariamente foram os responsáveis pelas primeiras mudanças antrópicas no ambiente, culturalizando a paisagem. Por séculos, indígenas transformaram o ambiente na busca por suprimentos, na sua reprodução material, caçaram animais e produziram queimadas para cultivar à terra. No entanto, apesar das transformações inerentes ao processo de ocupação indígena, os relatos do início do período da colonização e fotografias demonstram que as florestas estavam em um avançado estágio de sucessão ecológica⁸³.

A chegada dos europeus no continente americano significou uma segunda invasão humana. Povoaram em ritmo insignificante até o século XIX, mas causaram grandes impactos aos povos nativos e ao ambiente, pois trouxeram uma gama de flora e fauna exóticas, que competiam e simplificaram os ecossistemas existentes, e junto vieram seus parasitas e doenças, que proliferavam no ambiente sem seus inimigos naturais de origem⁸⁴. Muitos grupos indígenas que entraram em contato com os europeus, foram acometidos pelas suas doenças, ou foram subjugados pela escravização, eliminação e miscigenação.

Os primeiros registros da presença de europeus, na atual região Oeste catarinense, ocorrem apenas de passagem, até o século XIX. Por volta de 1541, consta a passagem do lendário espanhol D. Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que partiu do litoral catarinense por terra para alcançar Assunção (Paraguai). Depois a presença do militar alemão Ulrich Schmidel, a serviço de Assunção, teria chegado ao que seria hoje o município de Palmitos, na margem direita do rio Uruguai, em 1552. Possivelmente houve a presença de jesuítas, que apesar de não terem se estabelecido na região Oeste catarinense, tiveram reduções em regiões próximas, ao norte do rio Iguaçu, no Guaíra (1609-1629) e no Rio Grande do Sul, nas reduções do Tape, após 1626⁸⁵.

As missões jesuíticas atraíam bandeirantes paulistas, que atacavam e sequestravam os indígenas para serem vendidos como escravos em São Paulo, e atravessavam a região e destruíram muitas das reduções, no século XVII. No entanto, os jesuítas eram em sua maioria da Espanha, e suas reduções estavam localizadas no Rio Grande do Sul, na Argentina e

⁸³ CARVALHO, *op. cit.* p. 39.

⁸⁴ DEAN, Waren. A botânica e a política imperial: a introdução e domesticação de plantas no Brasil. **Estudos históricos**: Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p. 217.

⁸⁵ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**: Chapecó, ano 19, n.23, 2006.

Paraguai. Os Sete Povos das Missões na margem direita do rio Uruguai, possuíam grandes estâncias de gado criado solto, o que gerou a cobiça dos portugueses⁸⁶.

As prósperas missões jesuíticas dos povos guaranis no Rio Grande do Sul foram envolvidas na disputa colonial entre Espanha e Portugal, no tratado de Madrid (1750), onde a posse foi dada a Portugal. Porém, forçados a sair de suas terras, os indígenas e alguns jesuítas resistiram no que levou as guerras guaraníticas (1753-1756), e ao fim das reduções⁸⁷.

A região dos campos sulinos foi ocupada sob o comando dos portugueses nessa época, para criação de gado, por estancieiro, onde a pecuária e o charque formavam os principais produtos da região. No início do século XVIII foi aberto um caminho pelos paulistas, ligando Viamão no Sul a Sorocaba em São Paulo, onde ocorriam grandes feiras. Esse caminho passava pelos campos de Lages, e campos gerais paranaenses e servia de rota comercial para vender a produção sulina, de bois, cavalos, mulas e gêneros regionais. Os caminhos das tropas resultaram na ocupação europeia e mestiça dos campos do planalto brasileiro e na criação de vilas.

A ocupação do sul do Brasil por não indígenas teve na vegetação um fator importante para o povoamento, onde existia a dicotomia entre “densas matas sempre verdes [...] e campos limpos”⁸⁸, o que resultou em “diferentes paisagens”⁸⁹. A ocupação do interior, foi iniciada pelas áreas de campos com a instalação de fazendas para pecuária, na busca por novas áreas para essa atividade. Nestas regiões se desenvolveu uma sociedade pastoril, em torno de um grande proprietário, que estabelecia relações clientelistas com seus empregados e agregados, sejam eles, luso-brasileiros, indígenas, escravos negros e mestiços.

A conquista dos campos de Palmas veio nessa expansão da pecuária, por volta de 1839, e com o passar do tempo se alastrou para outras áreas ao oeste nos campos do Erê e Irani. Em um primeiro momento as frentes pastoris ocuparam os campos deixando as regiões de matas praticamente intocadas. Essa ocupação dos campos gerou conflitos entre fazendeiros e indígenas, bem como, conflitos internos ocasionados pelas estratificações sociais e relações clientelistas entre patrões e agregados⁹⁰.

⁸⁶ *Ibid.*

⁸⁷ GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: O levante indígena que desafiou Portugal e Espanha.** São Paulo: Ed. Terceiro Nome. 2014.

⁸⁸ WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Ano XI, n.2, Abr.-Jun. 1949. p. 162.

⁸⁹ RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense.** 2.ed. Chapecó: Argos, 2006. p.31.

⁹⁰ RENK, *op. cit.* p. 34.

Com a conquista dos campos para a pecuária, por algum tempo as florestas foram deixadas de lado para a ocupação, apesar de consideradas boas para a agricultura, não possuíam muito valor aos fazendeiros. O caminho de tropas das Missões, aberto no século XIX, ligou a região das missões até os campos de Palmas, abrindo uma rota importante que também serviu para ocupação das florestas da região Oeste. As colônias militares do Chopim e Chapecó, a partir de 1882, duraram poucos anos, mas também colaboraram no povoamento da região.

As áreas de floresta tradicionalmente habitadas por indígenas começaram a receber outros ocupantes num processo adjacente a formação de fazendas pecuaristas. Muitos que as ocuparam eram advindos de fazendas, mas também compunha essa expansão ex-escravos, escravos libertos, foragidos da justiça, peões e agregados⁹¹. Nas matas se estabeleciam como uma população que vivia de subsistência, da extração da erva-mate, da roça cabocla, as quais dividiam entre áreas de criar animais e plantar, sendo estes habitantes comumente chamados de caboclos⁹². Mais tarde, as áreas de floresta foram destinadas para a colonização, de pequena propriedade agrícola e familiar, por migrantes descendentes de europeus.

Os caboclos não configuravam um único fenótipo, pois eram de diferentes regiões do país, no entanto, partilhavam valores comuns. Alguns eram da colônia militar de Chapecó de procedência nordestina, outros com ancestrais indígenas, ex-escravos e descendentes, egressos de fazendas de Palmas, Lages e do Rio Grande do Sul, bem como, ex-combatentes das revoluções federalistas e foragidos das forças policiais⁹³. Paulo Pinheiro Machado fez apontamentos sobre sua definição:

[...] não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões⁹⁴.

Para a população cabocla a floresta diferente do campo, poderia representar independência dos laços até então costurados nas fazendas pastoris⁹⁵. A população poderia

⁹¹ MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Paisagens caboclas: agricultura e criação de animais no oeste de Santa Catarina. In: MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos. **Mundo rural: regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária**. Passo fundo: EDIUPF, 2019. p. 178.

⁹² BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História** (São Paulo) v.34, n.1, p. 303-322, jan./jun. 2015. p. 305-306.

⁹³ RENK, Arlene; SAVOLDI, Adiles. Introdução. In: CEOM. **Inventário da cultura imaterial cabocla do Oeste de Sanat Catarina**. Chapecó: Argos, 2008. p. 13.

⁹⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Unicamp, 2004. p. 48.

⁹⁵ MORETTO; BRANDT, *op. cit.*, p. 176.

viver e a fitofisionomia permitia, da agricultura de subsistência nos roçados abertos na floresta, do extrativismo da erva-mate, da criação de animais, da caça e da pesca. Se apossavam das terras de mato, compreendendo à terra como seu valor de uso, com técnicas de queimadas e sem ferramentas complexas, sendo que a principal característica da paisagem cabocla, a “roça cabocla”, era uma prática de dividir espacialmente entre terras de plantar e terras de criar⁹⁶.

Seu modo de vida e suas técnicas próprias foram vistas como inferiores ante aos colonos que vieram trazidos no século XX pelas companhias de colonização, como evidencia no relato de Breves, agrimensor que trabalhou nas terras do Oeste:

Não conheciam o uso dessa antiquíssima ferramenta agrícola chamada enxada. Faziam suas roças apenas com foice machado e fogo. [...]Gostavam sobretudo de derrubar matas virgens e capoeirões porque a madeira derrubada dava bom facho para fogo. [...] No ano seguinte faziam nova derrubada e assim iam até que a nova derrubada se tornasse em capoeira. Tudo para não usarem enxada [...] tinham seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas. Mas iam fazer suas roças a beira de uma sanga ou rio a léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazer cercas e poder ter seu cavalo e vaca (quando o tinham) perto de casa. Isto fazia com que a moradia do caboclo fosse uma desolação⁹⁷.

Caboclos e indígenas, considerados grupos atrasados pela elite econômica e política da época, foram preteridos ao iniciar a colonização do Oeste catarinense, a partir de 1917. A colonização, foi promovida por companhias colonizadoras, após o acordo territorial entre Santa Catarina e Paraná. Dada a grande quantidade de terras devolutas na região, o governo catarinense conferiu concessões as colonizadoras. Os colonos de ascendência europeia, que já haviam feito prosperar várias colônias no Rio Grande do Sul, foram o grupo escolhido para povoar estas terras. Um dos principais motivos era que o colono já estava na racionalidade capitalista e pagariam as companhias pela aquisição do lote, diferente dos caboclos ou indígenas.

A colonização, levado a cabo pelas companhias, trouxe os colonos de ascendência europeia, com intuítos claros de lucrar com a venda da terra, mas também pretendiam comercializar a madeira das florestas. Assim, as companhias cumpririam o papel de integrar a região economicamente com o restante do Brasil. Nesse sentido, a vinda dos colonos representava o progresso, contra o atraso dos indígenas e caboclos. As qualidades dos colonos

⁹⁶ MORETTO; BRANDT, *op. cit.*, p.178.

⁹⁷ BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. Florianópolis: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. n. 6, 1985. p.21.

eram frequentemente exaltadas, principalmente os de origem alemã e italiana, pelo trabalho, ordem e alto nível social⁹⁸.

A chegada das colonizadoras intensificou a transformação da paisagem, através da inserção de núcleos coloniais, das atividades socioeconômicas externas baseadas na agricultura de excedente e na exploração da madeira. Essas atividades colaboraram para desestruturar antigas concepções de uso e acesso à terra, de aproveitamento dos recursos florestais e da agricultura de subsistência. A limitação territorial pela colonização, fragmentando a terra em pequenos lotes privados, alterou o sistema tradicional dos caboclos, por exemplo a criação dos porcos soltos, e pressionou a supressão de vastas matas sem a possibilidade de regeneração⁹⁹.

2.2.3 Disputas e formação das fronteiras geopolíticas

A constituição das fronteiras do Oeste catarinense foi cunhada em um longo processo de disputa por sua posse. Apesar da baixa demografia até o início do século XX, o controle destas terras e matas ficavam cada vez mais cobiçadas. Os ameríndios, como vimos vieram em levadas migratórias e dominavam as terras da região, no entanto, com a chegada dos europeus, a partir de 1500, a relação de domínio começou a mudar, os indígenas foram perseguidos, expulsos, assimilados ou mortos na expansão portuguesa.

Os europeus ocuparam as costas litorâneas e mais tarde adentraram ao interior do continente sul-americano. Com a descoberta do novo mundo as nações envolvidas, Portugal e Espanha, estabeleceram limites fronteiriços por tratado¹⁰⁰, mas com a efetiva ocupação foi necessário um novo, pois através do princípio do *uti possidetis*¹⁰¹, as terras poderiam pertencer a quem primeiro as ocupasse. O Tratado de Madri, editado em 1750, delimitou os marcos fronteiriços entre as duas nações europeias, e assim a nossa região de estudo, passou a ser posse portuguesa neste tratado. Porém, os rios que serviram de marco fronteiriço, na região (rios Peperi-guaçu e Santo Antônio) foram mais tarde questionados pelos espanhóis, permanecendo a disputa por estas terras para os estados independentes que surgiram das colônias, a República Argentina e o Império do Brasil¹⁰².

⁹⁸ COSTA, Arthur Ferreira da. **O Oeste Catharinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia. 1929. p. 18.

⁹⁹ FERRARI, *op. cit.* p. 28.

¹⁰⁰ O primeiro tratado foi de Tordesilhas de 1494, uma linha imaginária dividia o território americano entre as potências navais da época Portugal e Espanha, sendo que as terras ao oeste da linha pertenciam a Espanha, e ao leste para Portugal.

¹⁰¹ Princípio do direito internacional que definia em disputas envolvendo soberania territorial, reconhecer a legalidade e a legitimidade do poder estatal que de fato exerce controle político e militar sobre a região em litígio.

¹⁰² WERLANG, *op. cit.* p. 22.

A disputa fronteiriça, herdada por Brasil e Argentina, ficou conhecida como a “Questão de Palmas” pelo lado brasileiro e de Misiones pelo lado argentino. A região passou a ganhar importância no final do século XIX, e despertar interesse econômico por suas terras, ervais nativos e madeira em abundância. A questão acirrou-se entre os dois países, mas depois de muitos anos de indefinições, um veredicto final foi arbitrado pelo presidente americano Grover Stephen Cleveland, ao analisar provas e argumentos dos dois países deu ganho de causa ao Brasil, em 6 de fevereiro de 1895¹⁰³.

Com a definição da Questão de Palmas, outra disputa surgiu na região estudada, agora internamente, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, que passaram a reivindicar a posse das terras devolutas ao oeste. A questão foi judicializada, e Santa Catarina ganhou a ação no Supremo Tribunal Federal em 1904, mas o estado do Paraná entrou com recurso, no entanto, os catarinenses novamente foram vitoriosos em 1909 e 1910. O estado do Paraná ignorou a decisão, continuando a atuar nessa jurisdição, inclusive escriturando terras, causando tensão na região do Contestado.

As indefinições persistiam quando eclodiu a Guerra do Contestado (1912-1916). O conflito se deu, em uma região que perpassava a área contestada entre os dois estados, mas suas motivações eram de outras ordens, que resultaram na união e revolta dos caboclos do planalto frente a diversas injustiças que sofriam, seja em relação a suas crenças, a posse das terras, as mudanças econômicas e culturais, do final do século XIX e início do século XX. Os revoltosos do contestado lutaram bravamente, mas acabaram reprimidos pelo exército e pela atuação de coronéis locais¹⁰⁴.

Segundo consta nos documentos, a disputa jurisdicional entre Santa Catarina e Paraná, se refletia na cartografia do século XIX e princípio do XX, com indeterminação do que seria o espaço do Oeste catarinense. Dessa forma muitas denominações para se tratar desse local foram utilizadas em mapas, como “sertão de Curitiba”, “campos de Palmas e territórios contíguos”, “sertão inóspito”, “sertão desconhecido” entre outros¹⁰⁵. No entanto, se constituiu como região Oeste catarinense, após a região pertencer de fato a Santa Catarina, após o desfecho da guerra ocorrida no Contestado.

¹⁰³ MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da Fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. **História da fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, Chapecó: UFFS, 2015.

¹⁰⁴ Ver obras de referência como: VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 1998; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: UNICAMP, 2004.

¹⁰⁵ SILVA, Augusto da; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. **Fronteiras**: revista catarinense de História, Florianópolis: n. 18, 2010. p. 143.

Findado o conflito o presidente da República Wenceslau Braz, estava preocupado com os rumos da questão territorial entre Santa Catarina e Paraná. A fim de apaziguar a região, intercedeu um “acordo” dividindo o território contestado, ficando aproximadamente 20 mil Km² com o Paraná, e 28 mil Km² com Santa Catarina¹⁰⁶, aceito por ambas as partes, conforme o Mapa 5.

Mapa 5: Área do Contestado.



Fonte: AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. São Paulo. Ática, 1994, p. 20.

O governo catarinense criou em 1917 os municípios de Chapecó, Cruzeiro, Mafra e Porto União pela Lei nº 1147/1917¹⁰⁷. Chapecó e Cruzeiro (atual Joaçaba) constituíam em território praticamente a mesma extensão da atual da mesorregião Oeste de Santa Catarina. A partir de então o governo estadual poderia explorar a área, pois quase toda a área era considerada devoluta. Havia poucas propriedades escrituradas, por isso, tão logo tomou posse o estado catarinense articulou a colonização por companhias colonizadoras¹⁰⁸.

¹⁰⁶ WERLANG, *op. cit.* p. 28.

¹⁰⁷ SANTA CATARINA. **Lei nº 1147, de 25 de agosto de 1917**. Dividindo em quatro municípios o território que passa para jurisdição do Estado em virtude do acordo homologado por lei da República n. 3.304 do corrente mez. Florianópolis, 1917. Disponível em: <https://portouniao.webnode.com.br/curiosidades/lei%20n%C2%B0201147%20de%2025%20de%20agosto%20de%201917/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

¹⁰⁸ WERLANG, *op. cit.* p. 28.

Resolvidas as disputas fronteiriças, o estado catarinense levou a cabo a colonização com colonos de ascendência europeia, principalmente ítalo-brasileiros e teuto-brasileiros, os colonizadores ideais, por serem considerados civilizados, ordeiros e trabalhadores. O intuito do estado era tomar posse, integrar economicamente essa porção de território, no entanto o processo seria conflituoso e ocasionaria consequências ambientais e sociais. A exemplo do que ocorria no planalto norte, onde as florestas já estavam sendo exploradas e as terras colonizadas principalmente pela *Lumber*, subsidiária da *Brasil Railway Company*, empresa de capital estrangeiro, construtora da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande¹⁰⁹

Segundo Alfredo Bosi¹¹⁰, a colonização reflete um processo de dominação, que está na epistemologia da palavra. Sua origem do latim, e seu uso remonta ao império romano, representava a sujeição de terras ou um povo pela dominação, para seu uso e cultivo. Esse processo de colonização/dominação foi observado com a vinda dos portugueses para o Brasil, mas na região de estudo é promovido principalmente pelas companhias colonizadoras, com a anuência do estado. Esse processo de colonização, por vezes conflituoso, refletiu na dominação do ambiente em especial das florestas, mas também na marginalização dos grupos humanos tradicionais.

2.3 ERA PURO MATO: COLONIZANDO O SERTÃO DESCONHECIDO DE SC

As companhias colonizadoras começaram a sua atuação em terras adquiridas do estado no início do século XX. Atraíram os contingentes de colonos migrantes a comprar a terra no Oeste de Santa Catarina, mas ao mesmo tempo os caboclos também ocupavam estas terras devolutas. Dos participantes desse processo de ocupação e colonização, por colonos e caboclos, advém os relatos que na região “era puro mato” que aparece com frequência nos testemunhos orais, podendo representar uma condição ambiental da época, mas também a falta de estruturas e a baixa densidade demográfica.

Um dos exemplos é o relato de Pedro Sebastiane, colono que adquiriu terra da Companhia Sul Brasil, o qual refere-se que seu lote “era puro mato, terra boa”¹¹¹, pois as terras de mato eram consideradas naturalmente férteis. Dona Jorgina da Silveira, de origem cabocla,

¹⁰⁹ THOMÉ, Nilson. **O ciclo da madeira no Contestado**: Um retrato do século XX. Curitiba: MTÉ Gestão de Comunicação, 2010.

¹¹⁰ BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 4.ª ed., 1996.

¹¹¹ Entrevista realizada por Alceu Antonio Werlang em 1991. WERLANG, *op. cit.* p. 90.

reforça está imagem sobre a paisagem da região, que “era puro sertão, puro sertão aqui [...] só carreirinho”¹¹², reforçando a ideia da baixa presença humana no início da colonização.

O domínio da floresta na paisagem é visto também nos relatos de viajantes e escritores sobre a região. Adolf Ringwald, descrevendo a região em 1929, destaca que “o silêncio reinava sobre as vastas florestas da região do contestado, interrompido somente pelos estrondos das águas que desciam as montanhas, as quais, hora como correnteza, hora silenciosa e majestosamente corriam para desaguar no Uruguai”¹¹³.

Outro exemplo são os relatos oriundos da primeira viagem oficial do poder público estadual a região (Mapa 6). Ocorrida em 1929, o então presidente do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, vem ao Oeste para celebrar um acordo de polícia com o Rio Grande do Sul, bem como, para representar a conquista brasileira e catarinense destas regiões distantes e esquecidas, assegurando a posse e nacionalizando a população nas fronteiras.

Mapa 6 - Trajeto percorrido na viagem de 1929.



Fonte: CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005. p. 157

¹¹² Entrevista realizada em 2010, com Jorgina Silveira onde a entrevistada relata que morava a 68 anos em Pinhalzinho. SILVEIRA, Jorgina Santana da; ERTAL, Amantina Paulina. Pesquisa Histórica. [Entrevista concedida a] Marcio Luiz Rodrigues. Pinhalzinho: **Museu Histórico**, 10 mar. 2010, p. 1.

¹¹³ RINGWALD, Adolf. A região do Ex- contestado. ENTRES, Gottfried (Org.). **Livro de memória em comemoração aos 100 anos de colonização alemã no estado de Santa Catarina**. Tradução de: Gedenkbuck zur Jahrhundertfeier deutscher einwanderung im state Santa Catarina. 1929. Blumenau: Nova letra, 2009.p.67.

Arthur Ferreira da Costa, chefe de polícia do estado, acompanhou a comitiva do presidente Adolfo Konder. Deixou algumas impressões do meio ambiente local, descrevendo a travessia pelas picadas fechadas em meio a mata virgem, o rio Uruguai com suas corredeiras e dificuldades de navegação, entre outros atributos ambientais. Em destaque as florestas:

A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro de diâmetro. Ervais que irrompem na pequena roçada feita para a picada, árvores de inúmeras qualidades especialmente o cedro. Desse caminho estreito e cheio de empecilho, raramente se lombriga um pedaço de céu. As árvores são tão altas e tão emaranhadas em suas comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras que vedam a visão do firmamento¹¹⁴.

As florestas foram representadas como vastas e dominantes, por vezes maravilhando os espectadores. Assim também é a narrativa de Tutz Culmey Herwig, filha do colonizador Carlos Culmey, que conta em seu livro da dificuldade que era transpor a floresta, pois a “mata é densa, de difícil orientação, inabitável, cheia de velhas árvores, arbustos cipós, bambus, onde somente é possível abrir caminho com o facão, cheia de mistérios”¹¹⁵.

Quanto ao questionamento do capítulo, se era tudo mato, a resposta é não. Como já vimos, a natureza não é estanque, e por si só produz dinâmicas que podem modificar o meio ambiente. Além disso, havia a ocupação de povos tradicionais há mais 8 mil anos atrás, que interferiam e transformavam a paisagem e as florestas a seu favor. Também devemos ter em mente que as dinâmicas naturais ao longo dos anos transformam os ambientes, além disso, na região também existiam áreas onde a vegetação natural era de campos.

A palavra mato é possivelmente a tradução portuguesa de *caá-eté* do vernáculo Tupi-Guarani, que era como esses povos designavam as florestas da costa. No entanto, os indígenas tinham diferentes palavras para designar as variações de sucessões da vegetação, e o português falado no Brasil, absorveu algumas definições do tupi, por exemplo: “capoeira” que tem origem nesse vernáculo, advém de *caapi* (capinar), ou *cáa-puan* que significaria “ilha de mato”. Já a palavra “floresta” mais usada atualmente, historicamente era pouco comum no português, sendo mais empregado outros termos, como: “bosques”, “arvoredos”, “mata” e “mato”¹¹⁶.

¹¹⁴ COSTA, *op. cit.*, p. 29.

¹¹⁵ HERWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K. **A filha do pioneiro**. Tradução de Ricardo Meyer. São Carlos: Edição da Prefeitura Municipal de São Carlos, 1987. p. 38.

¹¹⁶ CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial**. Rio de Janeiro: Geramond, 2014. p. 64.

No dicionário Michaelis¹¹⁷, mato pode ter diferentes significados, sendo um substantivo masculino, podendo designar: um “terreno inculto coberto de árvores”, ou na botânica “plantas agrestes de pequenas dimensões”. É utilizado nas expressões populares para designar oposição do campo com a cidade, nesse sentido, mato pode representar o não civilizado, como também é utilizado para enfatizar o desbravador, aquele que quando chegou ainda era tudo mato.

Conforme Golo¹¹⁸, a expressão “mato” faz parte das construções do Oeste catarinense, assim como “sertão”, e as duas eram retratadas como prerrogativas negativas na época da colonização, pois o mato era sinônimo de floresta abandonada, que nada traz de progresso, ao contrário do proveito das matas para a agricultura. Assim o que era bom e sinônimo de progresso era o cultivo, pois a riqueza estava no solo, portanto as matas deveriam ser devastadas para proveito da terra, alimentando o crescimento da população, integrando a região economicamente.

A relação dos grupos humanos que ocuparam o Oeste catarinense com as florestas, foi muito distinto, dado também por períodos diferentes em que ameríndios, caboclos e colonos, se encontraram com essa paisagem, com modos próprios de se relacionar e apropriar dos recursos naturais e florestais. Os diferentes ritmos de transformações ambientais são explicados principalmente pelas técnicas empregadas, sendo que a partir da colonização no início século XX, aconteceram as mudanças mais significativas nas matas. Os colonos eram vistos como os melhores povoadores, que comprariam suas terras e sobreviveriam produzindo riqueza delas.

Indígenas, caboclos e colonos coexistiram no processo de colonização, e ainda hoje seus descendentes ocupam a região. Cada grupo que ocupou a região promoveu modificações no meio ambiente em maior ou menor grau, pois como afirma Dean a coexistência do homem com as florestas sempre foi problemática:

Antagonismo não é, em nenhum momento, parte necessária da relação, mas a limpeza da floresta não é mero ditame do preconceito ou orgulho cultural ou de arranjos políticos e sociais imprevidentes. O avanço da espécie humana funda-se na destruição das florestas que ela está mal equipada para habitar¹¹⁹.

Mal equipados para viver nas florestas, os colonos quando chegaram no início do século XX, trazidos pela atuação das companhias colonizadoras, ainda encontraram uma floresta imponente. Confirmada pela Imagem 1, fotografia do álbum de viagem da comitiva do

¹¹⁷ MICHAELIS. **Michaelis**: Dicionário prático da língua portuguesa. 2. Ed. São Paulo: Editora melhoramentos, 2009.

¹¹⁸ GOLO, Cristiomar. Ilegalidade na exploração madeireira: ação do Instituto Nacional do Pinho no Oeste catarinense (1941 – 1966). Criciúma: **Tempos acadêmicos**, n. 6, 2008.

¹¹⁹ DEAN, *op. cit.* p. 24

governador em 1929, onde visualizamos o domínio da cobertura florestal em toda a extensão da imagem.

Imagem 1: A imensidão do sertão em Santa Catarina em 1929.



Fonte: CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005. p.161

A floresta, apesar de abundante no início do século XX, não era puro mato intocado. As matas na época da chegada dos europeus já eram resultados de práticas humanas, um dos exemplos seria a extinção da megafauna que coincide com a presença do homem no continente americano. A extinção desses grandes herbívoros seja pelo rápido resfriamento do planeta, ou pela predação humana, liberou para crescimento da vegetação livre do forrageamento, aliado ao aumento da temperatura mundial que fez a floresta avançar em áreas que antes eram pradarias e cerrados. A grande quantidade de fitomassa proporcionou um regime agrícola de derrubadas e queimadas, o que foi praticado por mais de mil anos, combinado a baixas densidades demográficas e pousios, o sistema era altamente sustentável, mas gerava a liberações impactantes de dióxido de carbono (CO₂), e controlou o avanço e adensamento da Mata Atlântica¹²⁰.

¹²⁰ CABRAL, *op. cit.*, p. 39

Os caboclos começaram ocupar o Oeste catarinense nas zonas de mata em meados do século XIX, nos locais adjacentes as fazendas de pecuária. Seu modo de vida era peculiar, tinha na agricultura de subsistência, práticas sociais e espaciais condizentes com o meio florestal. Na chamada “roça cabocla”, plantavam milho consorciado com feijão e outras culturas, com a técnica da coivara e a criação de animais, especialmente os porcos à solta. Dependiam de grandes áreas para as clareiras do plantio, para o extrativismo da erva-mate, sobrevivendo de forma simples transformando a floresta e usufruindo dela¹²¹.

A chegada das companhias colonizadoras e dos colonos de ascendência europeia, provocaram as maiores transformações nas florestas. As companhias recebiam a concessão do estado para colonizar as terras devolutas, e em seus estatutos, como apresenta o da companhia Sul Brasil, demonstravam seus objetivos que eram “comprar e vender madeira e terras”¹²², para trazer lucros aos acionistas¹²³. Para atingir o lucro as práticas correntes era vender os lotes, povoar a região e aproveitar a madeira disponível das florestas.

O colono agricultor familiar de ascendência alemã, italiana e polonesa, migrante das antigas colônias do Rio Grande do Sul, atraído pelas companhias colonizadoras, era considerado o tipo ideal para colonizar a região. Segundo o relato de Boiteux, “os novos colonos para as glebas catarinenses já são todos nascidos no vizinho estado sulino, descendentes de italianos e alemães, toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho levando aqueles rincões, até a pouco incultos e abandonados, a prosperidade e a riqueza”¹²⁴.

A expressão “era puro mato” colabora para o mito do colono pioneiro, o grande “desbravador”¹²⁵ das terras do Oeste catarinense. Dessa perspectiva também foram escritas muitas histórias de cidades da região, que iniciam pela chegada dos colonizadores migrantes, alemães ou italianos, excluindo a presença humana anterior de indígenas e caboclos, e destacando os feitos considerados heroicos dos colonos pioneiros.

Aconteceu na região algo inverso ao analisado por Norbert Elias no livro “Os Estabelecidos e os Outsiders”¹²⁶, pois os habitantes já estabelecidos foram vistos como inferiores ante aos que vieram no processo de colonização. Os grupos anteriores eram vistos

¹²¹ BRANDT, *op. cit.*, p. 306

¹²² COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Estatuto. Porto Alegre, 1941.

¹²³ WERLANG, *op. cit.*, p. 37

¹²⁴ BOITEUX, J. A. **Oeste Catharinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entress & Irmão, 1931. p. 9

¹²⁵ O Desbravador é um monumento erguido em Chapecó-SC em homenagem ao colonizador que desbravou a região, em uma das mãos segura o machado na outra os louros da conquista do Oeste catarinense. Ver: DALLA ZEN, Daniel. **A construção de representações coletivas: a semiótica no estudo do patrimônio público em Chapecó/SC**. Dissertação (Mestrado em História). UFFS, Chapecó, 2019.

¹²⁶ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

como bandidos, intrusos nas terras que ocupavam, excluídos em detrimento ao grupo que chegou depois com apoio do Estado. Os grupos marginalizados foram relegados a áreas menos nobres, formaram a mão-de-obra barata e temporária, e muitos foram expulsos.

Apesar das transformações que ocorreram no Oeste com a chegada dos migrantes, houve simultaneamente um exercício de mudanças, manutenções e “renegociação de práticas culturais de cada um dos grupos étnicos” em vista da construção de uma memória pública nacional¹²⁷. Nesta mesma época, a partir da década de 1930, estava em curso um processo de nacionalização no país e colonos de origem alemã e italiana, que eram exaltados como bons trabalhadores em detrimento aos grupos tradicionais, também tiveram perdas em relação a suas identidades étnicas. A elite de origem portuguesa apesar de em menor número, ocupava cargos no setor público e nos veículos de comunicação e estava à frente de ações nacionalizadoras.

É nesse contexto que se inicia e desenvolve a colonização do Oeste catarinense, a partir da década de 1920, promovido por várias companhias que incentivavam a vinda dos colonos para estas terras, das antigas colônias do Rio Grande do Sul. A Companhia Sul Brasil destacou-se nesse contexto, por estar localizada às margens do rio Uruguai, e por possuir uma das maiores áreas de colonização e por consequência uma vasta área de floresta.

¹²⁷ NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: Práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFFS, 2009.p. 200.

3 ATUAÇÃO DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

O início da atuação de companhias de colonização na região Oeste catarinense foi o ponto de partida da rápida transformação da paisagem, e das mudanças nas formas de lidar com a natureza vividas no século XX. Os recursos naturais como a terra e a floresta a partir de então foram muito explorados. Um processo que em primeiro momento focava em ocupar a região com colonos, agricultores familiares em pequenas propriedades, mas concomitante desenvolveu a exploração das florestas com a vinda de empreiteiros, serrarias, práticos em navegação de balsas e outros trabalhadores. As atividades de comprar e vender terras e madeiras promovidas pelas companhias resultaram em um grande desmatamento.

Este capítulo trata da colonização da Companhia Sul Brasil, que possuía uma das maiores áreas de terra no Oeste catarinense. As terras da companhia foram concessões recebidas inicialmente por contratos pelo empresário e influente figura na política catarinense José Rupp, junto ao governo do estado. Este empresário repassou seus encargos para a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catharinense, criada em 1920 para gerenciar estes contratos, mas em 1925 esta empresa foi adquirida por compra pela Companhia Sul Brasil. Por isso, a Companhia Sul Brasil foi a colonizadora que realmente atuou nestas terras por mais de 50 anos. Assim, investigamos a sua atuação, seus objetivos, estratégias, obrigações legais, conflitos e as transformações ambientais, principalmente nas florestas.

Compreender a sua forma de atuação é fundamental para detalhar o processo de desmatamento nas terras de sua concessão. Formada por um grupo de empresários gaúchos que vislumbravam obter elevados lucros com a venda de terras e madeira, lotearam e venderam lotes urbanos e coloniais, a maior parte coberta de mata, para os excedentes populacionais de núcleos coloniais mais antigos do Rio Grande do Sul. Utilizaram de inúmeras estratégias para se destacar das demais colonizadoras, atraíram um número crescente de migrantes, sobretudo de origem alemã e italiana os quais já possuíam uma racionalidade capitalista.

3.1 AS COMPANHIAS DE COLONIZAÇÃO NO OESTE CATARINENSE

O Oeste catarinense foi objeto de disputas por sua posse, mas apesar disso até o início do século XX era pouco povoado, pois foi preterida pelas áreas de campos naturais onde se desenvolvia a atividade pecuária. A partir do século XIX foi despertando mais interesse pela presença dos ervais nativos, madeiras e as terras devolutas. Quando a região passa a pertencer ao território catarinense em 1916, são tomadas medidas no sentido de ocupar a região e usufruir

dos seus recursos. No ano de 1917 cria-se o município de Chapecó¹²⁸, que até a década de 1950 era enorme em extensão territorial, correspondia ao oeste dos rios Irani e Chapecozinho, até as fronteiras com o Rio Grande do Sul, república da Argentina e do estado do Paraná, representando grande parte do atual Oeste e Extremo Oeste catarinense.

Chapecó possuía uma pequena população, segundo o recenseamento de 1920 eram apenas 11.315 habitantes¹²⁹. A maior parte do município era constituído de terras devolutas, incluindo as terras entre os rios Chapecó e rio das Antas que mais tarde seriam adquiridas pela Companhia Sul Brasil. As terras consideradas devolutas pertenciam ao estado de Santa Catarina.

O governo catarinense tinha o intuito de ocupar estas terras imediatamente. Para regularizar a situação de eventuais moradores com títulos expedidos pelo Paraná, editou a lei n.1.181, de 4 de dezembro de 1917, que estabelecia o prazo de dois anos, a partir de janeiro de 1918, para legalização e anular as concessões posteriores feitas pelo Paraná. Assim o estado poderia utilizar as terras que não fossem reclamadas para promover a ocupação desse território e a exploração comercial dos recursos naturais, como a erva mate e as madeiras de lei.

A lei de terras, aprovada em 1850 era o que regrava o direito agrário. A lei n° 601 de 18 de setembro de 1850¹³⁰, abolia o antigo sistema de doações e sesmarias. A partir de então quem residia na terra, morando e produzindo nela, poderia adquirir o título de proprietário, enquanto as terras devolutas passavam a ser do estado. Além disso, definia como única forma de aquisição de terras a compra, portanto mesmo que houvesse habitantes estes deveriam registrá-las ou comprá-las, por isso esta lei dificultou a manutenção da posse da terra aos posseiros pobres e analfabetos que habitavam a região Oeste catarinense.

Os posseiros que habitavam as terras do novo município de Chapecó, na maior parte eram de origem cabocla, jamais tiveram preocupação de legaliza-las por falta de conhecimento, ou mesmo por não ver necessidade pois consideravam “terras de Deus”, “terras de ninguém”. Praticavam a agricultura de subsistência e costumeiramente migravam dentro da própria área¹³¹. Outros ocupavam essas terras, para ficar distantes das estruturas de controle do estado, livres

¹²⁸ Lei n° 1147, de 25 de agosto de 1917, dividiu o território que passou a jurisdição do estado em quatro municípios, criando os municípios de: Mafra, Porto União, Chapecó e Cruzeiro, da antiga região do Contestado.

¹²⁹ IBGE. Recenseamento de 1920. p. 372. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

¹³⁰ BRASIL. **lei de n° 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 11 nov. 2019.

¹³¹ WERLANG, *op. cit.*, p. 32.

de pendências com a justiça, por isso a região foi por muito tempo considerada um refúgio de bandidos¹³².

O estado catarinense em 1918 era governado por Hercílio Pedro da Luz, que decidiu abrir estradas de rodagem para incorporar este novo território. Como não possuía recursos, a opção era pagar pelo serviço com a concessões de terras devolutas¹³³. As concessões eram na prática uma troca de favores, acertadas através da influência política¹³⁴. Os empresários ou colonizadoras firmavam um compromisso legal de explorar e colonizar a área, segundo parâmetros pré-estabelecidos, no entanto tudo era feito desprezando os inúmeros posseiros e indígenas que viviam na área. Prevendo futuros conflitos, o governo catarinense se comprometia em alguns contratos a manter a ordem, e garantir à terra ante a posseiros em núcleos coloniais e proximidades¹³⁵.

Inúmeros empresários e companhias firmaram acordos com o estado, havia também concessões anteriores as definições de limites entre Santa Catarina e Paraná. Era o caso da multinacional *Brazil Railway Company*, que recebeu pela construção e exploração da estrada de ferro 15 Km a partir das duas margens da ferrovia, sendo colonizadas por uma de suas subsidiárias, a *Brazil Development and Colonization Company*. O governo do Paraná concedeu a terceiros parte das terras que pertenciam por decreto a *Brazil Railway Company* pela construção da estrada de ferro, e compensou a empresa com terras devolutas que estavam em litígio no que viria a ser o Oeste catarinense. No entanto após o acordo de fronteira Santa Catarina não reconheceu a concessão destes títulos, repassando estas terras a outra companhia, a Empresa Colonizadora Oeste Catharinense¹³⁶.

As empresas colonizadoras que adquiriram terras do estado em troca da construção de estradas, tiveram muita vantagem financeiramente dada ao baixo preço que pagaram por elas. São exemplos a Empresa Colonizadora Oeste Catharinense, através dos contratos de José Rupp, a Colonizadora Bertaso, Maia & Cia e a *Brazil Development and Colonization Company*. Outras empresas adquiriram as terras para colonização comprando de outras colonizadoras, o que diminuía o lucro em comparação as primeiras, como a Chapecó-Peperi que comprou da *Brazil Railway*, a *Volksverein* e a Barth-Benetti e Cia, que compraram da Chapecó-Peperi¹³⁷.

¹³² COSTA; Arthur Ferreira. **O Oeste Catarinense**. Vilas boas & Cia: Rio de Janeiro, 1929. p. 9.

¹³³ PILATI, José Isaac. **História da colonização de Maravilha**. Florianópolis: Editora UFSC, 1991. p. 22.

¹³⁴ WERLANG, *op. cit.*, p. 138.

¹³⁵ WERLANG, *op. cit.*, p. 32.

¹³⁶ *Ibid.* p.41-42. Estas terras foram adquiridas pela Companhia Sul Brasil em 1925.

¹³⁷ *Ibid.* p. 35.

Uma grande parte dos contratos firmados em Santa Catarina encontraram em empresários gaúchos os recursos necessários para os empreendimentos colonizadores no Oeste catarinense. Os empresários gaúchos financiaram o processo de colonização, promovendo a venda de lotes de terra a colonos migrantes das colônias mais antigas do Rio grande do Sul. Conforme o Mapa 7, visualizamos as empresas que atuaram na ocupação do Oeste e Extremo Oeste catarinense e seu território, em destaque a Companhia Sul Brasil.

Mapa 7- Ocupação do Médio e Extremo Oeste de Santa Catarina



Fonte: PIAZZA, Walter F. *a colonização de Santa Catarina*. 3ªed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. p.252.

Das empresas que atuaram no antigo município de Chapecó, destacamos a empresa Chapecó-Peperi, que possuía sede em Carazinho (RS). Adquiriu terras da *Brazil Railway Company* em 1919, estimadas em 20.978 lotes de 25 hectares, porém um imbróglgio entre a multinacional norte-americana e a Empresa Colonizadora Oeste Catarinense, modificou o local das terras que comprou, recebendo no local entre o rio das Antas e o rio Peperi. Firmou sua sede em Porto Feliz (atual município de Mondaí), porém a falta de acesso por estradas próximas pelo lado do Rio Grande do Sul, ocasionou pesados encargos no início de sua atuação. No

entanto começou a sair da crise quando vendeu lotes coloniais a outra colonizadora, a *Volksverein*.

A *Volksverein* era uma sociedade católica cujo objetivo era a criação de uma colônia destinada a teuto-brasileiros católicos. Adquiriu suas terras da empresa Chapecó-Peperi. Em 10 de abril de 1926, fundam a sede da colonização em Porto Novo (Itapiranga), a frente desse empreendimento estava o experiente padre jesuíta Max de Lassberg. A Empresa Barth Benetti e Cia, que também comprou as terras da Chapecó-Peperi, atuou na região onde hoje é São Miguel do Oeste, fundando essa vila em 1940.

A empresa Bertaso Maia e Cia eram responsáveis pelas terras onde hoje está localizada a cidade de Chapecó. Criada inicialmente para colonizar as terras dos herdeiros da baronesa de Limeira, posteriormente adquiriu outras áreas, além de receber terras em troca da construção da estrada Passo do Goio-En a Passo dos índios. A companhia se distingue de outras, pois os proprietários mudaram para a região e investiram os recursos no local, diferente de outras colonizadoras que os lucros da venda de terras e madeiras eram direcionados aos sócios residentes em outros locais, na maioria das vezes, para o Rio Grande do Sul. Essa empresa colonizou predominantemente com ítalo-brasileiros.

A Companhia Territorial Sul Brasil, comprou as terras da Empresa Colonizadora Oeste Catarinense em 1925, e atuava na região entre os rios Chapecó e rio das Antas, ao norte do rio Uruguai. Em frente a sua área de colonização, do outro lado do rio Uruguai, ficava a vila de Iraí, famosa por suas águas termais, onde possuía estradas que ligavam as antigas colônias gaúchas, além do telégrafo, o que em comparação a terras de outras companhias do Extremo Oeste, melhorava o deslocamento para a colonização de suas terras.

3.2 A FORMAÇÃO DA COMPANHIA SUL BRASIL

A concessão das terras que mais tarde seriam adquiridas pela Companhia Territorial Sul Brasil, a área localizada ao norte do rio Uruguai, entre o rio Chapecó e das Antas, foi concedida ao empresário e influente figura na política catarinense, coronel José Rupp. Este empresário teve vários contratos firmados com o estado catarinense, recebendo como pagamento terras devolutas, demonstrando o bom trânsito que tinha com autoridades estaduais.

O primeiro contrato feito entre José Rupp e o governo estadual foi em 10 de janeiro de 1919. Neste contrato o estado arrendou uma área ao oeste para a extração da erva-mate, durante

oito anos, e preferência em iguais condições em caso de renovação, com o compromisso de exportar o valor mínimo de 50 mil arrobas/ano¹³⁸.

Em 15 de setembro de 1919 foi assinado o segundo contrato, no qual o empresário se comprometia em construir a estrada entre Cruzeiro e Passo Bormann até julho de 1920. Receberia cinco mil réis (5\$000)¹³⁹ o metro linear de estrada construída em terrenos regulares, e 10 mil réis (10\$000) em lugares pedregosos e rochosos, além do pagamento a parte pelas obras de arte (bueiros e pontes). O pagamento seria realizado com terras devolutas entre o rio Chapecó e o rio das Antas. A estrada deveria ter 5 metros de largura, e a cada metro linear de estrada o estado concedia 10 mil m² (1 hectare) de terra. O contrato foi alterado em 26 de fevereiro de 1926, prevendo o prolongamento da estrada até a fronteira com a Argentina¹⁴⁰.

O terceiro contrato foi feito em 13 de julho de 1920, para a construção de uma estrada ligando o povoado de Erval Velho ao rio Canoas, totalizando 80,8 km, na mesma base do contrato anterior¹⁴¹. Os objetivos eram acumular o máximo de terras possível para a colonização e extração da madeira, tirando proveito da amizade com o então governador Hercílio Luz e com seu filho deputado Abelardo Luz, conseguindo contratos vantajosos.

Mesmo em posse dos contratos, José Rupp não dispunha de tantos recursos para executar a exploração. Então com os deputados, Dr. Henrique Rupp Junior e Abelardo Luz, além do coronel Fidêncio de Souza Mello Filho, criaram a empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catharinense, com sede em Porto Alegre (RS). Nesta companhia atraíram capital gaúcho para explorar as concessões, correspondentes ao segundo e ao terceiro contratos de José Rupp com o estado. Contava com o capital de acionistas secundários gaúchos, entre eles: coronel Severino de Souza e Almeida, Augusto Sheerer, Pedro Benjamim de Oliveira, Emílio Getrum, Frederico Carlos Gomes, estes três últimos proprietários do Banco Nacional do Comércio.

Abelardo Luz, na época, por ser deputado e filho do governador teve que sair da sociedade desta companhia, deixando livre para seu pai agir em favor da empresa, pois a *Brazil Railway Company*, reivindicava a posse das concessões do estado ao Oeste pelos contratos emitidos com o Paraná. A empresa Oeste Catharinense, em posse dos contratos de José Rupp, construiu a estrada de rodagem Erval Velho - rio Canoas, concluída em janeiro de 1923, e fez

¹³⁸ WERLANG, *op. cit.*, p. 36.

¹³⁹ Para uma comparação do baixo preço pago pelas terras, dois quilos de sal iodado eram comercializados no Rio de Janeiro por 800 réis, em janeiro de 1920 (Fonte: JORNAL DO BRASIL. Classificados. Jornal do Brasil, RJ, domingo 4 jan. 1920.p.4). Enquanto que a Companhia Sul Brasil havia conseguido suas terras a 5000 réis o hectare, a Chapecó-Peperi pagou 15835 réis, a *Brazil Railway*, ou seja três vezes mais (WERLANG, *op. cit.*, p. 35).

¹⁴⁰ PILATI, *op. cit.*, p. 23; WERLANG, *op. cit.*, p. 37.

¹⁴¹ WERLANG, *op. cit.*, p. 37.

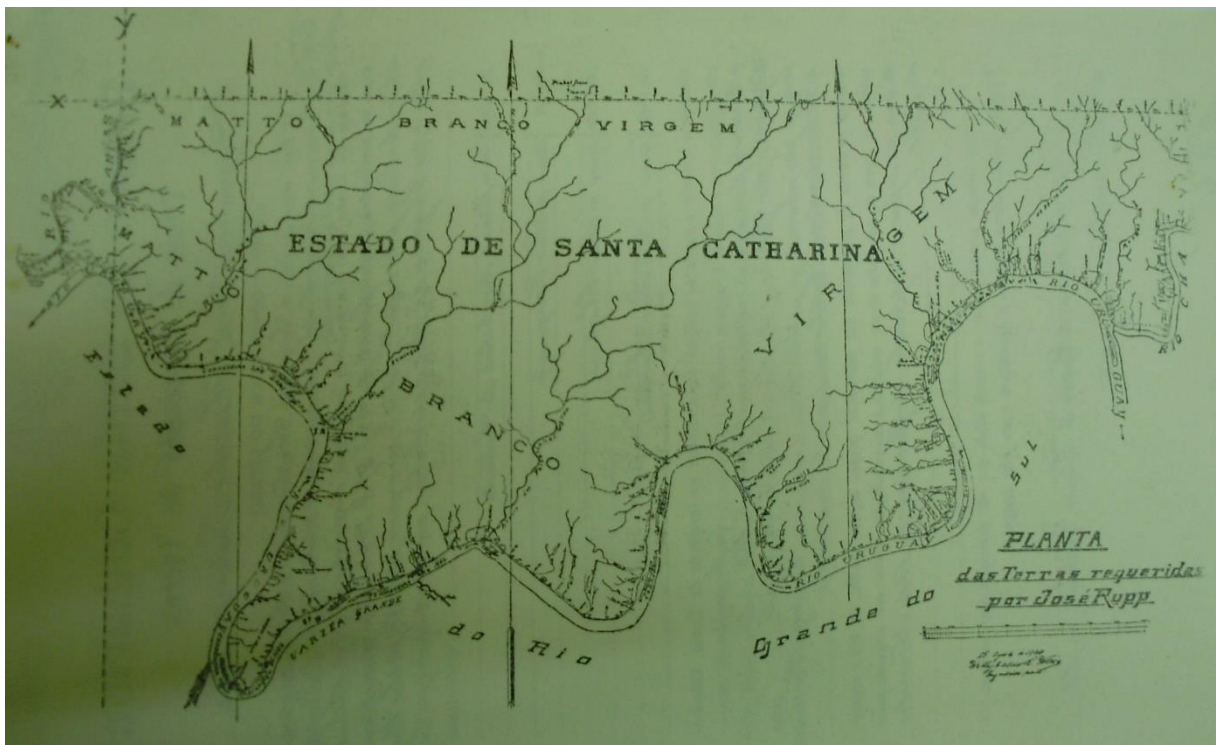
50 km da estrada Cruzeiro - Passo Bormann, quando o estado rescindiu o contrato em favor da *Brazil Railway Company*, em janeiro de 1922.

Como pagamento destas obras a empresa recebeu a concessão de títulos de três glebas de terras devolutas entre o rio Chapecó e o rio das Antas:

A primeira ocorre em 13 de novembro de 1920, registrada em 16/03/1921 sob o número 200, livro n° 3 de Transcrição de imóveis da comarca de Chapecó, com 467.074,800 m² (46.707 hectares). A segunda ocorre em 10 de novembro de 1922, registrada em 15/05/1923, sob o n° 354, livro n.3 de Transcrições de Imóveis da Comarca de Chapecó, com uma área de 1.702.238.896 m², (170.223 hectares). A terceira concessão ocorreu 06 de dezembro de 1923, registrada em 01/05/1923, sob o n° 353, livro n. 3 de Transcrições de Imóveis da Comarca de Chapecó, com uma área de 297.761.104 m², (29.776 hectares)¹⁴².

A concessão da Empresa Construtora Oeste Catharinense correspondia a 2.467.074.800 m² (246.707 hectares). Conforme o Mapa 8, indica parte das terras requeridas por José Rupp, seus muitos rios e a cobertura vegetal de “mato branco virgem”.

Mapa 8 - Planta das terras requeridas por José Rupp [1920?]



Fonte: Acervo Museu Pe. Fernando Nagel, Maravilha - SC.

142 FERRARI, *op. cit.*, p. 63.

Todas as terras e compromissos foram transferidos a Companhia Territorial Sul Brasil por escritura pública de compra e venda, lavrada em 26 de agosto de 1925 em Florianópolis, no cartório de Cid Campos, no livro n.137, folha 64v a 68, e registrada em 5 de março de 1927, sob o n° 793, folha 52, no livro n. 37 de transcrições de imóveis da comarca de Chapecó¹⁴³. No contrato a Companhia Sul Brasil adquiria todos os ativos e passivos, as terras, os encargos, as benfeitorias, os bens móveis e maquinários. A transação custou 2.777.408.659 mil réis correspondente as terras, e 402.539.580 mil réis correspondentes aos móveis e créditos¹⁴⁴.

A Empresa Construtora Oeste Catarinense existiu apenas 5 anos, por isso a companhia colonizadora que realmente atuou na área estudada, por mais de 50 anos, foi a Companhia Sul Brasil. A Companhia Sul Brasil era uma espécie de subsidiária do Banco Nacional do Comércio, pela ligação dos sócios proprietários, que adquiriram a concessão e os encargos da Construtora e Colonizadora Oeste Catharinense.

A Companhia Sul Brasil foi constituída em 23 de maio de 1925, em Porto Alegre, como sociedade anônima¹⁴⁵. A empresa recebeu uma quarta gleba, uma área de 305.760.318 m², chamada de Mundo Novo, concedida em 21 de dezembro de 1934, referente a um saldo a receber do estado. Essa última área limitava-se ao sul com terras da própria companhia e terras devolutas, ao leste com terras da Brasil Railway e fazenda Primavera, ao oeste a fazenda Sargento e ao norte com as fazendas Campo Grande e Burro Branco. Com essa última concessão a companhia recebeu do estado uma área total de 2.772.835.118 m², que equivalia a mais de 11.000 colônias de 25 hectares, o que era em média o tamanho dos lotes rurais, no entanto, o número de lotes foi muito maior por conta dos lotes e chácaras urbanas¹⁴⁶ de tamanho menor, nos diversos núcleos urbanos que foram projetados¹⁴⁷.

O valor do capital que a companhia possuía era de R\$ 1.300:000\$000 (um mil e trezentos contos de réis), divididos em 6.500 ações, com um valor de R\$ 200\$000 (duzentos mil réis), sendo essas ações nominativas e indivisíveis. A ata de constituição versava sobre lucros, dividendos e do fundo de reserva, sendo que do produto da venda, 5% seriam retirados e distribuídas da seguinte forma: 2% ao diretor presidente, 1% ao diretor gerente, além de um pagamento mensal de R\$ 1:000\$000 (um conto de réis), e 2% para os membros do conselho

¹⁴³ FERRARI, *op. cit.*, p. 63.

¹⁴⁴ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de venda das terras da Empresa Construtora e colonizadora Oeste Catharinense para a Companhia Territorial Sul Brasil. Porto Alegre, 26 de ago. de 1925.

¹⁴⁵ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Ata da assembleia de constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia territorial Sul Brasil. Porto Alegre, 23 de maio de 1925.

¹⁴⁶ Conforme pesquisa, levando em base o loteamento de Maravilha os lotes urbanos variavam de tamanho tendo a maioria entre 1.000 m² e 2.500 m², enquanto as chácaras urbanas poderiam variar de 40.000 m² até 180.000 m², conforme apontamentos: PILATI, *op. cit.*

¹⁴⁷ WERLANG, *op. cit.*, p. 41.

fiscal. Do lucro líquido, 10% ficaria no fundo de reserva, 20% dividido entre todos os acionistas, 30% aos acionistas com ações de prêmio e 40% de ações de capital¹⁴⁸.

A Companhia Sul Brasil contava com o capital de importantes empresários gaúchos, ligados a ramos imobiliário e bancário. As ações de capital dessa nova empresa ficaram distribuídas, conforme indicado na tabela 1, constituindo de capital social R\$ 998:000\$000.

Tabela 1 – Distribuição das ações societárias da Companhia Sul Brasil

SÓCIOS	AÇÕES
Artur E. Kuss	1250
Otto Niemayer	955
General Adalberto Reis Petrazzi	478
Emilio Gertum	468
Abílio Chaves de Souza	468
Frederico Carlos Gomes	468
Elvira castro de Oliveira	428
Jorge Júlio Schilling	160
Dr. Frederico Dahne	143
Arthur Schwerin	95
Archimedes V. Cavalcanti	25
Gastão de Oliveira	25
Olímpio Guimarães	9
J. Oswald Rentzsch	9
Salathiel Soares de Barros	9

Fonte: COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Ata da assembleia de constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia territorial Sul Brasil. Porto Alegre, 23 de maio de 1925.

Assim formou-se uma das maiores empresas de colonização do Oeste catarinense, que atuaram em diversas frentes. Mantiveram a atuação durante o período: na propaganda e com propagandistas para atrair colonos e vender suas terras, na estratégia de colonização, medição das áreas, construção de estradas, exploração da floresta e comercialização, transporte e beneficiamento da madeira, no planejamento e formação de núcleos urbanos, na retirada dos posseiros que ocupavam as terras, entre outras ações.

¹⁴⁸ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Ata da assembleia de constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia territorial Sul Brasil. Porto Alegre, 23 de maio de 1925.

3.3 COMPANHIA SUL BRASIL: ATUAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE COLONIZAÇÃO

A companhia atuou por mais de 50 anos na região (1925-1978) com o intuito de trazer lucro a seus acionistas, para isso suas atividades principais eram a compra e venda de terras e madeiras. Ao adquirir a Empresa Construtora Oeste Catharinense em 1925, a Companhia Sul Brasil, recebia uma área de 246.707 hectares, onde já havia uma incipiente demarcação nas áreas próximas ao rio Uruguai, sendo 510 lotes urbanos, 685 lotes coloniais e 80 chácaras¹⁴⁹.

A companhia contratou o experiente engenheiro alemão Carlos Culmey para assumir como diretor gerente da colonização na região. Ele possuía mais de 20 anos de experiência no ramo, já havia dirigido colonizações em várias localidades do Rio Grande do Sul, bem como na Argentina. No cargo de diretor gerente tomou a frente da colonização da Companhia Sul Brasil, de 1926 até sua trágica morte em 1939. Faleceu com a virada de uma embarcação que acompanhava a descida de balsa de toras de madeira no rio Uruguai¹⁵⁰.

A administração era organizada com dois diretores, um diretor presidente na sede em Porto Alegre (RS) e outro diretor gerente, situado nas terras da colonização (SC). Existiam dois escritórios, onde trocavam frequentemente correspondências sobre ordens, diretrizes, relatórios, necessidades, e são estes documentos que nos auxiliam a compreender melhor a atuação da empresa. O primeiro local onde localizava a sede da companhia na região colonizada foi na Vila Oeste (atual Cascalho) até 1929, depois foi transferida para Passarinhos, que ficava em frente de Iraí (RS), ambas as localidades pertencentes ao atual município de Palmitos (SC). O primeiro diretor presidente sediado em Porto Alegre era Arthur E. Kuss e era o maior acionista da empresa.

A companhia tinha alguns compromissos com a colonização, conforme os títulos outorgados pelo estado a então Construtora e Colonizadora Oeste Catharinense, era “investido no direito de propriedade das supraditas terras, sujeito, porém, as regras e regulações que regem as concessões d’esta natureza”¹⁵¹. Assim seguia uma série de encargos para a ocupação legal de terras devolutas, dentro de parâmetros da ordem pública e interesses econômicos e sociais da época, que as empresas de colonização deveriam respeitar.

¹⁴⁹ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de venda das terras da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catharinense para a Companhia Territorial Sul Brasil. Porto Alegre, 26 de ago. de 1925.

¹⁵⁰ HERWIG; KNORR, *op. cit.* p. 79.

¹⁵¹ SANTA CATARINA. Título de concessão de terras, a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catharinense Limitada. Florianópolis, 13 de novembro de 1920.

A lei n° 70, de 1893, regravava normas básicas da matéria, que seriam repetidas e ampliadas com as legislações seguintes. Entre elas: a definição de terra devoluta; a coibição severa de invasão de terras; estabelecia a compra à prazo ou à vista, como única forma de aquisição de lotes urbanos ou rurais; obrigatoriedade de ceder terreno para estradas públicas (10 metros para estradas gerais e 5 estradas vicinais) de uma povoação a outra, ou porto de embarque. Nas povoações coloniais deveria ficar reservada a área que fosse necessária para patrimônios municipais que poderiam futuramente vir a ser municípios; reserva de minas no subsolo; retirada de água desaproveitada, entre outras normas¹⁵².

No título de concessão a colonizadora Oeste Catharinense reproduzia alguns artigos em anexo do regulamento n°129 de 1900, onde regulamentava que os lotes deveriam ter no mínimo 25 e no máximo 30 hectares, com exceção de projetos industriais ou de colonização, a limpeza e conservação dos marcos, a condição de serem aproveitadas ou cultivadas dentro de 2 anos. Apesar da regulamentação estatal a presença do estado no início da colonização, era praticamente inexistente na região, a não ser pelas preocupações tributárias. Assim somente em 1929 um chefe de estado chegaria a ver pessoalmente o andamento da colonização e das estruturas estaduais, ou a falta delas.

Esta viagem de 1929, realizada pela comitiva do presidente estadual Adolfo Konder foi muito utilizada pela companhia como propaganda positiva, pois suas colonizações foram muito elogiadas. José Arthur Boiteux¹⁵³, um dos integrantes, descreve a passagem por São Carlos, Palmitos e Passarinho como “colmeias em franca atividade”, que por toda parte “florescentes e prósperas linhas coloniais, hotéis, escolas, casas de diversão”, com muita prosperidade e felicidade. Assim como Arthur Ferreira da Costa¹⁵⁴ menciona que em poucos anos se formaram núcleos muito “apreciáveis” de progresso, “porque, do nosso lado, as terras que são fertilíssimas, estão sendo divididas em lotes e povoadas”. No discurso de Adolfo Konder sobre a colonização, reproduzido pela imprensa, o governador menciona a honestidade e inteligência da Companhia Sul Brasil. Essa fala foi usada pela colonizadora para sua promoção e defesa, quando acusada de irregularidades¹⁵⁵.

A companhia dirigida pelo experiente Carlos Culmey seguia um método muito comum das colonizações da época, seja pela divisão em pequenas propriedades, o apoio a religião, auxílio na formação de comunidades e escolas, além da separação dos núcleos por origem étnica

¹⁵² PILATI, *op. cit.*, p. 30.

¹⁵³ BOITEUX, *op. cit.*, p.15.

¹⁵⁴ COSTA, *op. cit.*, p. 18.

¹⁵⁵ WERLANG, *op. cit.*, p.69.

e credo religioso. A divisão das terras era em lotes coloniais, de 24 a 35 hectares em média, pois priorizavam a venda a pequenos produtores rurais. No entanto, existia a possibilidade de um colono ou empresário adquirir vários lotes, um ao lado do outro, como foi o caso de João Pletsc, que havia adquirido os lotes coloniais 3 a 22 da linha Borevi, um total de 594,95 hectares¹⁵⁶ que ele transferiu em 1937 a terceiros.

A demarcação dos lotes era subordinada pela hidrografia, sendo que cada lote rural deveria necessariamente ter água, conforme descreve a filha do diretor gerente Carlos Culmey:

Papai não era amigo do latifúndio. Seu interesse era voltado aos pequenos agricultores. Quase todas as colônias que fundou tinha de 25 a 27 hectares. Organizou de tal forma que cada um tinha seu abastecimento de água. Isso garantia satisfação e progresso¹⁵⁷.

Por esta razão os cursos de água eram levantados previamente e a partir deles media uma área interna, partindo das margens até encontrar o outro curso, assim no meio traçava uma linha que formavam uma divisa seca chamada de “travessão”. Os lotes eram demarcados entre o curso de água e o travessão, assim, quanto maior a distância de rios, mais estreito e cumprido era o lote¹⁵⁸. Conforme Werlang¹⁵⁹, a companhia tinha muita credibilidade, pela seriedade nos negócios e também na exatidão na demarcação dos lotes, com mapas e descrições da área que minimizava erros e facilitava a localização da terra.

As companhias colonizadoras também eram responsáveis pelo processo de recrutamento e povoamento do Oeste Catarinense por colonos. Todas elas buscavam vender preferencialmente para teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros, residentes no Rio Grande do Sul, onde já haviam demonstrado a capacidade de colonizar em núcleos coloniais antigos no estado vizinho. Eram vistos como um grupo ideal, por serem ordeiros e trabalhadores¹⁶⁰. Para atrair os colonos compradores e fazer frente a concorrência de outras colonizadoras eram necessárias estratégias de divulgação. Uma forma eficiente para alcançar o sucesso atraindo compradores era montar um esquema de recrutamento e de publicidade nas principais colônias do Rio Grande do Sul, demonstrando e por vezes exagerando nas qualidades encontradas nas terras da companhia¹⁶¹.

¹⁵⁶ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Transferência de lotes coloniais adquiridos por João Pletsch. Passarinho, 16 de mar. 1937.

¹⁵⁷ HERWIG; KNORR, *op. cit.*

¹⁵⁸ WERLANG, *op. cit.* p. 60.

¹⁵⁹ WERLANG, *op. cit.* p. 59.

¹⁶⁰ NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: Práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFFS, 2009.p. 34.

¹⁶¹ NODARI, *op. cit.* p.38.

As propagandas eram vinculadas em jornais e almanaques de circulação nas colônias alemãs e italianas do Rio Grande do Sul. Alguns exemplos eram a *Volksbatt*, a *Paulusblatt* e os *Kalenders*, calendários ilustrados. As publicações circulavam na língua materna, como na Imagem 2, em italiano.

Imagem 2 - Propaganda dirigida a colônias de língua Italiana [193-?].

UN PROGRESSO

rapido e continuo abbiamo nelle nostre colonie situate a margine del Rio Uruguay di fronte a IRAHY (Aguas de Mel):

**São Domingos per italiani — Palmitos per protestanti
São Carlos per cattolici**

Chi da un anno non ha più visto le nostre terre, oggi non le riconosce.

L'immigrazione di nuovi coloni fu molto intensa; furono costruite chiese, scuole, segherie e mulini; vennero aperti importanti negozi, ed i lavoratori hanno più lavoro che non ne possano eseguire.

Tutto ciò è conseguenza delle nostre eccellenti **strade per auto** (250 Km. vennero già aperti al transito) dei buoni ponti e robusti, dei prezzi bassi delle colonie e dell'ottimo mercato dei prodotti coloniali.

I nostri interessati in terre, vanno con l'auto della Compagnia da Cascalho a **São Domingos, Palmitos, São Carlos e Ilha Redonda** e penetrano di auto nel matto vergine, potendo così comprare le sue colonie.

In questo avviso **nulla** venne esagerato. Non vi è nessun obbligo di comperare, ma ogni interessato in terre ha l'obbligo di convincersi con una visita della verità, o se ne pentirà più tardi.

I Bagni Radio-Attivi di **Irahy** (Aguas de Mel) in questo lato del Rio Uruguay, **Ilhas Redonda, Pretos e Aguas Santas** nelle nostre terre sono ogni anno sempre più visitati; ma non vi è alcun dubbio che acquisteranno sempre maggior importanza quando sarà ultimata la ferrovia che va da **Passo Fundo a Irahy**. In vista di tutto ciò

**La valorizzazione rapida delle nostre terre
è una cosa certa e garantita**

Fino al 31 Dicembre 1929 i nostri prezzi sono: da Rs. 2:800\$000 a Rs. 3:100\$000 per colonia di 24,2 ettari con un'entrata di Rs. 600\$000. Effettuando il pagamento integrale entro 60 giorni, concediamo uno sconto del 10 o/100.

IMPORTANTE — Non si tratta di una concessione di terre. Le terre sono di proprietà assoluta della Compagnia e chi liquiderà la sua compera riceverà all'atto la **scrittura**.

Gli interessati viaggiano per ferrovia sino alla stazione di **Santa Barbara**, dove, venendo da Santa Maria, dovranno giungere di lunedì al pomeriggio; o, venendo da Passo Fundo, di martedì al mattino, per potere usufruire dei nostri **auto** che ogni lunedì partono da Cascalho sotto la direzione del sig. Leopoldo Trennepohl.

Il viaggio di andata e ritorno costa 70\$000 rs. che verrà accreditato a chi avrà comperato terre.

Chiedete i nostri prospetti

Maggiori informazioni daranno i nostri **Agenti**, l'Amministrazione in Cascalho e l'Ufficio centrale in **Porto Alegre, Rua 15 de Novem. n. 83.**

Companhia Territorial Sul Brasil

I direttori: **Arthur E. Kusa** Direttore Presidente — P. ALEGRE.
Carlos Culmey Direttore Gerente — CASCALHO,
143 (19-12)

Fonte: Acervo pessoal Marcio Luiz Rodrigues.

Na propaganda da Imagem 2, relata¹⁶² que há “um progresso rápido e contínuo” na colonização da companhia, e que a valorização das terras era algo certo e garantido. Além

¹⁶² Tradução nossa: UM Progresso rápido e continuo temos em nossa colônia situada a margem do rio Uruguai em frente a Iraí (Aguas de mel): São Domingos para italianos – Palmitos para protestantes e São Carlos para católicos- Aqueles que não visitam nossas terras há um ano, hoje não a reconhecem. A imigração foi muito intensa, foram construídas igrejas e escolas. Serrarias e Moinhos, lojas importantes foram abertas, com trabalhadores que não há trabalho que não possam executar. Tudo isso consequência de nossas excelentes estradas para carros (250 km, elas já estão abertas para o trânsito) de pontes boas e robustas, os baixos preços das colônias e excelente mercado para produtos coloniais. Nossos interessados em terras, vão com o carro da companhia de cascalho a São domingos,

disso, a própria companhia levaria com seu carro os interessados em adquirir um lote, entrando na mata virgem para conhecer os núcleos de São Domingos, Palmitos, São Carlos e Ilha Redonda. Essa propaganda relatava um vultuoso progresso nestas terras, com estradas, serrarias, escolas, igrejas, moinhos e lojas, assim, adquirir um lote colonial era um grande investimento.

Outro importante eram os *Kalenders* (Calendários) que circulavam nas colônias alemãs, onde se publicavam as propagandas das terras, e exaltava as vantagens de adquirir um lote da Companhia Sul Brasil. A propaganda no *Kalender für die deutschen in brasilien*¹⁶³, tinha nas florestas uma das principais peças de propaganda, exaltando as madeiras da região pela grande quantidade de “madeiras nobres”. Exagerava-se muitos aspectos, conforme vemos na tradução da propaganda de 1936:

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL Criada no ano de 1925, com capital rio-grandense, o empreendimento de colonização tem sua Sede em Porto Alegre, no 3º andar do “Edifício Banco Nacional do Comércio”, enquanto a Administração Colonizadora está instalada em Passarinhos, defronte a Iraí. As terras abrangem uma área de 11000 lotes de 242000 metros quadrados, dos quais 2000 lotes já foram ocupados. Já existem 400 quilômetros de estradas, tecnicamente bem implantadas e não apresentam nunca mais do que 8% de aclave. Estas estradas interligam entre si as seguintes localidades já instaladas: **Passarinhos, Palmitos, São Carlos, Cunha Porá, Saudades, Ilha Redonda, Aguinhas, Iracema e São Domingos**. A população é estimada em aproximadamente 5000 almas. Esta terra coberta por enormes florestas, é reconhecidamente de excelente qualidade e alta produtividade. As madeiras nobres, como o Louro, Cedro, Açouto-cavalo, Grapiapunha, etc., são embalsadas e seguem pelo rio Uruguai para a Argentina e Uruguai, onde sempre encontram compradores. O clima é saudável: a temperatura média-anual é de 20° C e as terras são absolutamente livres de febre. As terras são ricas em água. Cada colônia é medida de tal forma a ter água corrente. Entre os maiores rios (afluentes do Uruguai), contamos com os rios Chapecó, Antas, Iracema, São Domingos, Barra Grande e muitos outros.

Palmitos, São Carlos e Ilha Redonda e penetram de carro a mata virgem, podendo assim comprar a sua colônia. Nada neste aviso é exagerado. Não há obrigação de comprar, mas todos os interessados em terras precisam concordar com uma visita de verdade, ou se arrependerão mais tarde. Os banhos radioativos de Iraí (Aguas de Mel) deste lado do rio Uruguai, Ilha Redonda, Pratas e Aguas Santas, em nossas terras são cada vez mais visitadas todos os anos, mas não há dúvida que se tornarão cada vez mais importante quando a ferrovia for concluída de Passo Fundo a Iraí. Em vista de tudo isto a valorização de nossas terras é uma coisa certa e garantida. Até 31 de dezembro de 1929 nossos preços são: de Rs 2:800\$000 á Rs 3:100\$000 por colônia de 24,2 hectares com uma entrada de Rs 600\$000. Efetuando o pagamento integral em 60 dias, concedemos um desconto de 10%. **IMPORTANTE**- Não se trata de uma concessão de terra. As terras são de propriedade da companhia e ao liquidar sua compra receberá no ato sua escritura. As partes interessadas viajam de trem para estação de Santa Barbara, onde, vindo de Passo Fundo, na terça-feira de manhã, podem usufruir de nossos caros que toda segunda-feira partem de Cascalho sob a direção do Sr. Leopoldo Trennepohl. A viagem de ida e volta custará 70\$000 que será creditada aqueles que comprarem terras. Peça nossos prospectos. Maiores informações darão nossos agentes, administração em Cascalho e escritório central em Porto Alegre, Rua 15 de novembro, n. 83. Companhia Territorial Sul Brasil, Os diretores: Artur E. Kuss- diretor presidente – Porto Alegre, Carlos Culmey - diretor gerente-Cascalho.

¹⁶³ KALENDER FÜR DIE DEUTCHEN IN BRASILIEN (1936). Druck und verlag Rotermund & Co. São Leopoldo, Rio Grande do Sul – Brasilien, 1936. Tradução: Calendário dirigido aos alemães residentes no Brasil (1936). Impressão e editoração Rotermund e Cia. São Leopoldo, Rio Grande do Sul – Brasil. Fonte: acervo documental de Museu e Arquivo Histórico de Panambi, Panambi/RS.

Cultiva-se principalmente Tabaco, cujo plantio se amplia constantemente. Está em construção uma instalação de esterilização do tabaco, localizada entre Palmitos e São Carlos. Até localidades existem 6 cooperativas. Especialmente importantes para desenvolvimento da colonização são as “Fontes de Água Mineral” quentes e com teor radioativo e enxofre localizadas em Iracema, Ilha Redonda, Taquarussú, Pratas e que afloram em outras localidades. Das fontes mencionadas, as de Ilha Redonda e Pratas já vem sendo usadas. Os dois balneários possuem excelentes instalações. Prospectos específicos são enviados sob solicitação. Mais informações serão dadas através dos nossos agentes ou direto pela: **Companhia Territorial Sul Brasil – Porto Alegre Edifício Banco Nacional do Comércio, sala nº 6, 3º andar. Telegrafo – Endereço: “COLONO” – Caixa Postal 703.23**¹⁶⁴.

As propagandas vinculadas nos *Kalenders* ressaltavam aspectos positivos da natureza local, como: o clima saudável, ameno e livre de febres, solos de qualidade e alta produtividade, abundância de água, fontes termais, enormes florestas destacando a presença de louro (*Cordia trichotoma*), cedro (*Cedrela fissilis*), açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), grapiapunha (*Apuleia praecox*). A Floresta Estacional Decidual foi a primeira a ser exploradas, e segundo a propaganda as madeiras seriam facilmente vendidas e escoadas pelo rio Uruguai. Com a finalidade de persuadir a compra de terra, as propagandas exaltavam diversas qualidades. No entanto a realidade era outra, como por exemplo as estradas que eram poucas e precárias, e a exploração comercial da madeira era praticamente exclusiva da companhia.

Outra estratégia eficaz era a contratação de agentes que trabalhavam para a companhia, em prol do recrutamento dos colonos para o Oeste catarinense. As companhias exigiam alguns requisitos para esse trabalho, como ter sido colono, ser conhecedor de terras, ser comerciante, ter credibilidade e um grande círculo familiar ou de amigos. Os agentes da Companhia Sul Brasil chegavam a ganhar até 10% do valor da venda, passavam de casa em casa com argumentos e promessas que convenciam, como a existência de terras baratas e de excelente qualidade, porém seja na propaganda em periódicos, ou pelos agentes, os colonos que compravam constatavam as dificuldades que não eram mencionadas, como a falta de escoamento da produção agrícola, a dificuldade da derrubada da mata e a pouca infraestrutura¹⁶⁵.

Uma das técnicas utilizadas pelos agentes era o assédio e persuasão de um determinado membro de uma família, o que poderia desencadear uma corrente migratória familiar. Além disso, amigos e vizinhos também poderiam influenciar na decisão. Muitas vezes o poder de convencimento atingia até aqueles de boas condições financeiras, com poucos filhos, que não haveria necessidade de migração por razões econômicas¹⁶⁶.

¹⁶⁴ KALENDER FÜR DIE DEUTCHEN IN BRASILIEN (1936), *op. cit.*

¹⁶⁵ NODARI, *op. cit.*, p. 39.

¹⁶⁶ NODARI, *op. cit.*, p. 41.

Várias condicionantes econômicas e ambientais levavam a decisão de buscar novas terras. As famílias com muitos filhos tinham dificuldade em sobreviver em um lote rural, bem como, na partilha da herança, assim casais jovens e filhos mais velhos saíam em busca de uma nova terra, pois o emprego nessa época era basicamente à terra, e no Oeste catarinense era mais barato adquiri-las. A baixa produtividade devida à exaustão dos solos, a existência de pragas como a formiga saúva são apontadas como fatores que também influenciavam na decisão de partir.

Outro fator importante para atrair interesse nas terras foi a separação que a companhia efetuou, vendendo lotes para o mesmo grupo étnico com o mesmo credo religioso. Dessa forma facilitava para as famílias de colonos migrantes a organização comunitária, evitando conflitos otimizando o atendimento religioso e de ensino, pois as primeiras providências comunitárias eram a construção de igrejas e escolas. Com a organização comunitária as colonizações ficavam mais coesas, o que favorecia a permanência das famílias.

Seguindo a política de divisão por etnia e religião, dividiram as terras e as distribuíram. Entre o rio Chapecó e rio Barra Grande foi destinada a teuto-brasileiros católicos, nos atuais municípios de São Carlos, Cunhataí, Saudades e Pinhalzinho. Entre o rio Barra Grande e São Domingos, no atual município de Palmitos, foi destinado a teuto-brasileiros protestantes. Do rio São Domingos até o Iracema foi destinado a ítalo-brasileiro. Do rio Iracema ao rio das Antas para teuto-russos protestantes, enquanto que os teuto-russos católicos ficaram em uma área destinada na comunidade de Aguinhas, interior do atual município de São Carlos¹⁶⁷.

Os contratos de compra e venda eram normalmente realizados com prazo de pagamento de 36 meses, com juros de 6% ao ano, excedendo este prazo cobravam 12% ao ano. Além disso, no contrato padrão havia várias condicionantes, e com o tempo novas foram sendo acrescentadas conforme as necessidades da companhia e as exigências das leis. Inicialmente o comprador era obrigado a ceder a terra para construção de estradas gerais quando necessário, e a companhia poderia retirar madeiras, pedras e outros materiais nas áreas incultas para obras públicas. Era obrigatório ter as divisas e estradas sempre limpas e manter conservados os marcos, e no caso de conflitos por divisa era dever da companhia arbitrar¹⁶⁸.

Para os imigrantes teuto-russos que chegaram à década de 1930, os contratos tinham uma cláusula especial onde o comprador era obrigado a se estabelecer nas terras compradas, podendo retirar toda a madeira quanto necessária para benfeitorias, mas não poderia vender de

¹⁶⁷ WERLANG, *op. cit.*, p. 64.

¹⁶⁸ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de promessa de venda. Entre Companhia e Nikolaus Beirith. Passarinho, 1930.

forma alguma as madeiras enquanto não possuíssem a escritura pública. A cláusula décima de um contrato padrão encontrado no acervo dos documentos da companhia mostra que a maioria dos contratos continha essa cláusula de reserva de madeiras para a Companhia Sul Brasil:

Décimo- Todos os pinheiros cedros e louros eventualmente existentes no imóvel objeto desse Contrato de Promessa de Compra e Venda, ficam pertencentes a promitente vendedora, Companhia Territorial Sul Brasil, qualquer que seja o seu número, que os retirará, por si só ou por terceiros de sua indicação, ou quando julgar conveniente¹⁶⁹.

Como vemos, na cláusula dez do contrato padrão indicavam as madeiras as quais são reservadas a companhia, sendo pinheiros (*Araucária angustifolia*), cedros (*Cedrela fissilis*) e louros (*Cordia trichotoma*), constituindo as mais cobiçadas no mercado madeireiro. A companhia reservava o direito de retirar as madeiras reservadas quando julgar necessário, podendo ser retirado por ela ou por terceiros, assim a companhia multiplicava os seus ganhos com a venda da terra e na exploração da madeira, para beneficiamento em serrarias ou exportar para a Argentina e Uruguai.

A presença de caboclos ou colonos sem o título de posse da terra era um problema para a colonizadora e resulto em conflitos, processos judiciais e despejos. Segundo Ferrari¹⁷⁰, a Companhia Sul Brasil encontrou muita dificuldade na “limpeza da área” pois havia um grande número de “intrusos”. Eles não estavam integrados a racionalidade capitalista da terra como mercadoria, e ocupavam as terras que ainda não haviam sido demarcadas e vendidas.

A companhia lidou de diversas formas com os intrusos, pois a presença deles desvalorizava a terra. Mas por outro lado, a frente pioneira cabocla colaborava no avanço da colonização pois abriam as clareiras, derrubava a mata fechada facilitando a colonização. Com a valorização madeireira, a derrubada das matas por intrusos tornou-se mais um motivo para expulsá-los das terras. A medida que a companhia avançava na demarcação da terra, os intrusos se retiravam por pressão, para áreas mais distantes, muitas vezes vendendo suas benfeitorias a preços irrisórios.

Em casos que os posseiros não quisessem sair utilizava a força para expulsá-los, através de ações judiciais e a força policial para realizar o despejo. A companhia preferia uma saída amistosa, por isso contratavam caboclos para fazer o serviço de convencer outros caboclos a sair das áreas que ocupavam, oferecendo a possibilidade de compra do lote por saber que não

¹⁶⁹ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de promessa de compra e venda de lote rural. [19??]. Pasta 50.

¹⁷⁰ FERRARI, Luís Fernando. **Intrusão e Desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

teriam condições de pagar pela terra. Também houve algumas trocas para proporcionar a retirada dos posseiros de lotes, ofertavam terras em locais mais acidentados e de menor interesse comercial¹⁷¹.

A companhia segundo Ferrari¹⁷², fazia uma distinção entre posseiro e intruso, o primeiro seria aquele caboclo que trabalhava para o colono, e o ocupante de um lote mesmo que há mais tempo era considerado intruso, caso não quisesse adquirir o lote que ocupava. A lei contribuía para excluir essa frente pioneira cabocla, pois havia apenas uma forma de aquisição da terra, a compra. Existem muitos registros de intrusos caboclos e indígenas, forçados a sair conforme a colonização avançava.

A companhia também foi responsável por planejar e iniciar núcleos urbanos. Conforme contrato assinado por José Rupp em 1922 com o estado, comprometia-se em demarcar núcleos urbanos a uma distância de 30 a 40 quilômetros entre eles, o que ela executou em uma distância média de 20 quilômetros. Alguns dos núcleos são visíveis nos pontos pretos na Imagem 3.

Imagem 3 - Mapa de propaganda das terras da Companhia Sul Brasil distribuído aos colonos na década de 1930.



Fonte: Museu Municipal Pe. Fernando Nagel, Maravilha -SC

171 FERRARI, *op. cit.*

172 FERRARI, *op. cit.*, p. 87.

Os primeiros núcleos podem ser visualizados, na Imagem 3, que constituía em um mapa de propaganda da companhia. Eram reservados terrenos apropriados para as praças públicas, construção de Igrejas, hospitais, escolas e cemitérios, não cobrando do estado e entregando as devidas plantas a Diretoria de Viação e Obras Públicas¹⁷³.

Os núcleos planejados pela companhia foram Passarinhos, Palmitos, São Carlos, Aguinhas, Cunha Porã, Ilha Redonda, Saudades, Maravilha, sendo que nem todos se tornaram municípios. Outros núcleos urbanos surgiram espontaneamente após o crescimento da colonização, sendo o caso de Riqueza, Iraceminha e Serra Alta, por exemplo, enquanto outros planejados não progrediram, como a Vila Oeste (Cascalho), onde foi o local da primeira sede da companhia¹⁷⁴.

A progressão da colonização nas terras da Companhia Sul Brasil pode ser observada e dividida em dois momentos: até 1945 onde ocupou-se as glebas mais ao sul, e posterior a 1945 através da exploração madeireira e colonização ao norte. Podemos acompanhar a progressão da colonização pelos históricos dos sites dos municípios, que relatam a chegada dos primeiros colonizadores¹⁷⁵. A chegada dos colonos em Palmitos data de 1926; Caibi e São Carlos 1927; Riqueza 1930; Saudades, Cunha Porã e Pinhalzinho 1931; Maravilha começou por volta de 1940, mas seu projeto urbano data de 1951, Cunhataí 1943, Sul Brasil 1943, Tigrinhos 1945, Iraceminha 1947, Modelo 1949, Bom Jesus do Oeste 1949, Santa Terezinha do Progresso e Saltinho por volta de 1940, Serra Alta 1950, São Miguel da Boa Vista 1953 (antiga vila Sargento).

Muitas das colonizações que se tornaram municípios progrediram fruto da indústria madeireira, com a instalação de serrarias onde se formaram as vilas. A progressiva demarcação dada entre as décadas de 1926 até 1950, resultava em 1954 nas terras quase completamente divididas em 48 seções, a maior parte vendida em mais de 12.000 lotes. À medida que as seções foram sendo ocupadas pelos colonos, passaram a ser divididas em 3 ou 4 comunidades denominadas de linhas. Atualmente existem 18 municípios formados nas terras da companhia.

Ao decorrer da sua atuação trouxe um significativo número de migrantes e imigrantes colonos a suas terras. Aliado ao aumento da colonização a atividade madeireira também chegou a seu ápice. A companhia extraía a madeira da floresta por conta própria, ou à medida que avançava a colonização se estabeleciam mais empreiteiros, serrarias, novas estradas eram

¹⁷³ WERLANG, *op. cit.*, p. 117.

¹⁷⁴ WERLANG, *op. cit.*, p. 120.

¹⁷⁵ Primeiros colonizadores, são considerados na história dos municípios os pequenos agricultores familiares que adquiriram terras e se instalaram, ou seja, os colonos. A presença anterior do indígena e caboclo é ignorada na maioria das vezes.

construídas ofertando empregos do abate das madeiras ao escoamento. O trabalho com a madeira passou a ser a principal atividade econômica na região e um dos principais produtos de exportação catarinense entre 1915-1960.

A Companhia Sul Brasil à medida que foi terminando a demarcação e venda dos lotes, foi reduzindo sua atuação no Oeste Catarinense. Em 1978 a companhia mudou sua razão social para Terrapampa-Territorial Agropastoril do Sul Ltda¹⁷⁶. A partir de então, sem o mesmo poder de antes, com poucos ativos na região, buscou diversificar suas atividades, além de adquirir terras no Mato Grosso. Mas no final da década de 1980 viu-se envolvida na intervenção federal no Banco Sul Brasileiro¹⁷⁷ por ter seu capital ligado ao Montepio da Família Militar (MFM), e entrou em liquidação¹⁷⁸.

3.4 COMPANHIA SUL BRASIL E A TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE

A História Ambiental busca ir além da tradicional historiografia política e econômica. A região Oeste de Santa Catarina tem seu desenvolvimento ligado à natureza, e sem a análise ambiental corre-se o risco de produzir uma história estéril, pois toda intervenção humana gera alterações ambientais¹⁷⁹. Dessa forma, buscamos analisar a atuação da Companhia Sul Brasil e o seu papel nas transformações ambientais que ocorreram nas suas terras a partir da década de 1920.

Ressaltamos que os grupos humanos pioneiros nas terras da companhia não foram os colonos, como algumas vezes se coloca na história dos municípios, dando a entender que as alterações ambientais iniciaram com a vinda da companhia e dos colonos migrantes. Indígenas e caboclos já viviam nesta terra anterior ao processo de colonização, caçando, cultivando lavouras, produzindo queimadas, derrubando a mata, extraindo recursos para sua sobrevivência e reproduzindo seus sistemas tradicionais. No entanto, relatos dos colonos, nas fotografias da

¹⁷⁶ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Ata de assembleia geral extraordinária de transformação de sociedade anônima em sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob a denominação social de Terrapampa- Territorial Agropastoril do Sul Ltda. Porto Alegre: 31 jan. 1978. Fonte: Acervo Museu Pe. Fernando Nagel - Maravilha-SC.

¹⁷⁷ Montepio da Família Militar (MFM) foi um sistema de previdência privada que em 1967 comprou o Banco Nacional do Comércio, o qual a Companhia Sul Brasil era uma espécie de subsidiária. Mais tarde o Banco Nacional do Comércio ou Banmercio, com a adição de outros bancos do mesmo grupo, formariam o Banco Sul Brasileiro, o qual entrou em liquidação. GARCIA, Darcy. **O sistema financeiro do Rio Grande do Sul:** da criação da Caixa Econômica Estadual ao surgimento dos bancos múltiplos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1990.

¹⁷⁸ PILATI, *op. cit.*, p. 55.

¹⁷⁹ NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. Relações complexas: as estiagens no Oeste de SC. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Migrações e Natureza.** São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 167.

época e documentos sobre a exploração da madeira, demonstram que no início do século XX as florestas estavam em um avançado estágio de sucessão ecológica, apresentando espécies maduras e com fauna superior da que existe atualmente, indicando que no período da colonização ocorreu o maior impacto ao ambiente.

A atuação das companhias colonizadoras na região é um marco inegável, pois são elas que trouxeram os colonos migrantes e emigrantes para essas áreas, onde a floresta predominava, ocasionando mudanças ambientais e sociais. Essas mudanças afetaram os grupos já estabelecidos, que se tornaram marginalizados, assim como resultaram na redução da flora e na fauna local:

Existe uma grande relação entre ocupação europeia e o desmatamento das florestas e as consequências ambientais que vem ocorrendo até os dias atuais. Em nome da colonização e do progresso, mentalidade vigente à época da colonização, era necessário desmatar para colonizar - as questões de preservação e reflorestamento eram consideradas irrelevantes¹⁸⁰.

A mudança de ocupação indígena e cabocla, para a chegada progressiva de colonos acelerou a derrubada da floresta. Os modos de vida caboclo e indígena tornaram-se marginais, não combinando com o progresso almejado. Os destinos destes grupos foram variados, alguns foram expulsos, considerados intrusos nas terras que habitavam, outros permaneceram nas colonizações e se adaptaram ao novo modelo. Reservas indígenas foram criadas, assim seus descendentes estão presentes na região.

As companhias do Oeste e Extremo-Oeste de Santa Catarina devido à dificuldade logística, seja de estradas ou ferrovias, iniciaram seus projetos de colonização em vilas instaladas as margens do rio Uruguai. É o caso da Companhia Sul Brasil, em Passarinhos, a empresa Chapecó-Peperi Ltda, localizada na vila de Porto Feliz (atual Mondaí) e da Sociedade União Popular (Volksverein) na vila de Porto Novo (atual Itapiranga). O rio Uruguai constituía uma grande via, que fazia divisa com o Rio Grande do Sul, de onde era oriunda a maior parte das colonizadoras e dos colonos migrantes, assim o rio se tornava uma ligação importante de entrada, saída e abastecimento da região.

Os colonos eram atraídos a comprar os lotes das companhias colonizadoras no Oeste catarinense, pois no Rio Grande do Sul as antigas áreas de colonização estavam ficando saturadas:

¹⁸⁰ NODARI; ESPÍNDOLA, *op. cit.*, p. 168.

As áreas de colonização no Rio Grande do Sul verificavam-se saturadas e a sucessão familiar ficava ameaçada. A migração, portanto, servia à recondução ao processo de obtenção de terra e redistribuição aos filhos homens. O *modus operandi* dos colonos compunha-se em aumentar, sempre que possível, a área explorada e aumentar o patrimônio familiar. A busca pela riqueza era considerada uma demonstração de civilidade. Essas famílias buscavam ocupar novas áreas sempre que a família crescia e mantinham em curso um mecanismo de reprodução baseado na migração e abertura de novas frentes agrícolas¹⁸¹.

A Companhia Sul Brasil, como as outras colonizadoras do Oeste catarinense fazia uma intensa propaganda nas áreas de colonização mais antigas do Rio Grande do Sul, mostrando as novas frentes em Santa Catarina como alternativas aos problemas de sucessão familiar, pragas e saturação da terra. Instigava os colonos a comparar suas terras, mas quem chegava nas primeiras décadas, entre 1925 e 1945, encarava grandes desafios, pois os núcleos coloniais estavam apenas começando e as estradas e demais estruturas eram precárias.

Ao comprar a terra nos primeiros anos da colonização o colono deparava-se com o lote coberto de mato, pois a companhia aparentemente não conseguia retirar com eficiência a madeira de lei que reservava para si em seus contratos. Podendo ser uma dificuldade, mas nas propagandas, como do *Kalender der serra post*, que circulava na Serra Gaúcha, divulgava a floresta como atrativo aos colonos, pela crença da fertilidade de terras de mato. Assim a presença da mata era positivada na propaganda:

Toda área é cheia de típica mata fechada e muito produtiva – terra marrom. Dá de tudo: fumo, feijão, milho, batatinha, trigo, alfafa, amendoim e outros. Bem como uvas, bananas, laranjas e outras frutas. A produção é fora do normal (boa). No mato há grande quantidade de cedro e louro e muita madeira de lei; que são compradas por bons valores pelos negociantes de madeira e exportadas para a Argentina¹⁸².

Essas propagandas atraíam também empresários do ramo madeireiro, empreiteiros e donos de serrarias. A floresta de mata fechada para o colono que comprava o lote, apesar de atrativa por sua fertilidade, consistia em um obstáculo a ser superado. Assim era necessário ficar semanas trabalhando na limpeza das terras, abrindo clareiras, onde seria instalada a casa, as benfeitorias e a roça. A necessidade de desmatamento era inerente para o uso da terra, para isso primeiro o colono conhecia a extensão do lote e construía um acampamento improvisado, para a árdua tarefa de limpeza das terras, que durava semanas¹⁸³.

¹⁸¹ KUMMER, Rodrigo. Juventude rural e permanência: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina. Uruguai. **XXXI Congresso Alas 2017**, 2017. p. 4.

¹⁸² KALENDER DER SERRA POST [1928] *apud* SCHUH, Marcos Batista. **História da colonização de Palmitos**. Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2011. p. 39.

¹⁸³ SCHUH, *op. cit.*, p. 45.

A demarcação dos lotes rurais da companhia foi iniciada da sede local da companhia em direção ao interior. A Companhia Sul Brasil formou vilas próximas ao rio Uruguai e gradativamente avançando na direção norte. Quanto mais afastado o lote dos núcleos urbanos, mais inacessível de recursos ficavam os colonos, assim após adquirir o lote, deveriam encontrar a sua colônia no meio do mato.

Na limpeza do lote primeiro derrubava a vegetação menor com a foice, para depois derrubar as árvores maiores. Em muitos casos a FED era um emaranhado de cipós e unhas-de-gato, o que dificultava a limpeza. Derrubava-se as árvores e após a vegetação secar procedia a queimada¹⁸⁴. A companhia apesar de ter um dos seus objetivos a exploração e comércio da madeira, não conseguia explorar as madeiras ao ritmo do avanço colonial, assim muitas madeira poderiam ser perdidas no processo de limpeza. Porém esse era um dos motivos que a companhia incluía no contrato de venda da terra, a reserva das madeiras mais nobres.

Alguns troncos eram separados para construir as benfeitorias, a casa, os galpões. Zeferino da Silva, de origem cabocla, conta como eram feitas as casas nos primeiros anos de colonização com serrarias escassas:

As casa meu amigo, os que podia lasca uma maderá, fazia de tabuinha, os que não podia, pegava a foia de coquero anssim e puxa ela tudo po lado, depois fica um pau aqui; é antigo isso. Faziam aquelas estera anssim nos rancho e botava ali. Taquara, essa do mato, tiravam e puxavam pa faze essas estera desse jeito. Essa bananera que tem em muitos luga, também tiravam pa faze; também tinha aquele capim guaçu, que dava nas costa do rio. Só que si pode faze de taquara, pode faze de capim, só que anssim: tu tem que faze e antes dele seca [*sic*]¹⁸⁵.

Os colonos, utilizavam os troncos de madeira de lei, separados na limpeza da terra para as benfeitorias. Com poucas serrarias, ou nenhuma, a tarefa era muito mais árdua e demorada pois as tábuas das construções eram serradas manualmente. Para beneficiar manualmente, era necessário construir um estaleiro próximo de um barranco, para facilitar a rolagem das toras, Figura 2. Colocavam o tronco em cima para serrar com a serra manual, dois homens em baixo do estaleiro para puxar a serra cortando a madeira e um em cima para erguer. Até os pregos eram substituídos por pinos de guajuvira (*Patagonula americana*) ou angico (*Parapiptadenia rigida*), que são madeiras extremamente resistentes da FED, pois havia dificuldade de adquirir este material¹⁸⁶.

¹⁸⁴ SCHUH, *op. cit.*, p.46

¹⁸⁵ SILVA, Zeferino da. Pesquisa Histórica. [Entrevista concedida à] Luiz Fernando Ferrari e Márcio Luiz Rodrigues. Pinhalzinho, 10 de set. de 2009. p.14. Fonte: Acervo Museu Histórico de Pinhalzinho-SC

¹⁸⁶ SCHUH, *op. cit.*, p.47-48

Imagem 4: Estaleiro de madeira em Palmitos na década de 1930



Fonte: Acervo Centro de Memória do Oeste, CEOM/Unochapecó. Chapecó-SC.

A primeira plantação na terra desflorestada não era necessário arar, pois era ateadado fogo na vegetação derrubada e seca, então as próprias cinzas fertilizavam o solo (Imagem 5).

Imagem 5- Colono no Vale do rio Uruguai na década de 1940



Fonte: Acervo Centro de Memória do Oeste, CEOM/Unochapecó. Chapecó-SC.

Com o tempo era arrancado os tocos e raízes, arrastando os troncos maiores que não eram consumidos para as beiras. Conforme relato de Theobaldo Roos, para plantar era necessário “simplesmente derrubar o mato, depois lavrava e plantava, não tinha que precisar de adubo, nem inseticida, nada, à terra era boa”¹⁸⁷. Assim seguiam-se meses até estruturar minimamente o lote, com auxílio de parentes ou vizinhos, para depois trazer o restante da família.

A agricultura era a atividade principal para os colonos. Conforme Tutz Culmey Herwig, uma das primeiras medidas era plantar de tudo:

Em cada colonização nova eram plantadas, produtos de primeira necessidade, como milho, batata inglesa, batata-doce, cana-de-açúcar e forragem para consumo próprio, não eram comercializados. A suinocultura geralmente rendia o suficiente para cobrir mais prementes despesas do colono¹⁸⁸.

No entanto os relatos dos primeiros colonos migrantes revelam que não era tão fácil sobreviver no período inicial da colonização, conforme afirma Tutz Culmey Herwig. Viviam basicamente da agricultura tradicional e familiar, com plantações de gêneros alimentícios: milho, feijão, mandioca, batata, arroz e fumo, nas áreas que desmatavam, mas seus produtos não tinham mercado. O primeiro produto dos primeiros anos de colonização a ser comercializado foi o fumo, mas a falta de mercado dos excedentes dificultava a prosperidade dos colonos, o que levaram alguns deles a abandonar seus lotes¹⁸⁹.

A ocupação no passar dos anos foi acontecendo, mesmo com algumas dificuldades, e alcançou toda a extensão das terras colonizadas pela Companhia Sul Brasil. Com as foices de ferro fazendo a limpeza inicial da vegetação mais baixa, enquanto machados e serras manuais derrubavam as árvores maiores, ao final o fogo consumia folhas, galhos e troncos, adubando com suas cinzas o solo¹⁹⁰.

Difícilmente enxergava-se o fim das florestas, pois a madeira parecia um recurso abundante demais. O ecossistema de floresta, muitas vezes hostil para os homens, abrigava animais, a qual aproveitava-se a carne através da caça e pesca, mas esta caça foi escasseando com a redução das florestas. Vários foram os fatores que contribuíram para o desmatamento desenfreado, desde a limpeza de áreas para agricultura e pecuária, o modelo de agricultura

¹⁸⁷ ROYGER, Venida. Colonização, memória e experiência em Saudades. **Cadernos do Ceom**. Chapecó, n.13. 1999. p. 119.

¹⁸⁸ HERWIG; KNORR, *op. cit.*, p. 53.

¹⁸⁹ ROYGER, *op. cit.*, p. 119-120.

¹⁹⁰ SCHUH, *op. cit.*, p. 59.

familiar praticado em pequenos lotes, o aumento da ocupação populacional e o crescimento do mercado madeireiro.

Nos primeiros anos, enquanto Carlos Culmey esteve à frente das atividades da empresa colonizadora (1926-1939) havia a preocupação de fixar os colonos as terras que adquiriam. Por isso a companhia auxiliava no desenvolvimento de comunidades e no progresso da colônia em detrimento, aparentemente, de uma maior exploração comercial da madeira. Desde o princípio às duas atividades, colonização e exploração de madeiras, ocorreram concomitantes, e a relevância maior da venda de terra nos primeiros anos pode ser reflexo de um baixo preço da madeira, a qual começou a aumentar de demanda e valor a partir da década de 1930¹⁹¹.

Com o processo de colonização e venda cada vez maior dos lotes na região crescia a população e através desse crescimento, aumentava a demanda por alimentos e a necessidade de expandir rebanhos e campos cultivados. Essa dinâmica ocorre em todas as regiões do planeta, normalmente esse avanço populacional humano se dá em detrimento de ecossistemas e florestas¹⁹². Na região Oeste de Santa Catarina as terras devolutas cobertas por florestas ao serem concedidas a colonização, para os fins da expansão agrícola, resultaram na descaracterização da paisagem, pois no Brasil as florestas sempre foram vistas como lugar de terra fértil, ideal para as plantações¹⁹³.

Os colonos nas terras da Companhia Sul Brasil instalaram uma sociedade agrária, que crescia demograficamente por meio da migração proporcionada pela colonização. Além disso havia também um crescimento vegetativo, pois ao fixarem na região os colonos constituíam normalmente grandes famílias, com muitos filhos, assim obtinham mais mão de obra para o trabalho no campo. Dessa forma crescia a necessidade de alimento, de lavoura e em consequência ocasionava mais desmatamento. O crescimento populacional ocorrido nas terras da colonizadora foi contínuo e ascendente entre as décadas de 1920 a 1970, conforme demonstramos na tabela 2.

¹⁹¹ Entre 1937 e 1967 o preço da madeira valorizou em 40%. CIA DE INDUSTRIAS FLORESTAIS DO RIO GRANDE DO SUL. [cartilha]. É importante que todos saibam: reflorestar será sempre um bom negócio. Porto Alegre, CIFSUL, [1967?]. Fonte: Acervo Museu Pe. Fernando Nagel, Maravilha –SC.

¹⁹² CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O aumento da população humana (colonização e crescimento vegetativo) e os impactos sobre a floresta de araucária – séculos XIX e XX. In: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi. **História Ambiental e Migrações**: Diálogos. São Leopoldo: Oikos; Chapecó: UFFS, 2017. p.139.

¹⁹³ WAIBEL, Léo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, ano XI, abr/jun. 1949.p.199.

Tabela 2 - Evolução da população nas terras da Companhia Sul Brasil e do Oeste Catarinense

	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Chapecó	11.315	25.000*	44.327	96.624	52.089	49.865
Palmitos					12.549	14.075
São Carlos					25.395	10.358
Maravilha					7.251	17.657
Cunhaporã					7.775	13.083
Modelo						12.356
Pinhalzinho						8.044
Saudades						8.787
Terras Sul Brasil		4.500**	8.300**	29.000**	52.970	84.360
Oeste SC***	11.315	25.000	44.327	96.624	241.941	442.913

*Projeção feita pelo “O Brasil Católico” em 1933, com as paróquias do Oeste que faziam parte da Diocese de Lages (Chapecó, São Carlos e Porto Novo), foram utilizadas estas projeções para constar pela falta de recenseamento oficial na década de 1930.

** Os números correspondem a projeções feitas pela própria companhia de população estimada para os anos de 1930 (4.500 habitantes) 1942 (8.300 habitantes) e 1952 (29.000 habitantes), cálculo projetado de acordo com o número de lotes vendidos. *Apud WERLANG, op. cit., p.94.*

***Consideramos nesta tabela como população do Oeste de Santa Catarina, a compreendida basicamente pelo antigo município de Chapecó.

Fontes: DIEL, Paulo Fernando; TEDESCO, Adayr Mário. A Igreja na Região do Grande Oeste até a criação das Dioceses de Palmas e Chapecó. *Encontros Teológicos*: nº 48 Ano 22, 2007, p. 72; BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio. Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920. Vol 4 (2ª parte). Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1928; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil: 1 de setembro de 1940. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. VI Recenseamento Geral do Brasil: 1950. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: 1955. BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 1960: VII Recenseamento Geral do Brasil. 1960. BRASIL. Censo demográfico Santa Catarina: VIII recenseamento geral. 1970. Todas as fontes estatísticas do IBGE citadas estão disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Até 1953 as terras da Companhia Sul Brasil faziam parte do município de Chapecó, por isso buscamos projeções da própria colonizadora para demonstrar o movimento de crescimento populacional. A população aumentou muito no período de atuação da companhia, assim como em toda extensão do Oeste catarinense, dobrando a população a cada década. Nas terras da colonizadora a densidade demográfica era de 1,62 hab/km² (habitantes por quilometro

quadrado)¹⁹⁴ em 1930, e atingiu 19,10 hab/km² na década de 1960 e aumentou para 30,42 hab/Km² na década de 1970.

Esses dados demonstram a crescente ocupação dos lotes rurais, e apontam para o aumento de cultivos agrícolas que incidiam no desmatamento. Segundo Leo Waibel¹⁹⁵, era consenso que para sustentar uma família de cinco a sete pessoas, precisariam de cinco hectares efetivamente cultivados para manter um nível decente de vida. O autor aconselhava a prática de repouso nas áreas cultivadas, rotação das roças para manter a produtividade do solo, por isso era certo que as áreas desmatadas em um lote excediam 5 hectares, entre cultivos e pastagens para os animais. Um cálculo hipotético, pegando como referência o ano de 1960, considerando toda a população das terras da companhia como rural, constituídas de famílias de cinco pessoas, resultaria em 10.594 famílias. Se cada família ocupasse um lote de 24 hectares, plantando 5 hectares de cultivos, seriam no mínimo 52.970 hectares de mata derrubada com cultivos efetivos em um ano, o que equivaleria a 19,10% da área das terras da companhia.

Em seus pequenos lotes de média 24 hectares os colonos agricultores, tiravam o sustento de suas famílias, precisando utilizar uma grande extensão de suas terras em roças, abrindo constantemente novas roças, tendo uma área para as pastagens dos animais. A agricultura praticada por indígenas e caboclos nessas mesmas terras antes do processo da colonização era diferente, de características seminômades, se utilizava da alternância das roças, conforme o solo iria perdendo sua fertilidade pois empregava o fogo e suas cinzas para fertilizar à terra, depois de alguns anos era abandonada e a mata regenerava. O sistema dos povos tradicionais era ambientalmente sustentável, pois havia uma baixa densidade demográfica e existia uma rotatividade de áreas, mas com a colonização as florestas foram loteadas para a pequena propriedades agrícolas, assim as matas foram quase que completamente derrubadas.

O uso da lenha como demonstra Carvalho¹⁹⁶ contribuiu para o desmatamento das florestas com araucária, pois ela foi a principal fonte de energia utilizada no Brasil até a década de 1960. A mesma realidade ocorreu nas terras colonizadas pela Companhia Sul Brasil, com o uso da lenha para as cozinhas e nas poucas indústrias que existiam. Carvalho utiliza da projeção de Anibal P. Souza para estimar o consumo de lenha usada para cozinhar por ano, em 6m³ por

¹⁹⁴ Importante levar em conta, que até a década de 1940, somente a metade sul das terras da Companhia Sul Brasil, estavam em processo de colonização. O cálculo feito em cima da extensão total das terras da companhia, que era 2.772, 83 Km².

¹⁹⁵ WAIBEL, Léo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, ano XI, abr/jun. 1949. p. 195.

¹⁹⁶ CARVALHO, Miguel M. X. de. **Uma grande empresa em meio a floresta**: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (doutorado em História) - UFSC, 2010. p.77.

pessoa/ano, e cada m³ tem o peso de cerca de 0,4 tonelada. Seguindo essa projeção para o ano de 1960 por exemplo, teriam sido consumidas nas terras da Companhia Sul Brasil cerca de 21.188 toneladas de lenha para cozinhar, demonstrando a pressão que o uso da lenha também ocasionava nas florestas.

A abertura de estradas também contribuíram no abate das florestas, pois elas facilitava o avanço da colonização. Nas terras da colonizadora as estradas eram gerais, que ligavam regiões de colonização com o escritório da companhia e vicinais que possibilitavam o acesso aos lotes¹⁹⁷. Com o tempo a abertura de estradas se tornou essencial para a atividade madeireira, para o transporte das madeiras até o rio Uruguai ou serrarias por caminhões. Inicialmente utilizavam-se os rios e afluentes para transporte da madeira, inclusive os rios menores, além da tração animal, mas conforme as matas ficaram distantes dos rios cada vez mais precisou-se do auxílio de caminhões (Imagem 6).

Imagem 6- Caminhão transportando tora em Iraceminha [196-?]



Fonte: Acervo Municipal. Disponível em: <https://www.iraceminha.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/17439>. Acesso em: 22 jul. 2020.

¹⁹⁷ WERLANG, *op. cit.*, p. 60.

O processo de desmatamento nas terras da Companhia Sul Brasil tem a responsabilidade direta ou indireta da colonizadora. Conforme a madeira foi valorizando a companhia foi aumentando sua atuação na atividade madeireira. Inicialmente a madeira era vendida em toras, sem muitos beneficiamentos para o mercado madeireiro platino, que preferiam comprar dessa forma para baratear seus custos. No entanto com indústrias mais elaboradas poderia agregar mais valor a madeira, por isso foi buscado algumas alternativas.

Documentos da companhia revelam a tentativa de viabilizar um empréstimo para instalação de uma fábrica de compensados no ano de 1941. Na época recebiam de compradores platinos em média 224\$500 réis por viga de cedro (*Cedrela fissilis*), enquanto os custos de extração, transporte e serviços eram em média 110\$500 réis, gerando um lucro de pouco mais da metade 114\$000 réis. Enquanto isso quantia equivalente a uma viga de cedro de madeira compensada era comercializada no Rio de Janeiro por 3.433\$500 réis, o que representava 15 vezes mais. Estimavam que a companhia possuía em suas terras mais de 200 mil vigas de cedro¹⁹⁸.

A fábrica de compensados acabou não se concretizando, assim foi incentivado a vinda de mais serrarias para a região. Outro negócio que buscou informações sobre a viabilidade foi a construção de fornos subterrâneos para a fabricação de carvão vegetal. Conforme os planos da companhia, queriam construir na margem esquerda do rio Saudades¹⁹⁹. Essa fábrica não prosperou, apesar da madeira ser a principal fonte de energia ela era abundante na região, além disso não existiam grandes centros próximos às terras da companhia, ao passo que a produção teria que ser consumida fora da região.

A floresta atraiu empresários, madeireiros, trabalhadores braçais, balseiros, derrubadores na medida que a exploração madeireira foi recebendo cada vez mais importância econômica. Os madeireiros e donos de serrarias que se instalaram nas terras da Companhia Sul Brasil, em grande parte atuavam em parceria com a colonizadora. Esse mercado madeireiro permitia que mesmo nos momentos de baixa na venda de lotes a exploração madeireira continuaria gerando lucro para a colonizadora.

A localização da Companhia Sul Brasil apesar da falta de ferrovias e estradas favorecia o comércio de madeira pelo rio Uruguai, com o mercado comprador, sobretudo a exportação para a Argentina e Uruguai. Necessitando para o transporte as cheias do rio Uruguai para as madeiras serem escoadas, todas essas condições atraíram um crescente número de serrarias a

¹⁹⁸ WERLANG, *op. cit.* p. 125-126.

¹⁹⁹ MELO, Rubens de. [Correspondência sobre a construção de um forno] a Companhia Sul Brasil. São Paulo: 25 de abril de 193-?. Fonte: Acervo Museu Pe. Fernando Nagel, Maravilha - SC.

região²⁰⁰. Em julho de 1939, a colonizadora firmava perante a junta comercial do Rio Grande do Sul um novo contrato social, e em 2 de novembro de 1939 no livro nº 2 de Firms comerciais, do registro de imóveis de Chapecó, fls.67, seria inscrita “Companhia Territorial Sul Brasil – mercadora de madeiras de lei em toras e exportadora das mesmas”, mostrando a importância que adquiria a exploração da madeira para a empresa²⁰¹.

A exploração comercial da madeira seguiu o avanço da colonização, podendo ser dividido em dois momentos: um primeiro até meados de 1940, onde as atividades foram desenvolvidas na FED, e em segundo momento encontrando grandes reservas de pinheiros na FOM ao norte. No próximo capítulo, veremos mais a fundo as atividades ligadas a exploração comercial da madeira, seu desenvolvimento e efeitos nas terras da companhia.

²⁰⁰ NODARI, *op. cit.*

²⁰¹ PILATI, *op. cit.* p.50.

4 COMPANHIA SUL BRASIL E O DESMATAMENTO

Neste capítulo analisamos o desmatamento nas terras da Companhia Sul Brasil promovido pela colonizadora ou por terceiros, através de contratados, relatórios e correspondências da própria companhia. A colonizadora desempenhou um papel principal no processo de desmatamento, através da venda de seus lotes coloniais e efetivamente na exploração madeireira. A companhia esteve à frente da exploração comercial de suas vastas florestas, promoveu parcerias com empreiteiros e donos de serrarias atuando neste ramo por mais de cinquenta anos.

A madeira foi o produto mais significativo da economia do Oeste catarinense na primeira metade do século XX, dominando a dinâmica socioeconômica da região até a década de 1970²⁰². Gerou trabalho na derrubada, no transporte, nas serrarias, no deslocamento das balsas de torras nas épocas de cheia do rio Uruguai, de onde eram escoadas para os mercados dos países platinos. A atividade intensificou a partir da vinda de empresários, seja empreiteiros do ramo madeireiro, donos de serrarias, com ou sem ligações com a Companhia Sul Brasil.

O processo madeireiro resultou na derrubada desenfreada das florestas nativas, na redução da biodiversidade de fauna e flora, e por fim gerou o próprio declínio da indústria madeireira na região, na segunda metade do século XX. Durante os anos de atuação da companhia houve algumas tentativas por parte de governos e alguns setores de madeireiros de preservar minimamente os recursos florestais para a sobrevivência da atividade madeireira. No entanto, somente com a legislação ambiental e fiscal da década de 1960, os projetos de reflorestamento começam a ser amplamente executados, apesar de serem promovidos por motivos econômicos e não ambientais. Este processo ligado a economia madeireira é o que será detalhado a seguir.

4.1 A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DA FLORESTA

O começo do desmatamento sistemático e do aproveitamento comercial da madeira na área de estudo se deu com a atuação da Companhia Sul Brasil. Era comum nas primeiras décadas do século XX empreiteiros comprarem terras próximos dos rios, para explorar a floresta e fazer o embalsamento para venda nos mercados argentino e uruguaio. Nas terras da Companhia Sul Brasil a própria colonizadora se envolveu nesse negócio, contratando

²⁰² BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense**: modernização, progresso e empobrecimento. Dissertação (Mestrado), FURB: Blumenau, 2003. p. 65.

empreiteiros e trabalhadores para executar os serviços árduos de abate, preparação, transporte, amarração, etc. No entanto existem poucos documentos que retratam a atuação da companhia neste negócio entre as décadas de 1920 e 1930, mas há muitos indícios.

Os documentos do antigo escritório da gerência local não trazem grandes referências ao processo madeireiro nos primeiros anos da colonização. Estes registros detalham a questão da venda das terras e a implantação das comunidades coloniais, mas certamente a atividade madeireira já era importante nessa época. A falta de documentos pode apontar limitações enfrentadas neste negócio nos primeiros anos. Destacamos algumas dificuldades como a falta de estradas, a exploração limitada a regiões próximas aos rios, preços não satisfatórios, a baixa densidade populacional e falta de mão de obra.

Uma das razões para acreditarmos que a exploração comercial da madeira ocorria desde o início nas terras da companhia está nos objetivos da colonizadora. Na ata de constituição da empresa lê-se que seu objetivo era “comprar e vender terras e madeiras”²⁰³, que foi ratificada no novo contrato social de julho de 1939, registrado na junta comercial do Rio Grande do Sul, como “mercadora de madeiras de lei em toras e exportadora das mesmas”²⁰⁴. As madeiras de lei desde o início da colonização eram destacadas nas propagandas para atrair colonos e empresários do ramo madeireiro, pois a presença de serrarias nas novas colônias eram indícios de desenvolvimento.

O período com poucos documentos sobre a exploração madeireira coincide com os anos em Carlos Culmey foi diretor gerente da companhia, que faleceu em junho de 1939. Esses poucos registros aliado a descrição no livro escrito por sua filha, demonstram que enquanto esteve à frente da diretoria local sua prioridade era o progresso da colonização, não apenas a venda de lotes, mas a fixação dos colonos a sua nova terra. No princípio a colonização era mais importante que a exploração madeireira, que era o negócio secundário, garantido pela abundância das florestas, constituindo naquele contexto um estoque ilimitado.

Ironicamente Carlos Culmey faleceu com a virada de uma embarcação, que acompanhava a descida de uma balsa de madeira no rio Uruguai. Era a primeira vez que seguiria junto a balsa, sentido a São Tomé na Argentina. Um mês depois de sua morte, é registrado o novo contrato social da companhia, com Otto Mussnich assumindo como diretor gerente, que deu outros rumos a exploração da madeira na região. Poucos anos mais tarde a exploração

²⁰³ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Ata da assembleia de constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia Territorial Sul Brasil. Porto Alegre, 23 de maio de 1925.

²⁰⁴ PILATI, *op. cit.* p. 50.

madeira seria otimizada através de parcerias com empresários gaúchos, e alcançaria as grandes reservas de araucária ao norte de suas terras.

A companhia em seus primeiros anos concentrou em aproveitar as madeiras próximas do rio Uruguai e seus afluentes, utilizando a via fluvial para deixar as toras estocadas, amarando as toras em forma de balsa e escoando essas jangadas nos períodos de cheias do rio. A região possuía dificuldade de ligação por estradas, e não existiam ferrovias próximas. Portanto os rios eram as únicas vias para transportar a madeira, inclusive os rios pequenos, mas nem sempre garantiam sucesso nesse escoamento. Para as madeiras do Oeste e Extremo Oeste catarinense só existia uma possibilidade de comercialização/exportação, a Argentina e o Uruguai, que eram ligadas pelo curso do rio Uruguai. No entanto existiam muitos obstáculos neste rio, como: corredeiras, ilhas e saltos, os quais só eram vencidos em períodos mais chuvosos, onde o rio se elevava tornando possível navegá-lo, ainda assim com dificuldades.

Na década de 1920, o aproveitamento comercial das florestas foi comprometido pelos obstáculos do início da colonização, e as crises desse período. Conforme aponta Nodari²⁰⁵, o impulso inicial da extração madeireira ocorreu na década de 1930, e foi aumentando gradativamente nas décadas seguintes, chegando ao auge da atividade entre os anos 1960 e 1970, quando ocorreu a maior retirada de madeira com a introdução da motosserra, tratores e caminhões.

Destacamos duas propagandas da companhia que mencionava o comércio de madeira nas primeiras décadas da colonização. O Kalender que circulou na serra Gaúcha em 1928 destacava que no “mato há grande quantidade de cedro, louro e muita madeira de lei; que são compradas por bons valores pelos negociantes de madeira e exportadas para a Argentina”²⁰⁶. Na propaganda que circulou em colônias alemãs no ano de 1936, informava que “as madeiras nobres, como o Louro, Cedro, Açouto-cavalo, Grapiapunha, etc., são embalsadas e seguem pelo rio Uruguai para a Argentina e Uruguai, onde sempre encontram compradores”²⁰⁷.

As propagandas dão a entender que as madeiras poderiam ser exploradas por quem comprasse o lote, no entanto dependia do contrato que firmavam na compra da terra. Na maioria das vezes, apesar de comprar um lote rural com mata o colono não tinha como explorar a madeira nobre, pois existia no contrato a reserva dessa madeira a companhia, a ser explorada a qualquer tempo por quem a colonizadora determinasse. No contrato da aquisição das terras pelo teuto-russo Nikolaus Beirith em 1930 havia uma cláusula especial, que a madeira só poderia

²⁰⁵ NODARI *op. cit.*, p. 44.

²⁰⁶ KALENDER DER SERRA POST [1928] *apud* SCHUH, *op. cit.*, p. 39.

²⁰⁷ KALENDER FÜR DIE DEUTCHEN IN BRASILIEN (1936), *op. cit.*

ser utilizada para construção de benfeitorias, não podendo vendê-las antes que fosse pago pelo lote adquirido²⁰⁸.

Um dos registros da participação da companhia na atividade madeireira vem da filha do gerente Carlos Culmey, que relata que seu pai tinha um sócio neste ramo chamado Álvaro, que residia em Iraí²⁰⁹. Nos primeiros anos a extração da madeira foi realizada por empreiteiros contratados pela Companhia Sul Brasil. Outros serviços de responsabilidade da companhia, também eram contratados com empreiteiros, como: a limpeza de lotes, abertura de estradas, o abate da madeira, preparação das toras, o transporte até os rios, a amarração das balsas e a navegação feita por práticos auxiliado por peões, o que gerava muitos empregos e trabalhos temporários.

A exploração iniciou as margens do rio Uruguai onde a vegetação dominante era da FED. Os primeiros núcleos coloniais representam atualmente os municípios de São Carlos, Palmitos, Riqueza, Cunha Porã, Saudades e parte de Pinhalzinho. A floresta subtropical, tinha certas qualidades de madeiras que geravam interesse, como segue a descrição:

Sobre as madeiras de lei, as mais conhecidas, destacadas e procuradas eram: cedro, canafístula, angico, canjarana, araçá, canela-do-veado, canela-do-brejo, canela preta, gabriúva, ipê, jabuticaba, grápia, cereja e batinga. Mais à beira do campo, [...] encontrava-se o pinheiro brasileiro (*araucária angustifólia*). De todas as variedades ou espécies de madeira, no entanto, as que mais se destacaram e despertaram interesse e a cobiça dos colonizadores foram o cedro e o pinheiro, pela procura e o valor comercial obtido com as exportações²¹⁰.

O cedro (*Cedrela fissilis*) e o pinheiro (*Araucária angustifólia*) foram sem dúvida as madeiras mais procuradas e vendidas durante os 50 anos de atuação da Companhia Sul Brasil, conforme apontam os documentos. Com alguma frequência também aparecem o louro (*Cordia trichotoma*) e a grápia (*Apuleia leiocarpa*). O pinheiro é encontrado em grande quantidade e em porções muito mais homogêneas que as outras espécies da FOM, enquanto o cedro é encontrado tanto na FED quanto na FOM. As grandes reservas de pinheiros foram exploradas em um momento mais tarde pela companhia, somente no final da década de 1940, pois ocorrem na parte norte de suas terras, em altitudes acima de 500 m.

Um mapa geral das terras da Companhia Sul Brasil (Mapa 9), produzido na década de 1950, destacava a reserva florestal própria da companhia, para extração de cedro (*Cedrela fissilis*), louros (*Cordia trichotoma*), cabreúva (*Myrocarpus frondosus*) e outras madeiras.

²⁰⁸ BEIRITH, Nikolaus; BEIRITH, Alexandre. **Memórias**. São Carlos, dez. 2000. p. 19.

²⁰⁹ HERWIG, KNORR, *op. cit.*, p. 79

²¹⁰ SANTOS, Nelson dos. **Balsas e Balseiros do Uruguai**: reflexões e impactos para a historiografia de Nonoai. Chapecó: Estampa, 2005. p. 35

Mapa 9 - Mapa geral das terras da Companhia Sul Brasil [195-?]



Fonte: Acervo do Museu Pe. Fernando Naguel de Maravilha-SC.

O Mapa 9 mostra a extensão das terras da companhia. Aparecem na legenda, a presença de serrarias ligadas a companhia ao total de 11, as estradas gerais, estradas vicinais, as seções e as fontes de águas minerais. Circulamos onde está mais nítido no mapa as reservas de pinhais (*Araucária angustifolia*). Destacamos que essas reservas se apresentam no norte de suas terras, onde a exploração madeireira se dava, muitas vezes, antes da venda de lotes, diferente do ocorrido ao sul. Ressaltamos que a exploração madeireira promovida pela companhia ao longo dos anos foi aperfeiçoando seus processos e sua logística.

4.2 A LOGÍSTICA DA ECONOMIA MADEIREIRA NAS TERRAS DA COMPANHIA SUL BRASIL

As vastas florestas nas terras da companhia potencializavam seus negócios, pois poderiam lucrar duas vezes, na venda da madeira e das terras. A Companhia Sul Brasil possuía empregados, mas contratava empreiteiros para executar alguns serviços. O empreiteiro era um empresário que formava equipes de trabalho e a partir de contratados prestava os serviços necessários para a companhia. É comum aparecerem na prestação de contas da companhia, e nas correspondências trocadas entre os escritórios valores a serem pagos a empreiteiros, práticos e peões.

Um exemplo está na correspondência do escritório sede em Porto Alegre para o escritório da gerência local em Passarinhos, mencionando os pagamentos efetuados em São Borja (RS) pelo transporte da madeira pelo rio Uruguai:

Pagamentos efetuados em São Borja:

22/02/1946- Ao Instituto Nacional do Pinho referente a 872 vigas a Cr\$10,00
= 8.720,00

Ao Dr. Adolfo Carneiro Leão pela manutenção dos postos - 872 vigas
a Cr\$10,00 = 8.720,00

Total= 17.440,00

Ao prático Angelo Moraes (1º remolque) 2,000,00

A Gervasio de Moura referente ao segundo remolque

19/02/1946- 10 peões a 700,00 7000,00

1 ajudante prático 1200,00

2 peões práticos 2000,00

1 ajudante lancheiro 1000,00 Total = 11.200,00

28/02/1946 - A Caetano de Canto 5 peões =3.525,00 Total=14.725,00

A Joao Kloh referente a balsa Mandico Teixeira

1/03/1946 - Pratico 2000,00

14 peões a 700,00 = 9800,00

1 peão para cuidar a balsa 200,00 Total =12.000,00²¹¹

²¹¹ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto alegre, 3 de abr. de 1946.

Até chegar ao ponto de transporte da madeira pelo rio, diversas etapas igualmente dispendiosas deveriam ser realizadas para comercializar o principal produto do Oeste catarinense - a madeira. Conforme Bellani²¹² as etapas de forma geral consistiam: na derrubada das madeiras no mato, estocar a madeira para secar (seja no próprio mato, ou poderiam ser perto do rio). Outra etapa era o transporte para serrarias ou para o rio, que poderiam ser em forma de toras que eram arrastadas até os rios, “falquejadas” em retângulos, ou transformadas em tábuas nas serrarias, e levadas as pranchadas²¹³, que serviam como pequenos portos a beira dos rios. Após chegar ao rio iniciava-se a amarração em forma de balsa utilizando cipós ou arames, isto no seco, pronto a balsa era só esperar a cheia do rio para alcançar o ponto certo para solta-la a navegação, e conduzir por cerca de 600 km até os portos brasileiros ou de países platinos.

Ao explorar para fins comerciais uma área com madeiras de lei, iniciava pelo abate das árvores, que por muitas décadas era realizado de forma manual. A derrubada era iniciado pelos cortadores. Boa parte destes trabalhadores eram de origem cabocla, especializados nesse trabalho poderiam em dupla aprontar até seis toras de pinheiro em um dia de serviço, utilizando somente machados para coroar e uma serra de corte largo. Ao pé do pinheiro, “sem errar um talho: o primeiro cortava fundo o segundo atirava longe o cavaco [...] fazia ‘a barriga’ do corte, para em seguida em estocadas rápidas e eficazes nas costas, mandar ao chão a árvore colossal.”²¹⁴.

Também participavam da exploração das matas alguns pequenos proprietários de terra, e peões em geral que trabalhavam para os donos da madeira e empreiteiros. Nos documentos existem menções a vários empresários que se instalavam na região para explorar a madeira, que prestavam serviços a companhia, inclusive com a instalação de serrarias para atuar em parceria com a Companhia Sul Brasil. O serviço braçal era indispensável, pois a motosserra somente passou a ser utilizada na década de 1960, caso existisse antes na região, provavelmente aceleraria o processo de desmatamento.

A parte mais penosa era de cortar, derrubar e arrastar a madeira como apresenta Moreira²¹⁵, pois dependia da distância do rio, do terreno que se encontrava e do tamanho da tora que se tinha. Conforme Santos, um dos historiadores sobre balseiros do rio Uruguai “era

²¹² BELLANI, *op. cit.*, p. 132.

²¹³ Consistiam em pequenos portos onde eram deixadas as madeiras, eram nestes locais que construíam as balsas de madeira nas margens do rio.

²¹⁴ PILATI, *op. cit.*, p. 103.

²¹⁵ MOREIRA, Precila Katia. **Ecossistemas de vozes sobre o rio Uruguai**: a formação do sujeito balseiro na região oeste de Santa Catarina (1920-1960). Dissertação (mestrado), UFFS: Chapecó, 2019. p. 56.

impossível lembrar ou descrever o número das robustas árvores cortadas [...], com até dois metros de diâmetro e que eram cortadas com auxílio apenas do machado e da serra”²¹⁶.

Para retirar as toras abatidas do mato, nas primeiras décadas, eram arrastadas com bois ou levadas em carroções de madeira e ferro. Em entrevista ao Museu Histórico de Pinhalzinho, o senhor Ivo Eckert conta como eram arrastadas as toras para a serraria de seu pai, enfrentando muitas dificuldades. Segundo seu relato existia torras enormes, que precisavam de cinco ou seis juntas de bois para arrastá-las:

Os bois, eles se ajoelhavam de tanta força que tinham que fazer [...] fosse um período de chuvas, com a terra molhada, a tora deslizava melhor. Nas secas – imagine só – então a tora era derrubada, descascada no local e se colocava no meio uma cunha de ferro, era colocada e fixada com martelo enorme e ali era engatado a corrente. A corrente era grossa, muito forte. Assim mesmo os bois às vezes rasgavam a corrente, os elos se abriam; prejudicavam²¹⁷.

Até a segunda metade da década de 1940 havia pouca tecnologia empregada na atividade. A partir de então tratores e caminhões da Companhia Sul Brasil, e das serrarias parceiras começam a percorrer as estradas, que no mesmo período eram abertas, levando as toras até as serrarias ou pranchadas. Antes disso, os transportes mais longos eram feitos por carroções, como relata em entrevista Zeferino da Silva:

E então tinha os carroção que levava até adiante de Palmito, que na época era um Distritozinho. Um dos que tinha os carroção, que levava pra lá, era seu Trajano; o fio dele cuidava a rodoviária em Cunha Porã uma veis, o Alcemilto, cansei de brinca junto com ele, não sei se ta vivo. Otro carroção que levava aquelas maderas era o tar de Reinaldo Bristolin. Essas costa de rio aqui [rio Saudades] onde eu moro, até na Barra do Lajeado Pedro, era tirado todo os cedro dos dois lado. Tiravam o Loro maderas de primera e largavam tudo nesse rio. Lá em baxo onde tem a Hipica em Saudade, lá eles tinham uma espia, aquele tempo chamava de maromba, que servia pa ata e escora as ala e então a enchente ia e tocava essas maderas [*sic*]²¹⁸.

As madeiras também podiam seguir conduzidas pelos pequenos rios, ou carregadas por carroções até encontrar os locais onde eram amaradas as balsas. No caso da Companhia Sul Brasil seguiam para as chamadas pranchadas, que eram pequenos portos onde eram depositadas as madeiras e construídas as balsas. Uma pranchada importante se encontrava no rio Chapecó, mencionada em correspondência do escritório de Porto Alegre, recomendando o

²¹⁶ SANTOS, *op. cit.*, p. 36

²¹⁷ ECKERT, Ivo. Pesquisa Histórica. [Entrevista concedida à] Fernanda Ben. Pinhalzinho, 10 de mar. de 2011. Fonte: Acervo Museu Histórico de Pinhalzinho-SC.

²¹⁸ SILVA, Zeferino da. Pesquisa Histórica. [Entrevista concedida à] Luiz Fernando Ferrari e Márcio Luiz Rodrigues. Pinhalzinho, 10 de set. de 2009. Fonte: Acervo Museu Histórico de Pinhalzinho-SC

“embalsamento das nossas madeiras que se encontram nas pranchadas, muito especialmente a do Chapecó”²¹⁹. Outra pranchada bastante usada era do estreito, localizada em Passarinho as margens do rio Uruguai, mencionada em correspondência, onde o escritório sede relata que os caminhões da companhia “estão transportando a nossa madeira serrada em Cunha Porã para o estreito”²²⁰.

Haviam também outras pranchadas em rios menores como conta José Ross, que havia uma pranchada “para cima da barra do rio Saudades”²²¹, um dos afluentes do rio Chapecó. É provável que existiam pranchadas nas barras dos rios das Antas e Barra Grande pois também se escoava madeira por eles. Os rios menores serviam de caminho para deslocar a madeira, e em tempos de menor vazão ficavam cheios de madeiras, principalmente em varas. Os rios mais usados para escoar até no rio Uruguai eram: o rio Chapecó, rio Saudades, rio Barra Grande, rio das Antas e rio Iracema.

Os rios tornaram-se vias possíveis para escoar a madeira, e conforme Bellani “esse tipo de transporte não se constituía numa alternativa no período intensivo da colonização [...] era o único existente”²²². As estradas na colonização eram abertas conforme avançava a colonização, muitas vezes com a ajuda dos colonos que recebiam abatimento na compra do lote, mas as estradas tornaram-se uma necessidade para a atividade madeireira. Os pequenos rios causaram muitos prejuízos para a companhia, como mostra a recomendação da sede da companhia para abertura de estradas em 1945, pois segundo a correspondência pelas “experiências feitas aconselham a não confiar nestes pequenos rios, com suas enchentes escassas, leitos apertados, voltas, etc”²²³.

Os caminhões começaram a operar com mais frequência a partir da segunda parte da década de 1940, mas não existiam pontes no rio Uruguai, apenas embarcações de travessia. A construção de balsas a partir da própria madeira era um meio eficiente, apesar de perigoso, de conduzir grandes quantidades de madeira para os mercados compradores a jusante do rio. Os locais de venda da madeira eram principalmente nas cidades de São Borja e Uruguiana no Brasil, ou nos portos Argentinos e Uruguaios. A dificuldade principal desse mercado era a

²¹⁹ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 28 dez. 1946.

²²⁰ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 13 jan. 1947.

²²¹ HOSS, Jose. Pesquisa Histórica. [Entrevista concedida a] Fernanda Bem e Joani Wickert. Fonte: Acervo Museu Histórico de Pinhalzinho-SC

²²² BELLANI, Eli Maria. **Makeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai - 1917 - 1950**. Florianópolis: UFSC, 1991. p.201

²²³ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [correspondência enviada entre escritórios]. Escritório, da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 12 jun. 1945. Pasta 36.

inconstância do rio, pois o rio Uruguai só é navegável em épocas de cheias onde o rio alcançava um volume de água que era possível transpor os obstáculos que nele existem, o que era chamado pelos balseiros de “ponto de balsa”.

Nas pranchadas o trabalho também era contínuo, na primeira etapa recebiam-se as madeiras sejam elas: toras, vigas, pranchas ou tábuas. Eram alinhadas e reunidas em forma de jangada e amarradas com arame ou cipó guambê²²⁴, presas a uma madeira atravessada, que formava um quartel, vários quartéis formavam uma balsa. A balsa poderia ser a muque (conduzida com a força física) ou a remorque (uma balsa maior conduzida com auxílio de embarcação motorizada)²²⁵.

Com as balsas prontas as madeiras recebiam a marca da companhia, ou do madeireiro que era dono e negociador. Na balsa era feito um abrigo chamado de rancho, era coberto para poder servir de abrigo, para cozinhar, dormir e deixar as roupas²²⁶. Com a balsa pronta ficava à espera da enchente²²⁷, para alcançar o ponto de balsa. Normalmente as cheias ocorriam entre maio e setembro, período onde as chuvas são mais prolongadas e as águas do rio se elevam ao nível possível para a navegação no rio Uruguai.

As cheias poderiam não ocorrer e deixar o produto encalhado por muito tempo nos rios, encharcando a madeira e apodrecendo os cipós e arames. Poderia ocorrer uma chuva repentina e extraviar a madeira, como foi retratado em várias correspondências do ano de 1946, tratando de madeiras extraviadas pelas chuvas. Ocasionalmente um retrabalho de reuni-las novamente, como informava a correspondência: “notamos sua informação, que já se encontra nesse porto cerca de 750 roliços reunido de Passarinho para cima e até aí conduzidos, com uma de nossas lanchas, pelos senhores José Ferreira e Levino Rahmeier”²²⁸.

As balsas (Imagem 7) se tudo transcorresse bem, demoravam cerca de 4 a 5 dias para chegar ao seu destino e encontrar as empresas compradoras. Havia a possibilidade de venda dos dois lados do rio Uruguai, seja nos portos em São Borja e Uruguiana no lado brasileiro, ou no lado argentino nos portos de São Tomé, Passo de los Libres e Itaqui²²⁹. Portanto a Companhia

²²⁴ CAMPOS, Hugo. Pesquisa histórica. [Entrevista concedida a] Ires Frozza. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, 1990.

²²⁵ MOREIRA, *op. cit.*, 2019, p.72.

²²⁶ MOREIRA, *op. cit.*, p. 86.

²²⁷ A enchente que nos referimos são as cheias do rio, chamadas pelos balseiros de enchentes, que eram chuvaradas que propiciavam a navegação das balsas. Atualmente a expressão enchente está mais associadas ao alagamento das cidades, e uma conotação negativa, ao contrário dos balseiros onde as enchentes eram esperadas.

²²⁸ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 15 de abr. 1946.

²²⁹ BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense: modernização, progresso e empobrecimento.** (Dissertação de Mestrado) Blumenau, 2003. p. 63.

Sul Brasil e seus parceiros, ou consignavam a madeira com empresas brasileiras, ou exportavam diretamente.

Imagem 7 - Balsas descendo o rio Uruguai [195-?]



Fonte: Acervo municipal. Disponível em: <https://www.palmitos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/23928>. Acesso em: 16 mai. 2019

A fiscalização governamental existente na região para a atividade madeireira, consistia na cobrança de tributos, principalmente com a criação do Instituto Nacional do Pinho. O instituto foi criado pelo Decreto-lei 3.124 de 19 de março de 1941, com o intuito de proteger e fomentar a indústria e exportação da madeira, principalmente da araucária, nos três estados do sul do Brasil. Havia várias coletorias de impostos na região ou nos locais de venda, recebendo os impostos de consignação ou exportação. A Companhia Sul Brasil alternava entre exportação e consignação, às vezes sendo questionadas pelos fiscais como comprova a correspondência:

Não podemos compreender como o Sr. Coletor insiste em cobrar-nos imposto de exportação, quando está provado que não exportamos a madeira, e sim consignamo-la a uma firma estabelecida em São Borja, com quem finalmente negociamos a mercadoria. Também não compreendemos como ele possa se negar a receber o imposto de venda e consignações, tanto mais que é satisfeito por meio de selos adquiridos na repartição [...]Para seu governo, informamo-nos que a Sociedade União Popular, de Itapiranga, que na última crescente desceu madeiras, só pagou na coletoria de Peperi o imposto de vendas e consignações, em virtude de ter consignado a mercadoria a uma firma estabelecida no Brasil. Não lhe foi exigida taxa de exportação,

em virtude de não ter exportado ao exterior, e sim, consignado a uma firma de outro estado²³⁰.

O impasse do imposto era algo que preocupava a indústria madeireira, pois a madeira era um dos principais produtos de exportação de Santa Catarina, conforme visto na Tabela 3. Em primeiro de setembro de 1947, os secretários da fazenda dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reuniram-se para solucionar o assunto da exportação de madeiras catarinenses, onde acordaram que fossem despachadas em São Borja. Ficou a cargo da repartição rio-grandense de São Borja arrecadar as taxas de exportação, vendas e consignações, de todas as madeiras despachadas, e entregaria a Santa Catarina a parte correspondente, o que foi recebido muito bem pela companhia.

Tabela 3 - Principais produtos de exportação de Santa Catarina, em percentagens (1914 à 1945)

Produtos	1914	1920	1930	1938	1945
Ascendentes	15,3	19,4	25,8	42,8	55,4
Madeira	8,1	10,5	18,3	27,4	34,3
Têxteis	7,2	8,9	7,5	15,3	14,2
Carvão	---	---	---	2,8	6,9
Declinantes	48,8	33,4	41	18,9	13,4
Far. Mandioca	8,2	3,6	3,3	2,7	2,5
Erva Mate	13,2	18,1	20,6	3,4	2,3
Manteiga	8	5,8	5,1	3,3	1,3
Banha	19,4	5,9	12	9,5	7,3
Demais	35,9	47,2	33,2	38,3	31,2
Total	100	100	100	100	100

Fonte: CUNHA, 1982 *apud* BAVARESCO, *op. cit.*, 2003. p.64

A importância da madeira como produto de exportação era ascendente na economia catarinense. Também era importante para a companhia que frequentemente renovava a habilitação nos registros legais no INP, nos ministérios da Agricultura e Trabalho e no

²³⁰ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Companhia Territorial Sul Brasil, escritório Passarinhos-SC. 26 de jul. de 1947.

departamento Nacional da Indústria e Comércio, como “exportadores de pinho e madeiras de lei”²³¹, podendo fazer seus negócios diretamente sem intermediários.

Em São Borja elas eram medidas, classificadas e vendidas, encontrando diversos compradores, intermediários ou exportadores. Citamos algumas empresas que compraram madeira da companhia, em 1946²³², a firma Marquet e Cia, na Barra do Quaraí (município de Uruguaiana), comprou 209 vigas, no mesmo período o Sr. Higinio Brum Corrêa, em São Borja comprou 508 vigas ao preço de CR\$ 392.180,80²³³. Também encontramos a venda de 283 roliços de cedro, com 7.952 varas, em São Borja, para a empresa Sbarraïne, Benvegnú & Cia Ltda., em julho de 1949, pagando CR\$ 50,00 por vara²³⁴.

Após a Segunda Guerra Mundial foi um período muito propício para a venda de madeira. A companhia buscava aumentar a oferta e encontrava florestas inexploradas ao norte de suas terras. A demanda por madeira aumentava motivado pela necessidade de madeira na Argentina, o que prospectavam bons preços e negócios:

Na oportunidade, devemos ponderar sobre a necessidade de se aproveitando o bom tempo reinante ser acelerado o serviço de corte de madeira e demais providências necessárias para, na primeira nova cheia, conseguirmos levar um bom lote de roliços. Devemos assim, aprestar nossos caminhões, aparelhando-os convenientemente e suprindo nosso almoxarifado do que for preciso para que os trabalhos não sejam prejudicados. Embora as grandes dificuldades que são cercadas as exportações para a Argentina, a grande falta de madeira naquele país induzem-nos a acreditar que, ainda este ano, poderemos obter os mesmos excelentes preços para os roliços que levamos ao porto de São Borja²³⁵.

Esta era a logística da madeira como produto de exportação. Com o passar dos anos a companhia foi melhorando seus processos, a tecnologia empregada, otimizando os esforços com empreiteiros locais, atraindo serrarias maiores e trabalhando com parcerias. Com o tempo o produto não consistia somente em madeira bruta, mas também beneficiada. Novas estradas eram providenciadas para acessar as reservas ao norte, e o uso de caminhões e tratores passaram a ser mais frequentes. No entanto, fora o consumo interno, o grande mercado comprador

²³¹ DIEHL, Abir. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Companhia Territorial Sul Brasil, escritório em Passarinhos-SC. Porto Alegre, 18 de out. 1949.

²³² COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Companhia Territorial Sul Brasil, escritório em Passarinhos-SC. Porto Alegre, 10 de ago. 1946.

²³³ O valor correspondente a um lote de 24 hectares da companhia era CR\$ 7.260,00, com o preço praticado em 1947, ou seja, necessitaria vender um pouco mais de 9 vigas para dar o valor de um lote. A venda de 508 vigas representava o valor de venda de mais de 54 lotes coloniais.

²³⁴ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Companhia Territorial Sul Brasil, escritório em Passarinhos-SC. Porto Alegre, 21 jul. 1949.

²³⁵ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre: 11 de jul. de 1949.

continuará a ser o argentino e em menor número o uruguaio, e o grande gargalo continuará a ser o rio Uruguai.

4.3 AS SERRARIAS NAS TERRAS DA COMPANHIA SUL BRASIL

As instalações de serrarias nas terras da Companhia Sul Brasil seguem dois movimentos distintos: um período inicial artesanal entre 1920 e 1940, com pequenas serrarias produzindo para um mercado local; um segundo período pós 1945, continuam as serrarias locais e ocorre a instalação de serrarias maiores junto as reservas, com maior capacidade de exploração. No período inicial da colonização, a escassez de serrarias muitas vezes obrigava os colonos a construir suas casas e benfeitorias com madeira confeccionada de forma manual em estaleiros improvisados.

As pequenas serrarias estabeleciam em um núcleo colonial específico e floresciam com o aumento do fluxo migratório. Estas serrarias forneciam matéria-prima para o mercado interno, alguns exemplos foram: Serraria Cerutti em Palmitos, Irmãos Sehn em São Carlos, Serraria Campos (Imagem 8) e a Serraria de José Eckart, em Pinhalzinho, entre outras²³⁶.

Imagem 8 – Serraria Campos década de 1950.



Fonte: Acervo Museu Histórico de Pinhalzinho-SC

236 WERLANG, *op. cit.*, p. 126-127.

Na fotografia da serraria Campos identificamos vários materiais dispostos característicos de uma pequena serraria. Vemos um barracão pequeno ao centro, várias toras de considerável tamanho ao lado pronto para entrar para beneficiamento, muitas pessoas possivelmente trabalhadores da serraria. No lado esquerdo as tábuas já serradas, a frente algumas juntas de bois, enquanto aos fundos destaca-se uma colossal reserva de pinheiros, de grandes dimensões, inexistentes hoje em dia. As fotografias nessas décadas não eram frequentes e todos estes elementos dispostos revelam a busca por representar todos os detalhes do que existia no local.

O perfil das serrarias foi mudando no período pós Segunda Guerra Mundial, com o avanço da capacidade tecnológica das mesmas e dos caminhões. Nesse período houve um novo impulso na colonização nas terras da Companhia Sul Brasil e avançou em sentido ao norte. A gleba Mundo Novo recebida em 1934 nem sequer havia sido explorada, assim novas frentes de colonização avançariam nas áreas onde estavam as grandes reservas de araucária, na Floresta Ombrófila Mista.

A exploração de madeira na segunda metade da década de 1940 foi melhor organizada pela Companhia Sul Brasil. Novos sócios são contatados para explorar as florestas em parceria, onde primeiro se exploraria a madeira e depois vendida à terra. Com essa prática obtendo mais lucro do que apenas com a venda da terra e ainda ficando com a terra limpa para ser vendida posteriormente:

Quanto as terras de pinhal recomendamos não se interessarem pela sua venda. Há interessados para exploração em sociedade, fornecendo a Companhia o pinhal e recebendo, na serraria 50% da produção, com obrigação do serrador fornecer cotas para exportação da nossa parte. Além de se obter com essa forma muito mais do que a venda de terra, ficamos com está para ser vendida mais tarde²³⁷.

A instalação de indústrias madeireiras na região onde se iniciava a colonização, com as reservas de pinheiros nas regiões dos atuais municípios de Maravilha, Iraceminha, Cunha Porã, era muito importante para desenvolve-las. Com a exploração das florestas viriam estradas, tábuas para construção, empregos, comércios, atraindo mais colonos que buscavam terra em núcleos prósperos. Conforme José Pilati, a proposta de exploração em parceria teria partido da companhia a empresários gaúchos para instalação na região, garantindo um estoque de madeira para trabalhar por muitos anos no mercado que já atuavam²³⁸.

²³⁷ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre 12 de ago. de 1946.

²³⁸ PILATI, *op. cit.*, p. 57.

A maior empresa a firmar parceria com a Companhia Sul Brasil foi a Sbarraine, Benvegnú & Cia Ltda., constituída em 16 de março de 1949. Foi composta por empresários do ramo madeireiro de Passo Fundo e São Borja, que visitaram em novembro de 1948 as florestas da companhia e as reservas de pinhais, nos atuais municípios de Cunha Porã, Iraceminha e Maravilha²³⁹. A frente do grupo estava Alcides Ferarri Benvegnú²⁴⁰ que possuía duas serrarias em São Borja, com experiência no mercado brasileiro e argentino, além dele eram sócios: Carlos Sabaraini, Italo Benvegnú, Orlando C. Ribeiro, Balduino Ghem, Dr. Mario Azambuja, Benjamin Câmara, Manlio Benvegnú e Crippa Lima.

A Sbarraine, Benvegnú & Cia, Ltda não precisou adquirir as terras, nem os pinheiros e madeiras de lei, pois firmava contratos de serragem em parceria com a Companhia Sul Brasil. Estabeleciam a exploração na ordem de 50 por cento para cada, deduzindo ainda os custos de abate e transporte que por ventura fossem custeados pela colonizadora. A Sbarraine, Benvegnú & Cia, Ltda, definia em seu contrato social o seu objetivo que era “explorar o comércio, a indústria e exportação de madeiras em geral”²⁴¹, dentro e fora do estado pois a princípio tinha sua sede em Passo Fundo, posteriormente mudou para Maravilha no ano de 1954²⁴².

A madeireira, com a desistência e acréscimos de outros sócios mudou a razão social, em 1955 para Gehm, Benvegnú e Cia, e trabalhou sobretudo entre as décadas de 1950 e 1960, instalando quatro serrarias: Maravilha, Irajá, Jundiá e Saudade. A primeira serraria denominada Maravilha foi instalada no local que viria a ser o município de mesmo nome, dada a presença dos enormes pinheiros que despertavam admiração. Contava com um maquinário inicial marca Marshall, dois cilindros de 73 HP, a vapor superaquecido²⁴³. Conforme relato de Uber Benvegnú²⁴⁴, em um espaço de 20 anos o grupo teria abatido cerca de 200.000 (duzentos mil) araucárias, além de cedros, louros, grápias, cabreúvas, camboatás, guajuvira, entre outras.

Outro empresário a firmar parceria com a companhia foi Nilo Sudbrack, que também atuava na mesma região das reservas de pinheiro em Maravilha. Iniciou em fevereiro de 1955, com a serraria Iracema, depois instalou mais uma serraria, a Santo Antônio. Nilo Sudbrack, conforme documentos era associado a Cooperativa do Vale do Rio Uruguai Ltda, uma

²³⁹ *Ibid.*

²⁴⁰ Maiores informações: GIALDI, Francisco. **Câmara municipal de Maravilha: 50 anos de História**. 2.ed. Maravilha, 2009. p. 26.

²⁴¹ SBARRAINE, BENVEGNÚ & CIA, LTDA. Contrato social da sociedade. Passo Fundo. 16 mar. 1949.

²⁴² SBARRAINE, BENVEGNÚ & CIA, LTDA. Alteração de contrato social e transformação do tipo jurídico de sociedade por cotas de responsabilidade para a sociedade de responsabilidade solidária. Maravilha, 25 de mar. 1955.

²⁴³ Em comparação com as serrarias artesanais de engenho de serra, que abasteciam o mercado local, tinham uma maior capacidade de exploração.

²⁴⁴ PILATI, *op. cit.*, p. 105.

cooperativa que congregava os madeireiros da região Oeste, a qual defendia seus interesses e realizava negócios de exportação em nome dos sócios.

Nilo Sudbrack celebrou um contrato com a Companhia Sul Brasil para produção em sociedade em 27 de julho de 1951, registrado em Chapecó sob número 699. Foi o responsável por explorar uma grande área próximo ao rio Iracema:

Em 31 de agosto de 1948 vi os declarar que consideramos efetiva a existência de cerca de 12.000 (doze mil) pinheiros, na gleba “A”, situada junto ao rio Iracema, aludidas na cláusula 1ª (um a) do supra citado contrato adultos e cujo a área é de 7.445.000 metros quadrados. Tratando de pinheiros adultos e desenvolvidos, com base de média de mais de 6 dúzias de taboas de 1x12x18 cada pinheiro, pode-se estimar a produção da área em apreço em aproximadamente 70 mil dúzias, comportando assim a instalação de duas serrarias²⁴⁵.

As principais serrarias que constituíam parceria com a colonizadora eram as de Gehm, Benvgnú e Cia e as serrarias de Nilo Sudbrack. No entanto, outras serrarias existentes na região também por vezes firmavam alguma parceria com a Companhia Sul Brasil. Figuraram nos relatórios da colonizadora contratos de serragem em parceria com: a serraria Saltinho dos senhores Pott e Zimmermann, a Serraria Cembranel²⁴⁶ da região de Maravilha e a serraria do senhor Pedro Egídio Braun²⁴⁷ de Modelo.

A Serraria Madalozzo S.A também figurou em contratos com a colonizadora em 1967. Nos contratos com a companhia, recebeu a incumbência de exploração madeireira em trinta e cinco lotes, na seção Lageado Grande (Mapa 10), e mais vinte lotes na seção Burro Branco. Essa prática de explorar a madeira em lotes já demarcados era comum, inclusive os já vendidos a colonos, pois com a cláusula de reserva de certas madeiras para a colonizadora, ela poderia mais tarde cortar as árvores, ou conceder a exploração a terceiros, se assim desejassem.

²⁴⁵ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência]. A Nilo Sudbrack. Passarinhos, 9 de jul. 1951.

²⁴⁶ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Relatório N. 9/55, setor serrarias. Palmitos, 31 out. 1955. p.2.

²⁴⁷ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de produção de madeira em parceria. Palmitos, 15 ago. 1971.

Mapa 10 - Mapa da seção Lageado Grande com os lotes contratados para serragem pela Madeireira Madolozzo S.A - 1967



Fonte: Acervo Museu Pe. Fernando Nagel, Maravilha-SC

Nos relatórios da Companhia Sul Brasil notamos o detalhamento no controle da atividade madeireira com seus contratos. Existiam vários contratos de corte de árvores, transporte, abertura e conservação de estradas, que eram executados ao mesmo tempo pelos empreiteiros José Ferreira, Gervasio de Moura, Otto Mussnich, entre outros. Percebe-se que havia uma conferência mensal por parte da colonizadora, nos estoques e andamento nos serviços no mato, nas serrarias, nas pranchadas e das vendas locais ou exportações. Estes relatórios revelam o grande controle de todo o andamento do trabalho com as madeiras, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, o auge da exploração madeireira nas terras da Companhia Sul Brasil.

O escoamento da madeira pelas balsas e a comercialização passou a ser responsabilidade dos parceiros, que muitas vezes, compravam a parte correspondente da companhia. Isso já fazia parte dos planos da colonizadora, como aparecem na correspondência entre os escritórios em março de 1947 referente as apólices de seguro a seus funcionários. O escritório central orientava

que “futuramente não deverão figurar na apólice os serviços de barca e extração de madeira, pois a companhia não se dedica mais a primeira, e quanto a segunda o risco é coberta pelas apólices dos empreiteiros”²⁴⁸.

A exploração madeireira em parceria entre a companhia e suas principais serrarias parceiras durou até o final da década de 1960, quando os contratos e relatórios começam a diminuir. Na década de 1970 as reservas florestais da companhia estavam reduzidas, apenas uma porção e lotes ao norte de suas terras, que foram sendo repassados a terceiros. No final da década de 1960 com a edição de um novo Código Florestal e a criação do IBDF, a companhia começou a executar projetos de reflorestamento para poder usufruir das reservas que ainda restavam e tentar sobreviver na atividade madeireira.

A década de 1970 é o período final da exploração de grandes reservas florestais nas terras da companhia. Os indícios da decadência da colonizadora nas atividades madeireiras estão na venda da maioria dos lotes coloniais, na redução drástica das florestas e no fim das atividades com as serrarias parceiras. Ocorreu também fechamento de serrarias, permanecendo, sobretudo, serrarias voltadas ao mercado interno. Para Bavaresco que aborda uma perspectiva de história econômica do Extremo Oeste catarinense, até a década de 1970 permaneceram resquícios da atividade madeireira na região. O autor chama o período que a madeira foi o principal produto de exportação de “ciclo madeireiro”, mas segundo ele, este ciclo “não proporcionou um acúmulo de capital capaz de originar novos ramos produtivos”²⁴⁹ e um desenvolvimento socioeconômico mais racional nesta região.

As elites locais da região Oeste entre as décadas de 1930 até 1960 formaram-se ligados a economia madeireira e ao processo de colonização. Desses ramos saíram grande parte dos primeiros quadros da política dos novos municípios que surgiram. A indústria madeireira representava grande parte dos interesses econômicos da região do velho Chapecó, pois “a indústria madeireira nesta época, através da atuação do Instituto do Pinho representava também, a atuação do governo federal na região, embora de uma maneira muito mais voltada para o extrativismo econômico”²⁵⁰.

A indústria catarinense diversificou e a agroindústria sobressaiu no Oeste a partir da década de 1970, com a decadência da indústria madeireira. Destacaram-se cooperativas e

²⁴⁸ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 11 mar. 1947.

²⁴⁹ BAVARESCO, *op. cit.*, p. 69.

²⁵⁰ SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. O Oeste Catarinense não pode parar aqui: Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). Florianópolis: **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 21, 2017. p. 358.

frigoríficos, surgidas principalmente da acumulação dos colonos e da produção de alimentos, mas também de alguns empresários ligados ao setor madeireiro²⁵¹.

Ao final desse processo seria importante mensurar a produção madeireira e a área desmatada nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil ao longo de cinquenta anos. A tarefa é muito difícil pela diversificação dos atores ligados a atividade madeireira, a falta de dados de algumas décadas e o grande volume de documentos da companhia em relação à produção madeira. A conclusão é que o maior impacto sobre as vastas florestas nas terras da colonizadora são oriundos de duas atividades principais e concomitantes, o avanço da colonização e a exploração madeireira, que constituem as causas do desmatamento desenfreado.

Uma das explicações do avanço da atividade madeireira é os ganhos comerciais, pois conforme apresenta uma cartilha organizada pela Cia de Industrias florestais do Rio Grande do Sul (CIFSUL)²⁵², a variação comercial do pinheiro em 30 anos (1937-1967) obteve um crescimento de 40%, considerando as trocas de moedas e inflação. Na cartilha do final da década de 1960 propagava-se o reflorestamento com *Pinus eliottii* como uma alternativa a redução das florestas nativas. Estudos da FAO (*Food and Agriculture Organization*) no estado do Paraná alertavam para o total esgotamento das florestas com araucária entre 1974 e 1979, agravado pelo fato de que em média a cada seis árvores derrubadas apenas uma era plantada²⁵³. A continuidade da atividade madeireira dependia das florestas, mas mesmo com o fim próximo das reservas nas terras da companhia, não aconteceu a conservação ou o uso racional das florestas, apenas algumas poucas tentativas de reflorestamento com exóticas.

4.4 PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS

O resultado das atividades de colonização e exploração madeireira foi o desmatamento. A Companhia Sul Brasil como acompanhamos teve grande responsabilidade nesse processo, mas, será que ocorreram tentativas de preservação do meio ambiente e uso racional dos recursos florestais? A resposta está nas leis, na atuação dos órgãos governamentais ligados a atividade madeireira e na prática da colonizadora e parceiros.

No período de atuação da Companhia Sul Brasil nas florestas do Oeste xatarinense desenvolviam no país diferentes perspectivas sobre como deveriam ser as práticas de proteção

²⁵¹ GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia Catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

²⁵² CIA DE INDUSTRIAS FLORESTAIS DO RIO GRANDE DO SUL. [Cartilha]. É importante que todos saibam: reflorestar será sempre um bom negócio. Porto Alegre, CIFSUL, [1967?].

²⁵³ *Ibid.*

do mundo natural brasileiro. Conforme apontam os autores Franco e Drummond nesse período perpassaram duas principais gerações de autores do tema, a geração dos anos 1920-1940, que relacionavam a proteção ambiental com a construção da nacionalidade e identidade brasileira, e a geração dos anos 1950-1980 que desenvolveu estratégias de criação de áreas protegidas, proteção de ecossistemas e de espécies ameaçadas de extinção²⁵⁴.

A atuação dos intelectuais e organizações ambientais desdobravam em medidas que tratavam das florestas em âmbito nacional, e respingaram no Oeste catarinense. O primeiro Código Florestal brasileiro é criado em 1934, através do Decreto Lei nº 23.793, de 23 de janeiro. Anterior a ele, no período colonial existiram algumas leis que restringiam o acesso de certas árvores consideradas de valor naval (reservadas para uso exclusivo para utilização naval), denominadas “madeiras de lei”²⁵⁵. No período do Brasil Império (1822-1889) a questão de renovação das leis florestais ficou apenas nas discussões dos intelectuais. No período da primeira República (1889-1930) as terras devolutas passaram ao domínio dos governadores, e as legislações de proteção florestal eram encargos dos estados²⁵⁶.

Com a revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas uma nova aura reformista e inovadora tomou conta de vários grupos cívicos que assumiram a questão conservacionista. A intenção desses grupos era pressionar ao cumprimento de medidas conservacionistas aprovadas no congresso constituinte de 1934, e criar um sistema de parques nacionais. O governo editou uma série de decretos entre 1933 e 1934, regulamentava expedições científicas, uso da água, minas, caça, pesca e florestas (Código Florestal).

O Código Florestal de 1934 determinava em seu artigo primeiro que as “florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem bem de interesse comum a todos os habitantes”²⁵⁷. Classificava as florestas em quatro tipos: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento:

1. as “protetoras”, que, por sua localização, servissem, conjunta ou separadamente, para qualquer dos fins seguintes: a) conservar o regime das águas; b) evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais; c) fixar dunas; d) auxiliar a defesa das fronteiras, de modo julgado necessário pelas autoridades militares; e) assegurar condições de salubridade pública; f) proteger sítios que por sua “beleza natural

²⁵⁴ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. **História Ambiental: Fronteira, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 333.

²⁵⁵ DEAN, *op. cit.*, p. 151.

²⁵⁶ CARVALHO, Ely Bergo de. **O Código Florestal de 1934: a legislação florestal nas disputas, pelo território, um estudo de caso**. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, jul. 2016. p.418-419.

²⁵⁷ BRASIL. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o Código Florestal. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm. Acesso em 24 mar. 2020.

mereçam ser conservados”; e g) asilar espécimes raros da fauna indígena; 2. as “remanescentes”, que são aquelas que formam parques ou assemelhados; 3. as “modelos”, que são “as artificiais constituídas apenas por uma, ou por limitado número de essências florestais, indígenas ou exóticas, cuja disseminação convenha fazer-se na região”; 4. todas as demais florestas eram consideradas de “rendimento”²⁵⁸.

De uma forma geral o código vedava em parte o direito à propriedade, na medida que emitia muitas proibições e determinações. Proibia o corte ao longo de cursos de água, que abrigavam espécies raras, protegiam mananciais, e vedava ainda aos proprietários desmatar mais de 75% da vegetação existente. Indústrias de siderurgia e transportes que se utilizavam da floresta eram obrigadas a replantar árvores que mantivessem sua operação, além de criar uma fiscalização florestal que ficaria a cargo de estado e municípios e esboçava uma organização de parques nacionais e estaduais.

Apesar de trazer regramentos inéditos é consenso entre pesquisadores como Dean, Ely Carvalho, Moretto e Salini²⁵⁹ que o Código Florestal de 1934, não regulamentava no sentido de conservar a natureza, mas de preservar a continuidade das atividades comerciais de exploração madeireira, e por outro lado de preservação por caráter estético. Os grupos que conseguiram colocar a preocupação ambiental em pauta foram frustrados, pois no plano mais geral da sociedade sobressaiu o projeto desenvolvimentista que priorizava o crescimento econômico mesmo que as custas da devastação da natureza²⁶⁰. Estes regramentos por exemplo não resultaram em nenhuma mudança significativa da atuação da Companhia Sul Brasil quanto a exploração desordenada e desenfreada das florestas, por ela ou pelos colonos.

Conforme Ely Carvalho²⁶¹ este Código Florestal enfocava o sentido de preservação da floresta como um monumento, e em uma visão produtivista pois enxergava as florestas artificiais como modelo. Excluindo as florestas classificadas como “protetoras”, necessárias, para prevenir erosão e preservar o regime de água, e também as “remanescentes” que formavam parques, todas as outras vegetações poderiam ser exploradas como florestas de “rendimento”, transformando-as em matas plantadas de uma ou mais essências florestais escolhidas. Para o pensamento dominante na época, as nossas florestas tropicais e subtropicais ricas em diversidade não eram um bom modelo, pois elas demandavam mais esforço na exploração pela sua heterogeneidade na composição, diferente das florestas homogêneas, que existiam na América do Norte e Europa.

²⁵⁸ CARVALHO, *op. cit.*, p. 419.

²⁵⁹ CARVALHO, *op. cit.*; DEAN, *op. cit.*; MORETTO, *op. cit.*; SALINI, *op. cit.*

²⁶⁰ FRANCO; DRUMMOND, *op. cit.*, p. 350

²⁶¹ CARVALHO, *op. cit.*, p. 420

O Código Florestal de 1934 evidenciou a existência de muitas falhas, e na prática a questão da preservação das florestas pouco mudou. Ely Carvalho²⁶² aponta o fato de que o regramento permitia o desmatamento, prevendo a preservação de 25%, mas não necessariamente para manter as florestas e sim a cobertura florestal, que poderia ser substituída por uma floresta plantada. Outro ponto para o insucesso apontado por Dean²⁶³ era a falta de recursos para fazer cumprir o código, pois poucos municípios instalaram as guardas e mesmo as que instalaram os efetivos eram poucos, a burocracia exigida não era cumprida, raramente havia fiscalização e muitos fiscais começaram a cobrar propinas.

No município de Chapecó formado em 1917, desde o início algumas leis municipais trataram de questões ambientais, como na criação de dois cargos de guarda florestal em 1918 e 1921. Além disso, desde o início havia leis que criavam taxas municipais para a extração de cedros, pinheiros e erva-mate. Indicando haver a exploração econômica destes recursos florestais antes da formação desse município, e a partir de então uma tentativa de arrecadação tributária sobre eles²⁶⁴.

O cargo de agente florestal figurou nos documentos do município de Chapecó entre os anos de 1941 a 1960²⁶⁵. Possivelmente uma das funções era a aplicação de multas por queimadas, pois no Código florestal reservava uma parte da multa a quem aplicou. Ely Carvalho²⁶⁶ aponta que aparentemente os agentes não atuavam sobre terras de propriedade particular, mas em especial nas terras devolutas que se encontravam em processo de colonização.

Um documento específico encontrado junto ao acervo histórico da Companhia Sul Brasil oferece alguns elementos das atividades dos agentes florestais em propriedades particulares. Em uma carta o agente florestal do município de Mondaí Frederico Carlos Kreiser, escreve ao executor do acordo florestal do estado de Santa Catarina João Quirino Neto em dezembro de 1961²⁶⁷, relata suas atividades e a presença de intrusos nas terras da Companhia Sul Brasil. O agente florestal demonstra preocupação em salvaguardar as terras e matas da colonizadora que se encontravam “invadidas”:

²⁶² CARVALHO, *op. cit.*, p. 423.

²⁶³ DEAN, *op. cit.*, p. 277.

²⁶⁴ SALINI, Ademir. **Colonização e meio ambiente**: a transformação da paisagem do Oeste catarinense (1930 a 1970). Dissertação (mestrado), UFFS: Chapecó, 2018, p. 96-97.

²⁶⁵ SALINI, *op. cit.*, p. 100.

²⁶⁶ CARVALHO, *op. cit.*, p. 431.

²⁶⁷ AGENCIA FLORESTAL DE MONDAÍ. [Ofício Número 25/61]. Ao executor do acordo florestal com o estado de Santa Catarina, João Quirino Neto. 7 dez. 1961.

INTRUSOS: Levo a vosso conhecimento que a COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL, uma das mais conceituadas companhias colonizadoras do Brasil, possui uma gleba de terra de mais ou menos 150 lotes de 10 alqueires, ou seja, 1500 alqueires, ou seja 3.600 hectares cobertos de matas virgens, isto na minha jurisdição. Há algum tempo vem sendo invadidas estas terras por elementos INTRUSOS, derrubando matos serra acima e abaixo, fui diversas vezes por lá, proibindo e aconselhando, lavrando autos de infração recorri um a um, estes intrusos, fiz levantamento nominal e também das áreas derrubadas que abrangem mais ou menos 100 alqueires. No fim levei a polícia e nada consegui. O diretor da companhia, Dr. José Leal teve muitas vezes em minha agencia florestal pedindo providências, e imediatamente foi atendida de minha parte. (Nos lugares de infração) nada consegui, os intrusos continuam devastando e derrubando e queimando, e já alcançaram mais ou menos o número de 150 famílias, não obedecem a quem quer que seja²⁶⁸.

Solicitava um reforço urgente para lidar com os invasores nesta área, para não prolongar que o “estrago continue e uma das mais ricas zonas do estado de Santa Catarina vire um deserto”²⁶⁹. Essa veemente preocupação contra os intrusos não é tão incisiva quando se trata dos colonos e das serrarias. Em seu relato menciona que os colonos lavradores tiveram suas “licenças de queimada e derrubada”, e os orientou a deixarem os terços superiores e as margens dos lajeados, arroios e rios, notificando os que não respeitam, obrigando os infratores a reflorestar.

Ainda na carta relata uma “má vontade por certos lavradores em obedecerem às leis florestais”²⁷⁰, recomenda que enviem uma patrulha para reforçar o serviço florestal. Segundo o agente, só conhecia mais um agente florestal no Oeste catarinense, e que sozinho auxiliado apenas por alguns voluntários, mal consegue dar conta de seu município. Menciona que nos outros municípios do Oeste as derrubadas são muito frequentes, não respeitam o Código Florestal, e que a cada dia chegam mais colonos do Rio Grande do Sul, entrando nos matos “derrubando e queimando a vontade sem o mínimo de controle”.

O agente florestal na carta lamenta ao seu superior os poucos recursos para atuar. Alerta que pode “em poucos anos a mais rica zona de matas virgens de Santa Catarina se transformar num rapador devassado”²⁷¹, um prenúncio do que veio a acontecer. Sugere que se cada município tivesse um agente florestal poderiam controlar melhor estas áreas de florestas, mas entende os custos disso e o desinteresse dos municípios, pois muitos julgam o serviço florestal uma “bobagem” e consideram o “florestal um bobo alegre”. O agente florestal buscou apresentar seu esforço em preservar a mata conforme o Código Florestal, mas não era uma prioridade aos governos estaduais e municipais com recursos escassos e sem adesão social.

²⁶⁸ AGENCIA FLORESTAL DE MONDAÍ, *op. cit.*

²⁶⁹ *Ibid.*

²⁷⁰ *Ibid.*

²⁷¹ *Ibid.*

A carta desse agente florestal é uma prestação de contas as cobranças da Companhia Sul Brasil pela presença dos intrusos. Estes posseiros eram uma presença indesejável para a companhia, pois precisariam retirá-los para colonizar as terras, seja pacificamente ou pela força. Esse documento também revela parte do insucesso do Código Florestal de 1934 e as dificuldades de cumprir as leis. No entanto no período que vigorou esse código a madeira se tornou um dos principais produtos de exportação brasileira.

A importância da madeira e a necessidade de uma maior organização na exploração florestal fez com que o Brasil criasse um órgão específico em 1941, o Instituto Nacional do Pinho (INP). Criado pelo decreto-lei 3.124 com o intuito de tratar dos “interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho”²⁷², cuidando da defesa da produção madeireira, do reflorestamento, do fomento ao comércio e a exportação, do estabelecimento de regras, de registro, estatísticas, ligadas a exploração da araucária brasileira, mas estendido as demais espécies florestais dos três estados do sul do Brasil.

Conforme Miguel Carvalho²⁷³ a criação do INP foi resultado de preocupações acerca da exploração desenfreada da araucária, ao ritmo que poderia pôr um fim a exploração com o término das florestas. Este órgão refletia no nome a importância dada ao pinheiro (*Araucaria angustifolia*), única floresta mais homogênea natural do Brasil. O INP não foi apenas uma ação intervencionista governamental do Estado Novo, foi também um anseio do sindicato patronal dos exportadores de madeira do Paraná. Havia vários problemas nessa atividade que não conseguiriam enfrentar sem a intervenção nacional, como: a superprodução, o controle de preços, a instabilidade dos mercados e o sempre adiado reflorestamento.

Na prática o INP era o órgão responsável por organizar, fiscalizar e cobrar os impostos, uma das poucas representações do estado. Não foi um órgão que coibia a exploração, ao contrário, incentivava tentando dar uma maior organicidade. Nas terras da Companhia Sul Brasil o período de atuação do INP (1941-1967) corresponde ao ápice da exploração madeireira. Época em que se explorou grandes áreas de pinheiro, bem como ocorreu a vinda de várias serrarias que exploravam as madeiras da floresta em parceria com a colonizadora.

O reflorestamento das áreas desmatadas, prevista no Código Florestal de 1934 e nas intenções do INP, não teve adesão nesse período na prática da Companhia Sul Brasil. Existem

²⁷² BRASIL. **Decreto-lei nº 3.124, de 19 de março de 1941**. Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Pinho e da outras providências. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3124-19-marco-1941-413066-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.

²⁷³ CARVALHO, Miguel M. X. de. **Uma grande empresa em meio a floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 2010. Tese (doutorado em História) - UFSC, Florianópolis, 2010. p. 173-175.

alguns registros de dinheiro depositado em agências florestais, que serviria como uma compensação a licenças expedidas para exploração madeireira²⁷⁴. O reflorestamento adiado pelo imediatismo da exploração madeireira, iniciou por parte da colonizadora apenas no final da década de 1960.

De forma geral o INP não conseguiu fazer as indústrias madeireiras e serrarias reflorestarem em quantidade satisfatória. A principal medida tomada pelo INP para o reflorestamento foi a criação de Parques Florestais, que ficavam em áreas devastadas, e foram reflorestadas basicamente com *Araucária angustifolia* e *Pinus elliottii*. Apenas um parque florestal foi criado na região Oeste catarinense, no município de Chapecó no ano de 1961, o qual se tornou uma unidade de conservação (UC).

Essa unidade de conservação tinha apenas 1.606 hectares, e aparece como fornecedora de mudas de *Pinus elliottii* nos reflorestamentos da Companhia Sul Brasil, do final da década de 1960²⁷⁵. Em portaria nº 560/68 passou a denominar Floresta Nacional de Chapecó (FLONA Chapecó)²⁷⁶. Sua localização é na área de transição entre a FED e a FOM, porém foram compostas por espécies reflorestadas de *Araucaria angustifolia* e *Pinus elliottii*, não foi conservada a floresta nativa. Não houve nenhuma área governamental de preservação efetiva do ecossistema natural na região.

Na década de 1960 na região Oeste catarinense as áreas florestais chegavam ao auge da exploração. Um dos motivos da aceleração do desmatamento foi a substituição da força braçal do uso do machado, serras manuais e tração animal, para a força mecanizada da motosserra, tratores esteiras e caminhões que aceleravam a derrubada. Algumas regiões como o planalto catarinense já enfrentavam na década de 1960 a crise do fim do ciclo de exploração dos grandes pinheiros. Os problemas gerados pela exploração indiscriminada das florestas, a baixa adesão ao reflorestamento e a iminente crise na atividade madeireira, evidenciaram a necessidade de um novo Código Florestal²⁷⁷.

Um novo Código Florestal foi formulado em 1965, instituído pela lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965²⁷⁸, buscava corrigir as falhas do antigo e promover uma certa preservação dos biomas do país, controlando o corte indiscriminado das áreas florestais. Esse novo código

²⁷⁴ MATTE, Carlos Edmundo. Licença. Agência Florestal de Chapecó. Chapecó, 16 mar. 1956.

²⁷⁵ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [correspondência]. Ao parque florestal do I.B. D.F Chapecó. Palmitos, 2 dez. 1968.

²⁷⁶ SALINI, *op. cit.*, p. 117.

²⁷⁷ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta:** A Implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960 – 1990). Dissertação. UFSC, 2010.p.135.

²⁷⁸ BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal. Brasília, DF, 1965. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 abr. 2020

manteve alguns objetivos de preservação, nas consideradas “florestas protetoras” de recursos hídricos e outros ambientes. Trazia como inovação as “Áreas de Preservação Permanente” (APPs), e instituía a “Reserva Legal”, determinando 50% de reserva em propriedades rurais na Amazônia e 20% nas demais regiões do país, passando as florestas e vegetações a ser um bem de interesse comum do país.

O reflorestamento engrenou após o novo Código Florestal, a partir de incentivos fiscais e fiscalização dos projetos de reflorestamento. Conforme a Lei n. 5.106 de dois de setembro de 1966, em seu artigo primeiro tratava que “as importâncias aplicadas em florestamento e reflorestamento poderiam ser descontadas ou abatidas nas declarações de rendimentos das pessoas físicas, ou jurídicas”²⁷⁹. Poderiam ser descontados até 50% dos impostos, caso comprovado reflorestamento com “essências florestais, árvores frutíferas e de grande porte”²⁸⁰. Um exemplo muito lucrativo dos incentivos ao reflorestamento com frutíferas, foi aproveitado em Fraiburgo para transformar em um polo produtor de maçãs²⁸¹.

Em 28 de fevereiro de 1967 é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), pelo decreto-lei 289. Este órgão cuidaria da política florestal, do incentivo ao reflorestamento e ao desenvolvimento florestal. A portaria 201, do IBDF de 8 de abril de 1968, determinava que “a exploração de florestas, depende de autorização prévia do IBDF e obriga o reflorestamento com espécies florestais adequadas, observadas as disposições da legislação pertinente”²⁸². Isto obrigava a Companhia Sul Brasil e as serrarias que atuavam na região a reflorestar para poder explorar as reservas florestais nativas que ainda existiam.

A respeito do tipo de reflorestamento disciplinava a portaria 201:

§1º- Na exploração de florestas de Pinho brasileiro (araucária angustifolia), a reposição deve ser com plantio dessa espécie e similares (pinus spp.).

§ 2º- Na exploração de outras espécies o reflorestamento deverá ser feito com essências típicas da região, especialmente das mais valiosas, exceto se o responsável pelo reflorestamento optar pela transformação da floresta heterogenia em homogenia, como faculta o art.19 da lei nº 4.771 de 15-09-1965, hipótese que poderá realizar o plantio de essências que se adaptem as condições ecológicas da região²⁸³.

²⁷⁹ BRASIL. **Lei nº 5.106, 2 de setembro de 1966**. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. Brasília, DF, 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5106-2-setembro-1966-368482-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 01 abr. 2020

²⁸⁰ *Ibid.*

²⁸¹ KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. **Das Araucárias às Macieiras**: transformações da paisagem em Fraiburgo/SC. Florianópolis:Insular, 2005.

²⁸² INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Portaria 201**. 8 abr. 1961.

²⁸³ *Ibid.*

O reflorestamento finalmente foi posto em prática através da atuação do IBDF, principalmente motivado pelos incentivos fiscais ao ser um condicionante para a continuidade da atividade. Desde o Código Florestal de 1934 se tentavam políticas para incentivar o reflorestamento, pois já havia o alerta para as consequências da exploração indiscriminada. Conforme Moretto “a introdução de espécies exóticas não foi avaliada como nociva e durante muitas décadas recebeu apoio e incentivo por parte do governo”²⁸⁴. Na prática, a maioria dos reflorestamentos foi com exóticas, principalmente *pinus spp.* e *eucaliptus spp.*

Nas terras da Companhia Sul Brasil ainda haviam algumas reservas de pinheiros e madeiras de lei e qualidade a serem exploradas no final da década de 1960 e meados da década 1970, principalmente na porção norte. Assim, vários projetos de reflorestamento começam a ser desenvolvidos pela companhia, para continuar atuando no ramo madeireiro. Foi realizado um levantamento de possíveis lotes que poderiam receber o reflorestamento, como apresenta a correspondência de 1967:

Juntamos uma relação de lotes desmatados ou semi-desmatados, agrupados e cujas condições topográficas permitirão o florestamento. Tais lotes situam-se nos municípios de Modelo e Pinhalzinho, totalizando uma área de 317 ha. 6.444 m², admitindo um plantio de 750.000 árvores de pinho *helliottii*, na base média de 2.500 unidades por ha, desprezada uma porcentagem de áreas inaproveitadas. [...] A seguir inspecionamos com o mesmo objetivo áreas florestáveis nos municípios de Maravilha e Campo-Erê, onde se apresentam em maior extensão. O Horto florestal do Instituto Nacional do Pinho em Chapecó fornece mudas da essência acima referida, mediante prévio requerimento²⁸⁵.

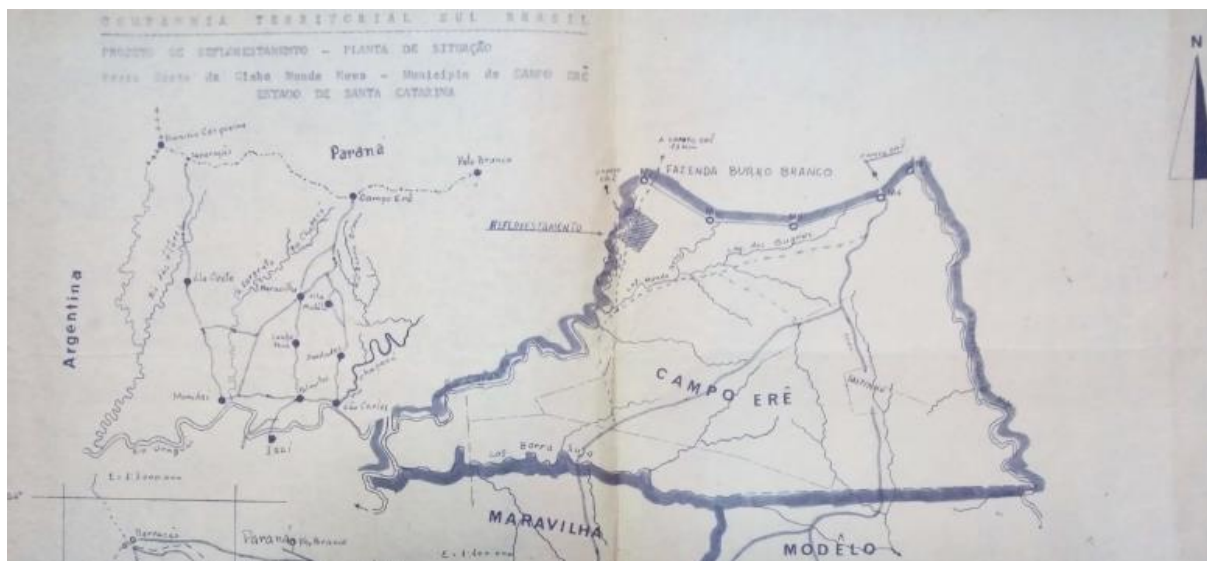
Um dos maiores projetos de reflorestamento foi executado na gleba Mundo Novo, conforme mostram algumas plantas do projeto (Mapa 11 e Mapa 12). Neste projeto, haveria um viveiro de mudas e plantios experimentais, principalmente de eucaliptos. Previa, ao total, 134,6 hectares de reflorestamentos imediatos, com 300.000 mudas de *Pinus eliottii* e *eucaliptos spp.*, entre os anos de 1968 a 1970. Além disso, pretendia-se expandir o reflorestamento em mais 145,17 ha, além da área de 405,28 ha²⁸⁶ de floresta que seria conservada.

²⁸⁴ MORETTO, *op. cit.*, p.113.

²⁸⁵ ZIBELL, Otto. [Correspondência]. Ao escritório central da Companhia Sul Brasil em Porto Alegre. Palmitos, 15 de jun. 1967.

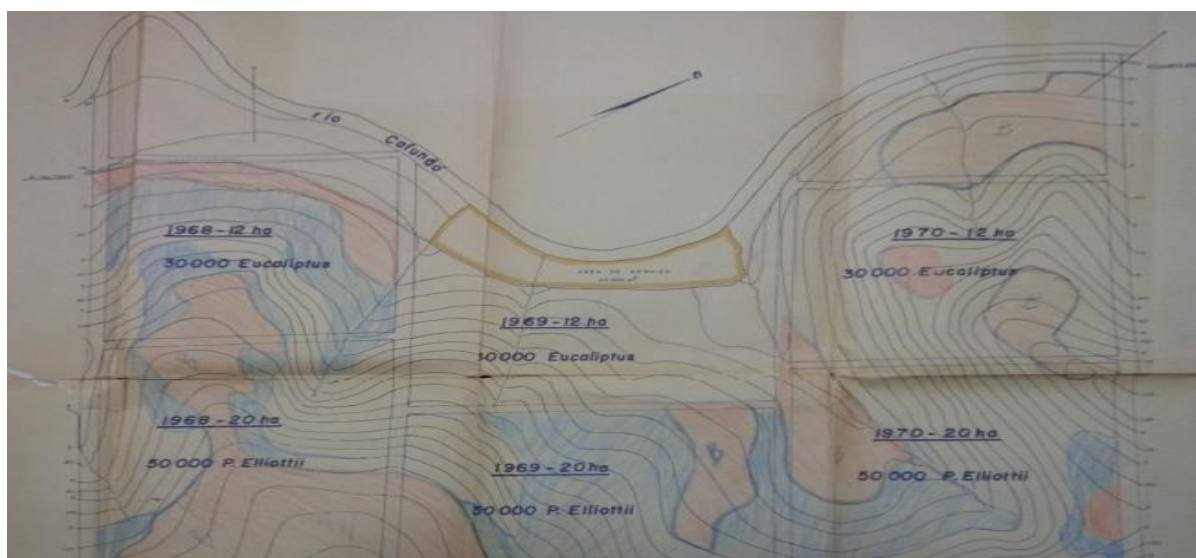
²⁸⁶ COMPANHIA TERRITORIAL SUA BRASIL. Ofício ao IBDF- Rio de Janeiro/GB: referente ao projeto de florestamento n°16.179/68-IBDF. Palmitos, 24 out. 1969.

Mapa 11 - Gleba Mundo Novo indicando o projeto de reflorestamento - 1967



Fonte: Museu pe. Fernando Naguel- Maravilha-SC

Mapa 12 - Planta altimétrica da área de reflorestamento na gleba Mundo Novo -1967



Fonte: Museu pe. Fernando Naguel- Maravilha-SC

Com o tempo algumas serrarias que trabalhavam em parceria com a Companhia Sul Brasil foram deixando a região. É o caso da Ghen, Bevgnú e Cia Ltda, que vendeu a Serraria Irajá de Maravilha para a Companhia Sul Brasil. A colonizadora, adquiria também o projeto de reflorestamento, aprovado de nº68/71, executado em Passo Fundo-RS, que tinha validade para os anos de 1971 a 1975, dando cobertura para serrar 13.125m^3 de madeira de pinho, e/ou 11.250m^3 de outras madeiras. A serraria Irajá tinha declarado possuir uma reserva de 600

pinheiros, equivalente a 1.200m³ de pinho serrado, e 13.800 árvores de lei e qualidade, equivalente a 13.800m³, o que garantiria alguns anos de atividade²⁸⁷.

A Companhia Sul Brasil na década de 1970 não demonstrava os mesmos resultados e lucros do passado, dado a diminuição das reservas nativas de florestas. Por vezes figuram observações acerca dos prejuízos da colonizadora, como em carta de novembro de 1970 onde os auditores fiscais desaconselham a companhia fazer um novo reflorestamento, e sim transferir este ao Banmercio²⁸⁸, que poderia utilizar na desoneração fiscal, “não tendo a Sul Brasil este encargo, uma vez que deverá apresentar prejuízo, de nada adiantaria o investimento”²⁸⁹. Outra carta trata da venda da Fazenda Santa Alda no estado do Mato Grosso, que seria “uma das formas para resolver a crise financeira da companhia”²⁹⁰.

O recorte temporal da presente pesquisa é fixado até 31 de janeiro de 1978, quando a companhia trocou sua razão social, passando a denominação de Terrapampa- Territorial Agropastoril do Sul Ltda. A partir de então buscou diversificar sua atuação nas mais variadas atividades de negócios. A descrição dos objetivos sociais aparecem na ata de transformação da companhia, se dedicaria: a comprar, vender, plantar e extrair madeiras e seus subprodutos; no reflorestamento e florestamentos; comercializar cereais, sementes e produtos agrícolas; criação de gado; na colonização e em imóveis; na compra, venda e importação de máquinas e implementos agrícolas e na exploração de armazéns de vendas de produtos em geral²⁹¹.

Podemos afirmar que por parte da Companhia Sul Brasil, durante os anos de sua atuação, não teve uma preocupação ambiental para a preservação da floresta. Não encontramos nenhuma tentativa de exploração ordenada que garantiria uma sustentabilidade na atividade madeireira. A companhia por ser uma colonizadora, seu objetivo primeiro era a venda de lotes e a atividade madeireira acabou com o tempo se tornando mais lucrativo. Na década de 1970, ao ter a maior parte dos lotes vendidos e explorar suas últimas reservas florestais diminuía sua importância na região, pois não manteria os resultados econômicos de outros tempos.

²⁸⁷ MAURO PINHO GOMES. IBDF: Informação processo N°2437/73. Joinville, 25 abr. 1973.

²⁸⁸ O Banmercio, antigo Banco Nacional do Comércio e a Companhia Sul Brasil sempre mantiveram relação, pois a companhia era subsidiária do Banco.

²⁸⁹ MACHADO, Luiz. [Correspondência]. Ao escritório administrativo da Companhia em Palmitos-SC: IBS Auditores Fiscais Ltda. Porto alegre, 09 nov. 1970.

²⁹⁰ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [correspondência]. Ao escritório administrativo da Companhia em Palmitos-SC: fazenda santa Alda-MT- partes adjacentes. Porto alegre, 17 abr. 1970.

²⁹¹ COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Ata de assembleia geral extraordinária de transformação de sociedade anônima em sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob a denominação social de Terrapampa- Territorial Agropastoril do Sul Ltda. Porto Alegre: 31 jan. 1978. p. 2-3.

4.4.1 O que sobrou da floresta?

A Companhia Territorial Sul Brasil deixou a sua marca na paisagem da região ao final de 52 anos (1925-1978). O resultado de anos de atuação foi um grande desmatamento, que tem como principal consequência a redução da rica biodiversidade. A derrubada das matas ocorreu em um longo processo de mudanças e permanências, sejam sociais, econômicas e ambientais.

O crescimento populacional promovido pela colonização foi um dos motivos da pressão ao ecossistema, com o fluxo migratório constante do Rio Grande do Sul. O estado de Santa Catarina foi o que mais recebeu migrantes gaúchos entre as décadas de 1920 e 1960. Após ocupadas as terras do Oeste, a migração de gaúchos passou a atingir outros estados, como Paraná e Mato Grosso, além da província de Misiones na Argentina e no Paraguai²⁹².

A venda dos lotes nas terras da Companhia Sul Brasil aumentou após a década de 1940, atingindo 12.981 lotes vendidos em 1952. A previsão inicial da colonizadora era vender 11.000 lotes em toda a área, mas ultrapassou a expectativa na medida que eram demarcadas as sedes coloniais, com os lotes e chácaras urbanas. A densidade demográfica observada nas terras da companhia indica o sucesso da ocupação dos lotes. Em 1950 estimavam cerca de 29.000 habitantes nas terras da companhia, que representava uma densidade demográfica de 10,45 hab/Km². Esse número praticamente dobrou em 1960, para 19,10 hab/km², e aumentou para 30,42 hab/km² em 1970, conforme os dados da Tabela 2.

Os lotes rurais vendidos, tinham nas cláusulas a reserva de madeira para a exploração da Companhia Sul Brasil, principalmente pinheiro (*Araucaria angustifolia*), cedro (*Cedrela fissilis*), louros (*Cordia trichotoma*) e grápia (*Apuleia leiocarpa*). Aliado a exploração comercial da madeira reservada para a companhia, o aumento populacional de pequenos agricultores tinha influência direta no desmatamento, principalmente pela necessidade de limpar a área de mato para a agricultura e pecuária. A regeneração da floresta estava comprometida, pois ao explorar as madeiras da floresta e vendendo um lote para a agricultura familiar, desmatava-se muito, restando apenas áreas fragmentadas em locais de difícil acesso a lavouras.

As serrarias e o mercado madeireiro varriam as matas com um corte seletivo pois, buscavam árvores de qualidade e porte grande, mas aliado a derrubada que ocorria para fins agrícolas e coleta de lenha, ambas geravam desmatamentos irreversíveis no curto prazo. A porcentagem da população rural no ano de 1970 nos municípios das terras da companhia era de

²⁹² WERLANG, *op. cit.*, p. 91.

85,40%²⁹³, bem acima da porcentagem estadual, que era de 56,77%. Ou seja, a população composta na região era basicamente rural, e seu aumento populacional vegetativo ocasionava um consequente aumento das áreas ocupadas pela colonização (Tabela 2), em detrimento das florestas.

É difícil mensurar a quantidade de área desmatada e dos remanescentes florestais, no período final da atuação da Companhia Sul Brasil, na década de 1970. Muitos elementos indicam as causas, como: o aumento da população, as atividades agrícolas, pastoris, a obtenção de lenha e a indústria madeireira. Estas fontes nos levam a crer que ao final da atuação da colonizadora as áreas de sul a norte estavam completamente exploradas e ocupadas. Os documentos das serrarias também indicam a intensa exploração de pinheiros, cedro, louro e grápia restando poucos espécimes atualmente.

Conforme os levantamentos do IFFSC, existem espécies de plantas principalmente da FED com dificuldade para serem encontrados, mencionando 150 espécies com apenas um ou dois indivíduos encontrados em todo o estado²⁹⁴. A grápia é a árvore símbolo da FED, mas sobrou poucos exemplares dessa espécie. A FED representa a tipologia florestal mais gravemente afetada pela colonização em Santa Catarina, pois sua grande fragmentação causou perdas e empobrecimento da biodiversidade própria dessa fitogeografia.

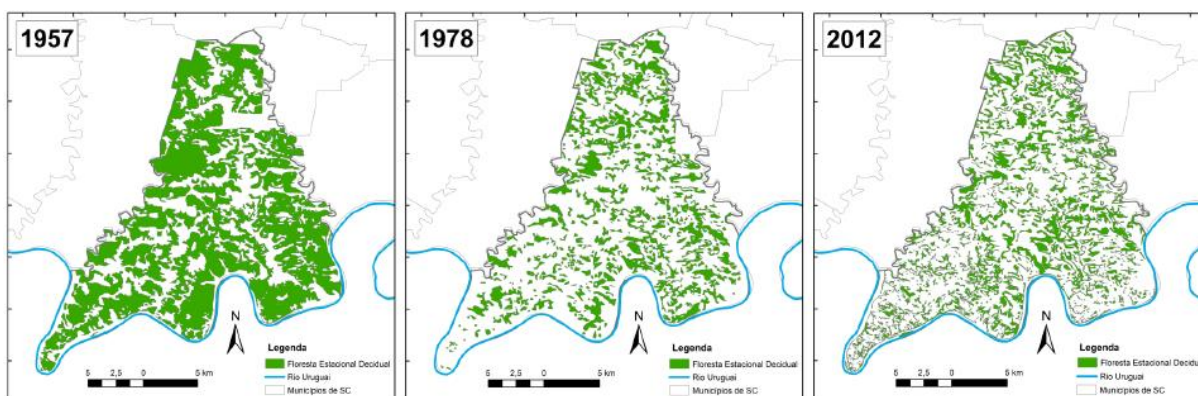
O recente estudo de Franco de Paula²⁹⁵ analisando um dos municípios das terras da Companhia Sul Brasil, Palmitos-SC, a partir de imagens de Sistema de Informação Geográfica (SIG) demonstram o aumento significativo do desmatamento na região da FED, conforme Mapa 12. Podemos observar no mapa, que até 1957 o município contava com uma cobertura vegetal equivalente a 58% de seu território, e 21 anos depois, em 1978, contava com apenas 26,4% do total. Seria importante realizar uma análise por satélite de todas as terras da companhia, porém se utilizarmos esse dado, 26,4% de remanescentes em Palmitos, como média de remanescentes de vegetação para as terras da companhia no ano de 1978, teríamos cerca de 204.080,6 hectares de floresta desmatada em toda a área da companhia.

²⁹³ Os municípios que existiam nas terras da Companhia Sul Brasil em 1970 eram: Cunha Porã, Maravilha, Modelo, Palmitos, Pinhalzinho, São Carlos e Saudades. Os dados utilizados foram do VIII recenseamento geral de 1970. IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico:** VIII recenseamento geral de 1970: Santa Catarina. Rio de Janeiro, mar. 1971. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_sc.pdf. Acesso em: 02 mai. 2020.

²⁹⁴ VIBRANS, A. *et. al.*, Extensão original e remanescentes da Floresta Estacional Decidual em Santa Catarina. **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina**, v. 2, p. 25-31, 2012.

²⁹⁵ PAULA, Franco Emiliano de. **Histórico de devastação da Floresta Estacional Decidual do rio Uruguai em Santa Catarina:** um enfoque no município de Palmitos. Monografia (Graduação em Geografia). UFSC, Florianópolis, 2018. p. 53.

Mapa 13 - Remanescentes florestais da FED em Palmitos –SC, em diferentes períodos.



Fonte: PAULA, Franco Emiliano de. **Histórico de devastação da Floresta Estacional Decidual do rio Uruguai em Santa Catarina:** um enfoque no município de Palmitos. Monografia (Graduação em Geografia). UFSC, Florianópolis, 2018. p.52

A FED, floresta do rio Uruguai, presente na porção sul das terras da companhia Sul Brasil foi a primeira a ser colonizada e desmatada. A extensão dessa fitogeografia (Mapa 2) em Santa Catarina abrangia 9.196 km², o que representava 9,6% do total de vegetação do Estado. Era composta por árvores, como o cedro, o angico, grápia, entre outras. Dessa floresta o desmatamento de várias décadas fica evidente pelas amostragens, do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC), pois “os remanescentes florestais são menores e mais fragmentados do que nas demais regiões fitoecológicas de Santa Catarina. Nenhuma floresta madura foi amostrada, todos os fragmentos analisados encontram-se em sucessão secundária, em estágio médio ou avançado”²⁹⁶.

O inventário florestal (IFFSC) de 2013, mostra que os remanescentes florestais em Santa Catarina são em torno de 29%, levando em conta formações florestais com mais de 10 m de altura e 15 anos, identificadas em Imagens de Satélites²⁹⁷. Se pensarmos em 15 anos, muitas destas florestas poderiam ter regenerado após o fim do processo de colonização, porém as áreas dos atuais remanescentes são muito fragmentadas, segundo este estudo, especialmente no Oeste catarinense. Comparando com os estudos de satélite de Palmitos do ano de 1978 para 2012, houve uma leve diminuição da cobertura vegetal, de 26,4% para 25,7%, e aumentou a fragmentação, possivelmente pela contínua atividade agrícola, que dificulta a recomposição dessa vegetação.

²⁹⁶ VIBRANS, Alexander, et al. **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina:** Resultado resumido. Blumenau: Universidades Regional de Blumenau, 2013. p.15.

²⁹⁷ VIBRANS, op. cit., p.4.

A reserva legal é uma das normas que auxiliam na manutenção dos fragmentos florestais. Prevê a preservação de 20% das propriedades rurais no Bioma Mata Atlântica, com cobertura vegetal natural, para auxiliar “a conservação e a reabilitação de processos ecológicos, e promover conservação da biodiversidade, bem como a proteção de fauna silvestre e flora nativa” que pode ser explorada por manejo florestal sustentável, e nos limites da lei²⁹⁸. Apesar das reservas legais, e áreas de preservação permanente (APP) não serem totalmente restritivas, são muito mais do que previam as reservas nos códigos florestais de 1934 e de 1965. É inegável que houve uma evolução das políticas ambientais, principalmente após a década de 1990, na questão de fiscalização e proteção ambiental, porém é lastimável o estado que se encontram os remanescentes florestais no Oeste catarinense.

O Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina aponta para dados preocupantes sobre a vegetação remanescente. Na FED ela está em torno de 16%, enquanto que a FOM está em torno de 24%, no estado²⁹⁹. Esse processo de desmatamento nos legou um ecossistema totalmente descaracterizado na parte ambiental. Na parte econômica a atividade madeireira inverteu pouco recurso na região, pois boa parte dos lucros eram remetidos aos acionistas da Companhia Sul Brasil e outros parceiros da colonizadora, que residiam sobretudo no Rio Grande do Sul. Na parte social a colonização marginalizou indígenas e caboclos no processo, além de causar nas colônias étnicas algumas perdas de identidade cultural, na tentativa da criação de uma memória nacional coletiva.

A cobertura vegetal na região Oeste atualmente, é completamente diferente do que era há 100 anos. A baixa demografia e predominância quase que absoluta da floresta ficou para a história. Agora visualizamos uma paisagem com mosaicos agrícolas e pastagens, que transformaram a organização espacial, restando apenas fragmentos pequenos de matas, a maior parte formada por vegetação secundária³⁰⁰. Florestas primárias são raras, restando em poucos locais em que o ser humano teve dificuldade em alcançar. Efeitos causados pelo processo de colonização para fins da pequena agricultura familiar e da exploração comercial de madeiras ao longo do século XX.

O Atlas de remanescentes florestais da Mata Atlântica mostra através de imagens de satélite os remanescentes florestais do estado de Santa Catarina no período de 2018/2019 (Mapa

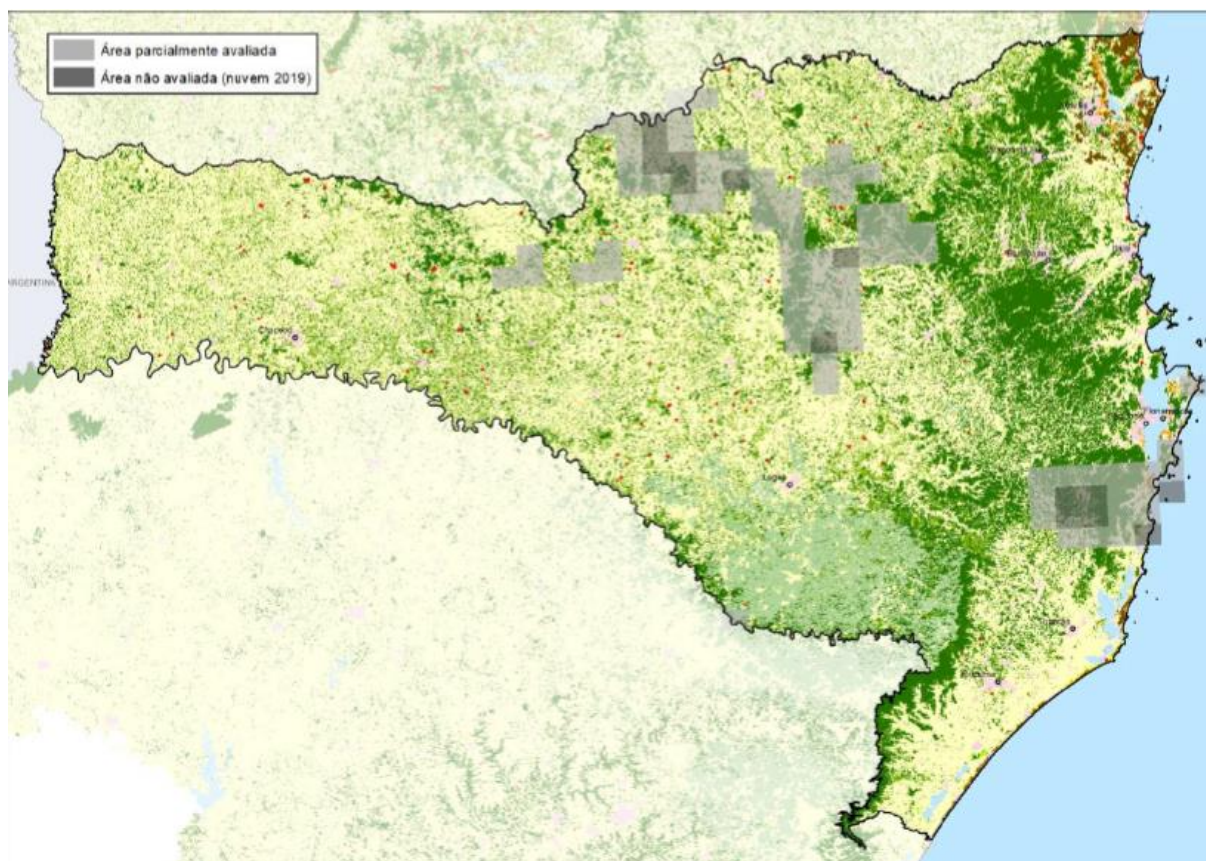
²⁹⁸ BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 mai. 2012**. Brasília, DF, 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 08 mai. 2020.

²⁹⁹ VIBRANS, *op. cit.*, p.4.

³⁰⁰ Conceitos de vegetação primária e secundária segundo: BRASIL. **Resolução nº 423, de 12 de abril de 2010**. CONAMA, 2010. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=628>. Acesso em: 08 abr. 2020.

13). Neste levantamento que capta áreas mínimas de até 3 hectares, é visível que a região Oeste e Extremo Oeste catarinense possuem as áreas de floresta mais fragmentadas, e o ecossistema mais descaracterizado. No estado restam, segundo este levantamento, 28,8% de remanescentes florestais naturais³⁰¹.

Mapa 14 - Remanescentes florestais da Mata Atlântica em Santa Catarina 2018/2019



Fonte: SOS MATA ATLÂNTICA; INPE. **Atlas de remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2018-2019**: relatório técnico. São Paulo. 2020. p.49

O processo de desmatamento desencadeado pela Companhia Sul Brasil deixou marcas profundas. A floresta nativa se transformou em energia, casas, objetos, móveis e cinzas. O que sobrou da floresta, são memórias, histórias, pequenos fragmentos e talvez ensinamentos. Na terra onde “era puro mato” e abrigava uma enorme variedade de vida de plantas e animais, hoje escasseiam a biodiversidade e no seu lugar brotam plantações, pastagens, estradas, cidades, e entornos domesticados.

³⁰¹ SOS MATA ATLÂNTICA; INPE. **Atlas de remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2018-2019**: relatório técnico. São Paulo. 2020. p. 48

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desmatamento ocorrido nas terras da Companhia Sul Brasil nos leva a considerações importantes acerca do que ocorreu ao longo do século XX no Oeste de Santa Catarina. A colonização iniciada na década de 1920 é o ponto de inflexão para as mudanças drásticas na paisagem da região, mas principalmente nas florestas. O domínio da vegetação de mata era uma visão refletida nos relatos de colonos, empresários e viajantes que vivenciaram o início da colonização, sintetizada pela expressão “era puro mata”. A presente pesquisa ao problematizar esta corriqueira expressão, leva ao estudo e reflexões sobre o processo de desmatamento nas terras da Companhia Sul Brasil, entre os anos de 1925-1978.

Partimos da análise da formação do meio ambiente, para descobrir a vegetação existente na região, e se realmente “era puro mata” antes da colonização a partir da atuação da Companhia Sul Brasil. Estudos interdisciplinares auxiliaram na descrição do processo de desenvolvimento das florestas, transformado em um ambiente rico de fauna e flora. No início do século XX existiam árvores centenárias, divididas em duas fitogeografias distintas: a Floresta Estacional Decidual e Floresta Ombrófila Mista. O encontro do ser humano com este ambiente é datado em mais de 8.000 anos, com povos caçadores e coletores. Posteriormente se estabeleceram grupos indígenas como os Guaranis, Kaigangs e Xoklengs, e por volta de 1500 d.C aportaram os europeus ao continente sul-americano.

Com a vinda dos europeus e outros imigrantes iniciaram-se conflitos na geopolítica que definiram as fronteiras desse território coberto de matas. O avanço da colonização luso-brasileira e a descoberta dos campos na região do Planalto catarinense, atingiram as terras próximas à área de estudo, nos séculos XVIII e XIX. Assim, de forma geral a região da mata foi na sequência ocupada com caboclos pobres que viviam de subsistência e trabalhavam na extração da erva-mate nativa. As terras do Oeste catarinense permaneceram em constantes litígios até 1916 quando o estado de Santa Catarina as recebeu, em sua maioria como terras devolutas. Ao recebê-las iniciou o projeto de coloniza-las com colonos migrantes, especialmente teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros das antigas colônias gaúchas, promovido por companhias colonizadoras.

As matas ao início do processo de colonização, dominavam a paisagem da região e receberam visões distintas. Poderiam representar um futuro ganho com a madeira e a erva-mate, mas eram inicialmente vistas como um empecilho, pois a riqueza estava no cultivo, na plantação do colono, e por isso as palavras frequentemente usadas para descrever o ambiente como mata e sertão tinham um significado negativo. A expressão “era puro mata”, por sua vez,

representava o relato da passagem do que era ruim, um lote coberto de mato, para algo bom, a produção agrícola e progresso. Mas a paisagem não era somente puro mato, pois havia ocupação humana, antes do processo de colonização promovido pelas colonizadoras, e já transformavam o ambiente, abriam clareiras e picadas, praticavam sua agricultura, apesar da baixa densidade demográfica destes grupos, não causarem a devastação que foi vista a partir da década de 1920.

A atuação das companhias colonizadoras no Oeste, foi o início de uma interferência mais intensa no ambiente. Antes grupos indígenas seminômades e caboclos permitiam uma certa regeneração de áreas que utilizavam, com a troca frequente do local de plantio de suas lavouras, e por sua baixa ocupação. Com a colonização as terras cobertas de florestas foram divididas em pequenos lotes em média de 24 hectares e vendidas a colonos migrantes, assim de forma crescente foram ocupadas com lavouras permanentes. Além disso, a vinda das colonizadoras também trouxe a exploração da madeira, que foi com o passar do tempo cada vez mais valorizada como produto de exportação.

A Companhia Territorial Sul Brasil se destacou nesse processo por adquirir uma das maiores áreas de colonização, iniciada as margens do rio Uruguai. Desde a sua criação possuía o objetivo de comprar e vender terras e madeira, o que relegou a ela a corresponsabilidade do processo de desmatamento desenfreado ocorrido nestas terras, pois o lucro adquirido pela empresa em mais de cinquenta anos de atuação, é proveniente desse processo. As atividades que desenvolviam eram inerentes ao desmatamento, pois a colonização e a exploração da madeira, ambas resultavam em um processo de derrubada da mata, sem uma reposição ou regeneração.

Para ter êxito nos negócios a Companhia Sul Brasil buscou diversas estratégias para atrair colonos a comprar suas terras, desde propagandas em periódicos e almanaques de circulação nas colônias do Rio Grande do Sul e a contratação de pessoas para serem agentes propagandistas. Dividiu suas terras por colônias étnicas e religiosas, e atraiu empresários de diversos ramos para a colonização, especialmente os ligados a atividade madeireira. Uma das formas de otimizar os lucros na exploração dos recursos naturais foi a contratação de empreiteiros e serrarias para explorar as florestas de suas terras através de parcerias.

O processo de desmatamento estava intrínseco às atividades de colonização e madeireira promovida pela Companhia Sul Brasil, podendo ser dividido em dois momentos, antes e após a década de 1940. O primeiro momento até 1945 é o período inicial de sua atuação, seja da colonização e da atividade madeireira, onde a atividade de colonização enfrenta dificuldades em atrair os colonos e para explorar a madeireira, restrita a metade sul das terras da companhia, na zona da Floresta Estacional Decidual. Após 1945, a companhia alcança o auge nas suas

atividades, explora a metade norte de suas terras, com imensas reservas de pinheiros (*Araucaria angustifolia*) e promove a vinda de serrarias que exploram estas matas em parceria, após a exploração vendendo a terra aos colonos. Finalizam a medição de lotes de suas terras e suas vendas, atingindo o ápice da produção madeireira na década de 1960, com auxílio de caminhões, tratores e serrarias. No entanto na década de 1970 ocorre um grande decréscimo das atividades.

Entre o final da década de 1960 e a década de 1970 ocorre uma grande crise na companhia, pois suas reservas florestais nativas vão chegando ao fim e seus lotes coloniais estão quase totalmente vendidos. Apesar de vários projetos de reflorestamento iniciados a partir das exigências legais do código florestal de 1965, a colonizadora não voltou a ter o lucro do passado com a atividade. A empresa muda sua razão social em 1978 para Terrapampa Agropastoril do Sul Ltda, e diversifica suas áreas de atuação, mas aparentemente com ativos muito menores na região.

Com a mudança de razão social encerramos o nosso recorte temporal, mas o resultado dos danos ambientais, promovido intencionalmente ou indiretamente pela companhia foram altíssimos. A região Oeste de Santa Catarina é a região com a menor porcentagem de cobertura florestal. O Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina aponta para dados preocupantes sobre a floresta remanescente: na FED ela está em torno de 16%, enquanto que a FOM está em torno de 24% no estado, a maioria muita fragmentada e em estágio secundário.

Por fim, esta pesquisa não se esgota, pois ainda permanecem lacunas principalmente no impacto ambiental, na mensuração do desmatamento e nas consequências ambientais e econômicas para a região. Análises com Sistemas Geográficos de Informação (SIG) da área toda, podem dar uma dimensão estatística ao desmatamento. No acervo de documentos da companhia, muitos ainda faltam ser catalogados e ter a devida compilação, necessitando para isso uma organização melhor desse acervo público. As dificuldades que encontramos durante a pesquisa podem resultar em novas possibilidades de ampliar os horizontes, relacionar com os mercados compradores da madeira e investigar a fundo os agentes participantes desse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. São Paulo. Ática, 1994, p. 20.
- ANTUNES, Rui Batista; CONSTANTE, Vinicius Tavares. Hidrografia. In: SANTA CATARINA. **Atlas geográfico de Santa Catarina**: diversidade na natureza, fascículo 2. 2.ed. Editora UDESC: Florianópolis, 2016.
- BARROS, José D'Assunção. O lugar da história local. In: **A expansão da história**. Petrópolis: Vozes, 2013.pp. 165-187.
- BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense: modernização, progresso e empobrecimento**. Blumenau (Dissertação de Mestrado). 2003.
- BEIRITH, Nikolaus; BEIRITH, Alexandre. **Memórias**. São Carlos, dez. 2000.
- BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai - 1917 - 1950**. Florianópolis: UFSC, 1991.
- BEN, Fernanda; *et al.* **Retratos, memórias e fragmentos da história de Pinhalzinho/SC**. Pinhalzinho: Schaefer, 2011.
- BIGATON, Indianara Cristina; MAIA, Claudio Machado; RANDOLPH, Rainer. As múltiplas divisões territoriais da região do Alto Uruguai catarinense e sua (des) articulação. In: VIII seminário internacional de desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, UNESC. **Anais do VIII seminário internacional de desenvolvimento regional**, 2017.
- BOITEUX, J. A. **Oeste Catharinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira**. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entress & Irmão, 1931.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 4.^a ed., 1996.
- BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História** (São Paulo) v.34, n.1, p. 303-322, jan./jun. 2015.
- BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina**. Tese (doutorado em História) - UFSC, Florianópolis, 2012.
- BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. Florianópolis: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. n. 6, 1985.
- CABRAL, Diego de Carvalho. **Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial**. Rio de Janeiro: Geramond, 2014.
- CARBONERA, Mirian. Notas sobre a História das sociedades pré-coloniais do Oeste Catarinense. Criciúma: **Revista Tempos Acadêmicos**. nº 11, 2013. p. 117-134
- CARVALHO, Ely Bergo de. **O código Florestal de 1934: a legislação florestal nas disputas, pelo território, um estudo de caso**. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, jul. 2016.

CARVALHO, Miguel M. X. de. **Uma grande empresa em meio a floresta**: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (doutorado em História) - UFSC, Florianópolis, 2010.

CARVALHO, Miguel M. X. de; NODARI, Eunice Sueli. Araucária o símbolo de uma era: a atuação da Southern Brazil Lumber and Colonization Company na história da devastação das florestas de araucárias. In: KLANOVICZ, jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de (Orgs). **História Ambiental no sul do Brasil**: apropriações do mundo natural. São Paulo: Alameda, 2012.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O aumento da população humana (colonização e crescimento vegetativo) e os impactos sobre a floresta de araucária – séculos XIX e XX. In: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi. **História Ambiental e Migrações**: Diálogos. São Leopoldo: Oikos; Chapecó: UFFS, 2017.

CASTELLA, P.R. BRITZ, R. M. **A floresta com araucária no Paraná**: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais. Fundação de pesquisas florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio ambiente, 2004.

CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

COSTA, Arthur Ferreira da. **O Oeste Catharinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia. 1929.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**: Chapecó, ano 19, n.23, 2006.

D'EÇA, Othon Gama. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e domesticação de plantas no Brasil. **Estudos históricos**: Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p. 216-228

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata atlântica brasileira. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

DMITRUK, Hilda Beatriz. Ocupação pré-colonial do oeste catarinense. **Cadernos do Ceom**. Chapecó: Unochapecó. Ano 19, n. 23, 2006.

DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: temas fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV,4 (8),1991.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAO. **The state of the world's forests**. 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9535EN/i9535en.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020

FERRARI, Luís Fernando. **Intrusão e Desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. **História Ambiental: Fronteira, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GARCIA, Darcy. **O sistema financeiro do Rio Grande do Sul: da criação da Caixa Econômica Estadual ao surgimento dos bancos múltiplos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1990.

GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da erva-mate**. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: O levante indígena que desafiou Portugal e Espanha**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome. 2014.

GOLO, Cristiomar. Ilegalidade na exploração madeireira: ação do Instituto Nacional do Pinho no Oeste catarinense (1941 – 1966). Criciúma: **Tempos acadêmicos**, n. 6, 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia Catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

GUERRA, Miguel P. *et al.* Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*)L. In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002.

HERWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K. **A filha do pioneiro**. Tradução de Ricardo Meyer. São Carlos: Edição da Prefeitura Municipal de São Carlos, 1987.

IBGE. **Recenseamento de 1920**. Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf> . Acesso em: 15 mar. 2020

KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. **Das Araucárias às Macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo/SC**. Florianópolis: Insular, 2005.

KLEIN, Roberto Miguel. **Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Elaborado por Roberto Miguel Klein – Herbário “Barbosa Rodrigues” Itajaí-SC, 1978/ Universidade Federal de Santa Catarina –Florianópolis-SC, 1978.

KUMMER, Rodrigo. Juventude rural e permanência: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina. Uruguai. **Anais XXXI Congresso Alas 2017**. 2017.

LEITE, Pedro F.; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. In: **Geografia do Brasil: região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

LINO, Jaison Teixeira: O povoamento indígena no sul do Brasil: As contribuições da arqueologia na história. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. **História da fronteira sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, Chapecó: UFFS, 2015.

LUIZ, Edna Lindaura. Geomorfologia. In: SANTA CATARINA. **Atlas geográfico de Santa Catarina: diversidade na natureza**, fascículo 2. 2.ed. Editora UDESC: Florianópolis, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: UNICAMP, 2004.

MYERS, Norman; *et al.* Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, 403, 853-858, 24 February, 2000.

MICHAELIS. **Michaelis**: Dicionário prático da língua portuguesa. 2. Ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Mapa de vegetação nativa na área de aplicação da lei nº 11428/2006- Lei da Mata Atlântica**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivos/biomas/mata_atlantica/Relatorio%20Final%20Atualizacao%20do%20Mapa%20de%20cobertura%20vegetal%20nativa%20da%20Mata%20Atlantica%201.pdf. Acesso em: 03 de jun. 2019

MOREIRA, Precila Katia. **Ecos de vozes sobre o rio Uruguai**: a formação do sujeito balseiro na região oeste de Santa Catarina (1920-1960). Dissertação (mestrado), UFFS: Chapecó, 2019.

MORETTO, Samira Peruchi. **A domesticação e a disseminação da feijoa (Acça Sellowiana) do século XIX ao século XX**. Tese (doutorado em História) - UFSC, Florianópolis, 2014.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Paisagens caboclas: agricultura e criação de animais no oeste de Santa Catarina. In: MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos. **Mundo rural**: regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária. Passo Fundo: EDIUPF, 2019.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: a implementação do pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da Fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. **História da fronteira sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, Chapecó: UFFS, 2015.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João. **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: Práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFFS, 2009.

NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. Relações complexas: as estiagens no Oeste de SC. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil. **Revista Usp**. n. 44, 1999-2000.

PAULA, Franco Emiliano de. **Histórico de devastação da Floresta Estacional Decidual do rio Uruguai em Santa Catarina**: um enfoque no município de Palmitos. Monografia (Graduação em Geografia). UFSC, Florianópolis, 2018.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de santa Catarina**. 3. Ed. Florianópolis: Lunardeli, 1994.

PILATI, José Isaac. **História da colonização de Maravilha**. Florianópolis: Editora UFSC, 1991.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**. n7. Chapecó, SC: Fundeste; CEOM, 1991

RADIM, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RECKZIEGEL, A. L. S. História regional: dimensões teórico conceituais. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999;

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2.ed. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. As representações da colonização no oeste catarinense a partir dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, 5 (7), p.7-47, 1991.

RENK, Arlene; SAVOLDI, Adiles. Introdução. In: CEOM. **Inventário da cultura imaterial cabocla do Oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2008.

RIBEIRO, Milton Cezar et al. **The Brazilian Atlantic Forest**: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. *Biological Conservation*. n.142, p.1141, 1142, 2009.

RINGWALD, Adolf. A região do Ex- contestado. ENTRES, Gottfried (Org.). **Livro de memória em comemoração aos 100 anos de colonização alemã no estado de Santa Catarina**. Tradução de: Gedenkbuck zur jahrhunder tfeier deutscher einwanderung im staate Santa Catarina. 1929. Blumenau: Nova letra, 2009.

ROBINSON, Mark; et al. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. **Scientific Reports**:v.8, p. 1-10, 2018.

RODRIGUES, Márcio Luiz. **Colônias e colonizadoras no Oeste de Santa Catarina**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil na Seção Anta Gorda (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

ROYGER, Venida. Colonização, memória e experiência em Saudades. **Cadernos do Ceom**. Chapecó, n.13. 1999.

RUSCHEL, Ademir Roberto; NODARI, Eunice Sueli; GUERRA, Miguel Pedro; NODARI, Rubens Onofre. Evolução do uso e valorização das espécies madeiráveis da floresta estacional decidual do alto Uruguai, SC. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v.13,n.1. p. 153-166, 2003.

SALINI, Ademir. **Colonização e meio ambiente**: a transformação da paisagem do Oeste catarinense (1930 a 1970). Dissertação (mestrado), UFFS: Chapecó, 2018

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Nelson dos. **Balsas e Balseiros do Uruguai**: reflexões e impactos para a historiografia de Nonoai. Chapecó: Estampa, 2005.

SCHUH, Marcos Batista. **História da colonização de Palmitos**. Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2011.

SILVA, Augusto da; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. **Fronteiras**: revista catarinense de História, Florianópolis: n. 18, 2010.

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. O Oeste Catarinense não pode parar aqui: Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). Florianópolis: **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 21, 2017.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Relatório anual 2015**. 2015. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2016/08/RA_SOSMA_2015-Web.pdf > Acesso em: 03 de jul. 2019

SOS MATA ATLÂNTICA; INPE. **Atlas de remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2018-2019**: relatório técnico. São Paulo. 2020.

THOMÉ, Nilson. **O ciclo da madeira no Contestado**: Um retrato do século XX. Curitiba: MTÉ Gestão de Comunicação, 2010.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade à corte celeste**: memórias de sertanejos e a guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 1998.

VEADO, Ricardo Wagner Ad-Víncula; PIMENTA, Luis Henrique Fragoas. Vegetação e usos da terra. In: **Atlas geográfico de Santa Catarina**: diversidade na natureza, fascículo 2. 2.ed. Editora UDESC: Florianópolis, 2016.

VIBRANS, Alexander. *et. al.*, Extensão original e remanescentes da Floresta Estacional Decidual em Santa Catarina. **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina**, v. 2, p. 25-31, 2012.

VIBRANS, Alexander, et al. **Inventario Florístico Florestal de Santa Catarina**: Resultado resumido. Blumenau: Universidades Regional de Blumenau, 2013.

VIBRANS, Alexander; *et al* (Orgs). **O que você deve saber sobre as florestas de Santa Catarina**. Blumenau: FURB. 2015.

VICENZI, Renilda. **Mito e História na Colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1979.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, ano XI, p. 159-222, abr/jun. 1949.

WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização as margens do rio Uruguai no extremo Oeste catarinense**: atuação da Cia Territorial Sul Brasil-1925 a 1954. Dissertação (Mestrado em História) –Florianópolis, UFSC,1992.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV,4 (8),1991. p.198-215

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**. v. V, n. 2, ago./dez. 2002. v. VI, n. 1, jan./jul. 2003.

FONTES

Acervo Pe. Fernando Naguel, Maravilha-SC

AGENCIA FLORESTAL DE MONDAÍ. [Ofício Número 25/61]. Ao executor do acordo florestal com o estado de Santa Catarina, João Quirino Neto. 7 dez. 1961.

CIA DE INDUSTRIAS FLORESTAIS DO RIO GRANDE DO SUL. [Cartilha]. É importante que todos saibam: reflorestar será sempre um bom negócio. Porto Alegre, CIFSUL, 1967.

COMPANHIA TERRITORIAL SUA BRASIL. Ofício ao IBDF- Rio de Janeiro/GB: referente ao projeto de florestamento nº16.179/68-IBDF. Palmitos, 24 out. 1969.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Companhia Territorial Sul Brasil, escritório em Passarinhos-SC. Porto Alegre, 21 jul. 1949

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência]. Ao parque florestal do I.B. D.F Chapecó. Palmitos, 2 dez. 1968.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Escritório, da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 12 jun. 1945.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 15 de abr. 1946.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 3 de abr. de 1946.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 28 dez. 1946.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 13 jan. 1947.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Companhia Territorial Sul Brasil, escritório Passarinhos-SC. 26 de jul. de 1947

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre: 11 de jul. de 1949.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre 12 de ago. de 1946.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre: 11 de jul. de 1949.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência]. A Nilo Sudbrack. Passarinhos, 9 de jul. 1951.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência]. Ao escritório administrativo da Companhia em Palmitos-SC: fazenda santa Alda-MT- partes adjacentes. Porto alegre, 17 abr. 1970.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Ata da assembleia de constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia territorial Sul Brasil. Porto Alegre, 23 de maio de 1925.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Ata de assembleia geral extraordinária de transformação de sociedade anônima em sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob a denominação social de Terrapampa- Territorial Agropastoril do Sul Ltda. Porto Alegre: 31 jan. 1978.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de produção de madeira em parceria. Palmitos, 15 ago. 1971.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de promessa de compra e venda de lote rural. [19??]. Pasta 50.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de promessa de venda. Entre Companhia e Nikolaus Beirith. Passarinhos, 1930.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Contrato de venda das terras da Empresa Construtora e colonizadora Oeste Catharinense para a Companhia Territorial Sul Brasil. Porto Alegre, 26 de ago. de 1925.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Escritório da Companhia Territorial Sul Brasil, Passarinhos-SC. Porto Alegre, 11 mar. 1947.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Estatuto. Porto Alegre, 1941.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Pagamentos efetuados em são Borja. Correspondência a passarinho. Porto alegre, 3 de abril de 1946. Fonte: Acervo Museu Pe. Fernando Nagel, Maravilha-SC.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Relatório N. 9/55, Setor serrarias. Palmitos, 31 out. 1955. 4 f.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. Transferência de lotes coloniais adquiridos por João Pletsch. Passarinho, 16 de março de 1937.

DIEHL, Abir. [Correspondência enviada entre escritórios]. Destinatário: Companhia Territorial Sul Brasil, escritório em Passarinhos-SC. Porto Alegre, 18 de out. 1949

KALENDER für die deutschen in Brasilien (1936). Druck und verlag Rotermund & Co. São Leopoldo, Rio Grande do Sul – Brasilien. Tradução: Calendário dirigido aos alemães residentes no Brasil (1936). Impressão e editoração Rotermund e Cia. São Leopoldo, Rio Grande do Sul – Brasil. Fonte: acervo documental de Museu e Arquivo Histórico de Panambi, Panambi/RS.

MACHADO, Luiz. [Carta]. Ao escritório administrativo da Companhia em Palmitos-SC: IBS Auditores Fiscais Ltda. Porto alegre, 09 nov. 1970.

MATTE, Carlos Edmundo. Licença. Agência Florestal de Chapecó. Chapecó, 16 mar. 1956

MAURO PINHO GOMES. IBDF: Informação processo N°2437/73. Joinville, 25 abr. 1973.

MELO, Rubens de. [Correspondência sobre a construção de um forno] A cia Sul Brasil. São Paulo: 25 de abril de 193?. Fonte: Acervo Museu Pe. Fernando Nagel, Maravilha-SC

SANTA CATARINA. Título de concessão de terras, a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catharinense Limitada. Florianópolis, 13 de novembro de 1920. Fonte: cópia do acervo particular de Marcio Luiz Rodrigues.

SBARRAINE, BENVENÚ & CIA, LTDA. Alteração de contrato social e transformação do tipo jurídico de sociedade por cotas de responsabilidade para a sociedade de responsabilidade solidaria. Maravilha, 25 de mar. 1955.

SBARRAINE, BENVENÚ & CIA, LTDA. Contrato social da sociedade. Passo Fundo. 16 mar. 1949

ZIBELL, Otto. [Correspondência]. Ao escritório central da Companhia Sul Brasil em Porto Alegre. Palmitos, 15 de jun. 1967

Entrevistas

CAMPOS, Hugo. Pesquisa histórica. [Entrevista concedida a] Ires Frozza. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, 1990.

ECKERT, Ivo. Pesquisa Histórica. [Entrevista concedida a] Fernanda Ben. Pinhalzinho, 10 de mar. de 2011. Fonte: Acervo Museu histórico, Pinhalzinho-SC

HOSS, Jose. Pesquisa Histórica. [Entrevista concedida a] Fernanda Bem e Joani Wickert. Fonte: Acervo Museu Histórico de Pinhalzinho-SC

SILVA, Zeferino da. Pesquisa Histórica. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Ferrari e Márcio Luiz Rodrigues. Pinhalzinho, 10 de set. de 2009. p.14. Fonte: Acervo Museu Histórico de Pinhalzinho-SC

SILVEIRA, Jorgina Santana da; ERTHAL, Amantina Paulina. Pesquisa Histórica. [Entrevista concedida a] Marcio Luiz Rodrigues, Pinhalzinho, 10 mar. 2010. Fonte: Acervo Museu histórico de Pinhalzinho-SC

Legislação

BRASIL. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o código florestal. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm. Acesso em 24 mar. 2020

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.124, de 19 de março de 1941**. Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Pinho e da outras providências. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3124-19-marco-1941-413066-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 mar. 2020

BRASIL. **lei de nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 maio 2012**. Brasília, DF, 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 08 mai. 2020

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Brasília, DF, 1965. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 abr. 2020

BRASIL. **Lei nº 5.106, 2 de setembro de 1966**. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. Brasília, DF, 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5106-2-setembro-1966-368482-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 01 abr. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Portaria 201**. 8 abr. 1961.

SANTA CATARINA. **Lei nº 1147, de 25 de agosto de 1917**. Dividindo em quatro municípios o território que passa para jurisdição do Estado em virtude do acordo homologado por lei da Republica n. 3.304 do corrente mês. Florianópolis, 1917. Disponível em: <https://portouniao.webnode.com.br/curiosidades/lei%20n%C2%B0%201-147%20de%2025%20de%20agosto%20de%201917/>. Acesso em: 11 nov. 2019